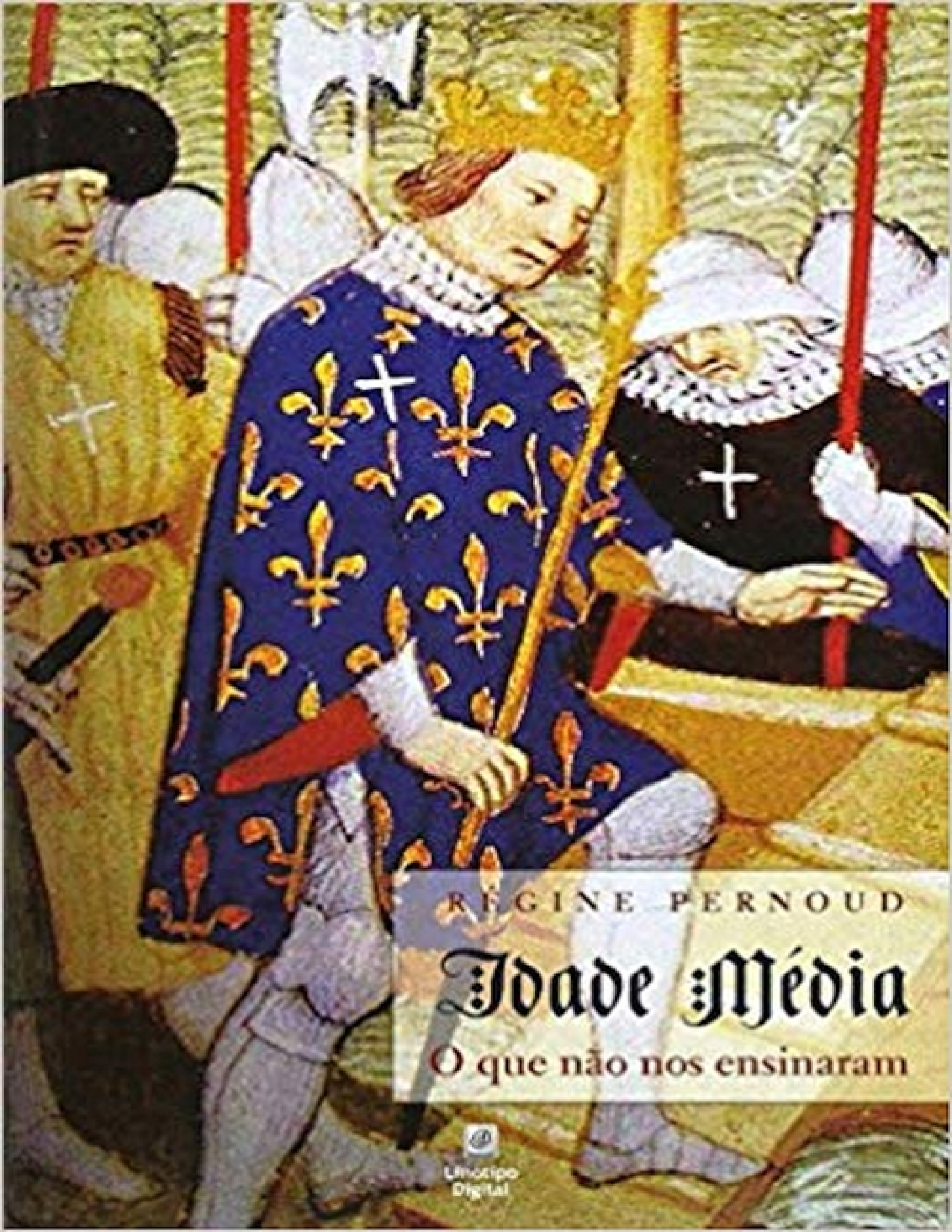




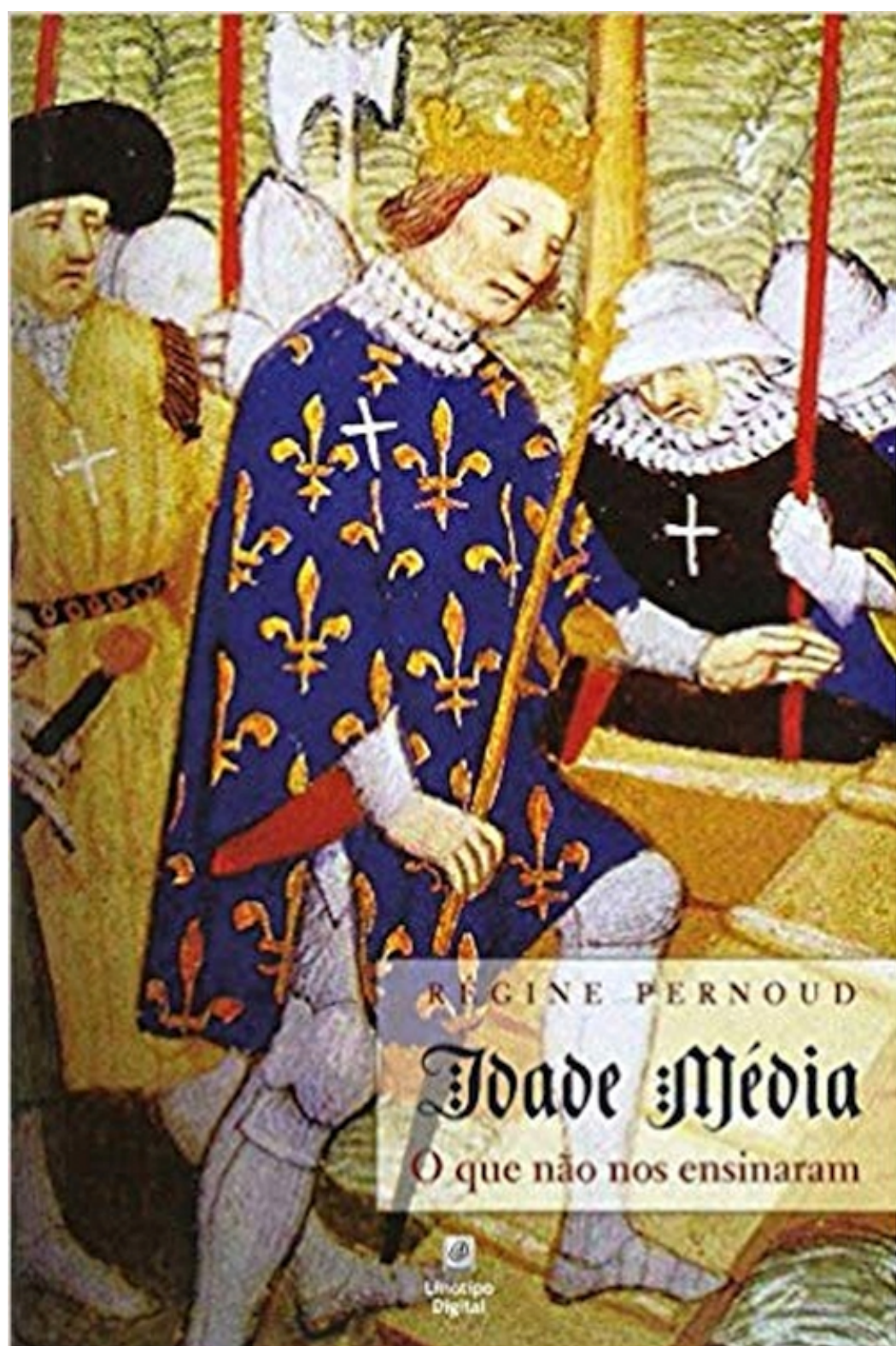
RÉGINE PERNOUD

Idade Média

O que não nos ensinaram



Universidade
Digital



RÉGINE PERNOUD

Idade Média

O que não nos ensinaram



Universidade
Digital

Idade Média

O que não nos ensinaram

RÉGINE PERNOUD

Idade Média

O que não nos ensinaram

Tradução de Maurício Bret de Menezes



© Editions du Seuil, 1977
Copyright 2016 © Linotipo Digital
Todos os direitos reservados

Título original: Pour en finir avec le Moyen Age

Editores: Laerte Lucas Zanetti e André Assis Barreto

Criação: Mauricio Bret de Menezes

Coordenação de produção: Laerte Lucas Zanetti

Capa: Rogério Salgado/Spres

Foto da capa: São Luiz, rei da França, embarcando para a 7ª Cruzada, em 25 de agosto de 1248 - Museu do Louvre, Paris, França. Autor desconhecido.

Buarbas: Teto da Sainte-Chapelle, Paris, França - Scottnorsworthy/ Dreamstime.com/ Fortaleza de Carcassonne, Languedoc-Roussillon, França - Lapetitelumiere/Dreamstime.com

Foto da autora: Régine Pernoud na França em janeiro de 1997. Marc GANTIER/Gamma-Rapho/ Getty Images.

Foto da gárgufa: Claude Beaubien/Dreamstime.com Edição de texto: Luiz Márcio Betetto Scansani

Revisões: André Assis Barreto, Diogo Coelho e Luiz Márcio Betetto Scansani

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pernoud, Régine

Idade Média: o que não nos ensinaram/Régine Pernoud;[tradução Mauricio Bret de Menezes]. — São Paulo: Linotipo Digital, 2016.

Título original: Pour en finir avec le Moyen Âge.

ISBN 978-85-65854-13-9

1. Civilização medieval I. Título

16-05676 CDD-940.1

Índices para catálogo sistemático:
Civilização medieval: História 940.1

Este livro segue as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde 01/01/2009.

Vedada a reprodução desta obra, por qualquer meio e sob qualquer forma, sem a autorização expressa e por escrito da editora.

Segunda tiragem 2018
Todos os direitos desta edição reservados à
Linotipo Digital Editora e Livraria Ltda.
Rua Marconi, 107, salas 1009/1010.
01047-000 - República - São Paulo, SP
www.linodigi.com.br - (11) 3256-5823

Contracapa

Pode-se com fundamento afirmar que a ciência histórica, atualmente, assemelha-se a uma conspiração contra a verdade" (Papa Leão XIII, Saepenumero considerantes, 18 de agosto de 1883).

Poucas épocas históricas foram tão adulteradas e distorcidas como a Idade Média, alvo de sistemática campanha de difamação, do Renascimento até nossos dias. Justamente por ser uma época em que era imensa a influência da Igreja Católica, aos preconceitos antimedievais se somam os preconceitos antecatólicos, tão disseminados em meios acadêmicos e universitários de todo o Ocidente.

O grande mérito da francesa Régine Pernoud, uma das mais conceituadas historiadoras do século XX, que tive a alegria de conhecer pessoalmente, é que ousou enfrentar o quase unanimismo antecatólico e antimedieval dos meios acadêmicos. Ela não se limitou a repetir o que outros historiadores escreveram, mas foi aos documentos originais do tempo e, com paciência, discernimento e verdadeiro senso de pesquisa histórica, nos revelou uma Idade Média muito diversa do estereótipo caricaturizado por boa parte da historiografia. Não uma "Idade das Trevas", mas uma era cheia de luz, de cor, de sabor, de fecundidade, de sabedoria e de criatividade. Uma era em que “*a sabedoria do Evangelho governava os povos*” (Leão XIII, *Immortale Dei*, 1º de novembro de 1895).

Os textos de Régine Pernoud, ademais de fundamentados em pesquisa histórica exaustiva e irrefutável, eram muito bem escritos. Escrevia com graça, talento e vivacidade. Seus numerosos livros são sempre de leitura muito agradável.

Uma de suas obras mais conhecidas e traduzidas para outras línguas é precisamente esta que o leitor tem em mãos e que, a pedido dos seus editores, venho recomendar vivamente. Trata-se de uma nova edição, traduzida por Maurício Bret de Menezes e enriquecida por notas eruditas e esclarecedoras do medievalista brasileiro Dr. Ricardo da Costa, que também escreveu o Prefácio.

“*Idade Média - O que não nos ensinaram*” é livro que merece estar em todas as escolas, em todas as faculdades de História, em todos os lares

brasileiros.

Luiz de Orleans e Bragança
Chefe da Casa Imperial do Brasil

Sumário

Apresentação

Prefácio, por Ricardo da Costa

"Idade Média"

Deformados e Desajeitados

Rudes e Ignaros

Torpor e Barbárie

Rãs e Homens

As Mulheres sem Alma

O Index Acusador

História, Ideias e Fantasia

Propósitos Simples para o Ensino de História

Breve nota sobre o tradutor

A autora e sua obra

Notas

Dedicatória da autora

A Georges, "quando tu estavas
embaixo da figueira".

Apresentação

Há pouco mais de trinta anos tive o prazer de tomar contato com a obra de uma gigante. Desde então, mais precisamente desde a fundação desta casa, a ideia de publicar essa autora nos perseguia e tornou-se um sonho, ora realizado.

Régine Pernoud chegou a minhas mãos por intermédio de Humberto Betetto, historiador, professor de História e meu tio; que, além de tudo, ensinava que *não basta ter cultura*, é preciso saber o que fazer com ela, de maneira a tê-la como ferramenta para ajudar a entender o mundo à nossa volta, mas que também seja útil às demais pessoas. Parece simples. Nada mais falso.

O livro em questão, *Luz sobre a Idade Média*, era um verdadeiro achado: ali comecei a entender porque praticamente tudo que nos chega sobre um período tão vasto quanto instigante de nossa história vem interpretado por uma chave preconceituosa, quando não simplesmente enganosa.

Chamou-me a atenção a leveza de sua narrativa, de forma a demonstrar que temas intrincados, complexos e de consequências drásticas podem ser menos difíceis de se entender, desde que possamos compreender os processos históricos dos quais eventos, pessoas, instituições e países fazem parte; bastaria que soubéssemos interpretar os processos que movem a História. A autora nos pega pela mão e nos conduz de maneira a que não nos reste qualquer dúvida de como podemos aprender a conhecer esses processos.

Dispostos a devolver à luz tão importante autora, Laerte Lucas Zanetti e eu optamos por outro título, este que o leitor agora tem em mãos: *Idade Média — O que não nos ensinaram*, por se tratar de uma obra introdutória. Trouxemos o jovem talento André Assi Barreto e convidamos o igualmente talentoso Diogo Coelho a participar desta empreitada e, por iniciativa do primeiro, convidamos o medievalista Ricardo da Costa, que imediatamente se entusiasmou e, debruçando-se sobre o trabalho, enriqueceu o livro com mais de 260 notas, de modo a que o leitor se situe e entenda perfeitamente eventos, personagens históricos ou circunstâncias que determinaram o pensamento dominante nos diversos períodos que compõe a Idade Média.

Como se não bastasse, tivemos ainda a honra de ter o acréscimo de um texto de Sua Alteza Imperial e Real, Dom Luiz de Orleans e Bragança, chefe da Casa Imperial do Brasil na obra, de forma a entregarmos ao leitor um trabalho que, a despeito dos enormes esforços dispendidos — ou mesmo por meio deles —, nos proporciona a certeza de entregar o melhor produto possível.

Finalmente, não podemos deixar de expressar nossos mais profundos agradecimentos a todos quantos colaboraram com o processo de *crowdfunding*, leitores qualificados, sem os quais a presente edição não seria possível.

Antes de entregar o leitor à obra, convém explicar que no livro estão presentes três tipos de notas: da autora (NA), do tradutor (NT) e do prefaciador (NP). Nosso prefaciador também oferece uma explicação a respeito das gárgulas que abrem todos os capítulos.

Esse é um livro que merece e *deve* ser lido mais de uma vez. Desejamos a todos uma boa leitura.

Luiz Márcio Betetto Scansani
São Paulo, Maio de 2016

Prefácio

A vida no texto, o texto na vida, o texto *da vida*:
Régine Pernoud e sua *bela Idade Média*

RICARDO DA GOSTA*

Principiarei à la Régine Pernoud. Certa vez, quando trabalhava em certo Departamento de História — como de costume, abarrotado de burocratas *alheios* à História — dedicava-me à tradução de um importante documento do século XIII, a *Doctrina pueril* (c. 1274-1276), um dos primeiros textos pedagógicos especificamente dedicados a crianças¹ — sim, ao contrário do que alardeou Philippe Ariès (1914-1984) e propagou Jacques Le Goff (1924-2014), a Idade Média *conheceu* o *conceito de criança*: os medievais também amaram seus filhos!²

Entretido com o texto e absorto com a melhor forma de transpô-lo para o Português (um trabalho consumidor de neurônios, literalmente), não vi o tempo passar.³ Entardeceu. Fiquei só com a luz de meu *Laptop*. De repente, sem bater à porta, dois gazeteiros historiadores, um jovem, outro velho (melhor dizendo, *velhaco*), ambos doutores, ambos “modernosos”, ambos pretensiosos, abruptamente entraram em minha sala. Com um toque no interruptor, o nauseabundo ancião acendeu a luz e, com um zombeteiro sorriso em sua “boca escancarada cheia de dentes esperando a morte chegar”, exclamou, triunfante: “Viemos trazer a luz à Idade das Trevas”! Ambos sorriram. Impossibilitado de manifestar meu profundo desprezo com essa típica atitude de *ignorantes históricos*, só pude menear a cabeça e retornar ao *meu* século XIII, tempo que tanto me consolou (e ainda me consola) da estupidez coetânea.

Mas a patética cena para mim não era novidade. Na mesma época, um daqueles dois mosqueteiros bretões já adentrara em meu recinto e, com o mesmo ar triunfante de um *idiota da objetividade nelsonrodrigueano*, jogara um livrinho em minha mesa, com uma disparatada exclamação semelhante: “Fique com esse livro para você. Não li, mas como *sei que não houve revolução industrial na Idade Média*, nem preciso lê-lo”! O saboroso

livro, do historiador Jean Gimpel (1918-1996), escrito em 1975, tinha exatamente esse título!⁴

Em ambas as funestas ocasiões, como consolo, lembrei-me de Régine Pernoud (1909-1998). Gomo poderia deixar de me lembrar dela?

A notável historiadora havia falecido recentemente. De quando em vez recordava seus escritos, sempre ágeis, sempre leves, sempre inundados de História e de frescor de vida. De quando em vez usava suas belas imagens históricas, especialmente quando algum aluno, insinuante — e certamente educado na escola por professores discípulos de nossos dois arrogantes historiadores domingueiros — interrompia minha narrativa em sala de aula com alguma estúpida exclamação semelhante. E foram muitos. E muitas foram as vezes que, na universidade brasileira, lembrei de Régine Pernoud.

Conheci, maravilhado, algo da lavra da historiadora francesa quando ingressei na Universidade Santa Úrsula (USU). Corria o ano de 1981. Deliciei-me com *Luz sobre a Idade Média*⁵ — curiosamente, o segundo livro por ela escrito, em 1944, quase uma década após tornar-se doutora. Li duas ou três vezes a obra. Ainda a releio, como distração. Fascinou-me, fascina-me o modo como ela dialoga com o leitor. Ademais, no início da década de 80 do século passado, em que pese o fato de ainda vivermos no período militar, ainda não havia descido de modo tão pesado o negro véu da *censura acadêmica velada*. Pelo menos no que diz respeito aos estudos medievais em nosso país. A liberdade de pensamento era maior. Paradoxos da História.

Por isso pude melhor apreciá-la, sem os tenebrosos semblantes do professor a impor “Leia isso, não leia aquilo”, o que só acontecia, de fato, nas disciplinas de *História Contemporânea* e *História do Brasil* - houve um mestre, mais afoito, que proferiu uma das sentenças de seu particular *Index librorum prohibitorum*: “Não leiam *Casa Grande & Senzala*! Seu autor defendeu a ditadura”! A primeira coisa que fiz foi comprar — e ler — o clássico de Gilberto Freire (1900-1987)! Entrementes, a *História Medieval* ainda era um *alien* no próprio curso de História, algo exótico, algo indiferente. Assim Régine Pernoud entrou em minha vida. Sem censuras. Sem amarras. Como deve ser.

Mais tarde, em meu longo e agradabilíssimo interregno existencial como músico profissional (1980-2000), pude conhecer ainda melhor o trabalho da medievalista francesa. Cometerei o sacrilégio de comentá-lo brevemente, à guisa de introdução.

O século XX ainda não havia presenciado a II Guerra Mundial (1939-1945) e Pernoud já defendia sua tese de doutorado, sobre o porto de Marselha (*Essai sur l'histoire du port de Marseille des origines à la fin du xiii^e siècle*). Com Bacharelado em Artes pela Universidade de Aix-en-Provence (1929), tornou-se doutora pela *École Nationale des Chartes* (1933) e, mais tarde, curadora no *Museu de Reims* (1947), no *Museu da História da França* (1949), curadora-chefe no *Arquivo Nacional* e, finalmente, no *Centro Joana d'Arc de Orleans* (por ela fundado em 1974).

Essa trajetória profissional marcou sua forma de apresentar a Idade Média a seus leitores. Com acesso direto às fontes, seu olhar não estava eivado nem pelos filtros ideológicos, nem pela sempre complexa, difícil e envolvente rede de relações pessoais presentes na Academia (algo muito marcante na universidade brasileira, infelizmente). Tanto um aspecto quanto o outro limitam as possibilidades intelectuais do aspirante a medievalista, do aspirante a investigador do passado, do Historiador.⁶

Sua produção começa, de fato, na segunda metade da década de 40, e com três vertentes: 1) as cruzadas, 2) as mulheres (Joana D'Arc é a primeira de *suas* mulheres) e 3) os livros de divulgação, como esse que você, leitor, tem em mãos (um tipo de livro então desprezado pelos deuses olímpicos da *Sorbonne*, pelo menos até o *boom* da Idade Média na década de 70).

Na mesma década do lançamento do clássico *História das Cruzadas* (1951-1954, em três volumes) de *sir* Steven Runciman (1903 -2000), era publicada sua obra *Os Cruzados* (1959), tema que retornaria em outras oportunidades - em *As Cruzadas* (1960), *Os Homens da Cruzada* (1977) e *A Mulher nos tempos das Cruzadas* (1990)⁷. Pernoud mostrava estar atualizada com a produção medievalística internacional:

A história das Cruzadas particularmente chamou a atenção de historiadores: recordemos o grande nome de René Grousset⁸ e, depois dele, os de Jean Richard⁹ e de Claude Cahen¹⁰ que, ao utilizarem sistematicamente as fontes árabes ao lado das ocidentais, marcaram uma considerável etapa no conhecimento dos reinos latinos do Oriente; no exterior, um Runciman¹¹, um Stevenson¹², e sua admirável síntese que é a grande *História das Cruzadas* (...)

As Cruzadas representam (...) um dos pontos culminantes da história da Idade Média: aventura única em seu gênero, nem migração, nem colonização, lideradas por voluntários - e voluntários fornecidos por todos os povos da Europa - sem recursos regulares e

sem organização centralizada; tudo isso compôs um espetáculo assaz surpreendente e que levanta algumas questões sobre o papel desempenhado pelos homens.¹³

Erudição sem qualquer ranço ideológico — afinal, não cita ela Claude Cahen (1909-1991), marxista e então membro do Partido Comunista francês (de 1930 a 1960)? -, generosidade que a esquerda nunca lhe proporcionaria (e no Brasil do século XXI ainda não lhe proporciona).¹⁴

Com Joana D’Arc (1412-1431) como bandeira de investigação até o fim da vida¹⁵ - mas também com Leonor de Aquitânia (c. 1122-1204)¹⁶, Heloísa (c. 1092-1164)¹⁷, Branca de Castela (1188-1252)¹⁸, Cristina de Pisan (1364-c. 1430)¹⁹, Ingeborg da Dinamarca (1174-1236)²⁰ e Hildegarda de Bingen (1098-1179)²¹ — Régine Pernoud antecipou em décadas a *história do gênero*, estilo historiográfico hoje quase que inteiramente dominado por ativistas políticos (recuso-me chamá-los de historiadores, especialmente os ideólogos *tupiniquins*). A esse respeito, fiel a seus temas, sua última publicação seria *Rostos de Mulheres na Idade Média*.²² No entanto, mulher que foi, nunca se valeu de seu gênero para levantar quaisquer bandeiras políticas, nem se aproveitar de seu conhecimento para retroagir supostas conquistas de seu sexo. Sua história é composta por gente. História de carne e osso, não de explicações esquemáticas, simplistas. Por isso seus atores históricos são complexos, como somos, cheios de nuances e paradoxos.

Mas não quero me deter na produção bibliográfica dessa mulher notável. Não cabe nesse Prefácio. Basta indicar os que já indiquei como cartão de visitas para o iniciante em sua obra. Prefiro me ater a essa bela edição levada a cabo pela *Linotipo Digital*.²³

Idade Média - O que não nos ensinaram é um pequeno livro, mas grande em sua densidade expositiva. Divide-se em nove capítulos. Inicia com “Idade Média”, uma conversa com o leitor a respeito da imagem que se tinha do período em 1975 - e, com tristeza percebo que pouca coisa mudou. “Deformados e desajeitados” trata da Arte e da imagem que os renascentistas imprimiram em nós a respeito da medievalidade (é um dos capítulos de que mais gosto, pois foi o que mais me impactou quando estudante). “Rudes e ignaros” aborda a literatura - Bertrand de Born (1140-1215), Isidoro de Sevilha (c. 556-636), o *amor cortês*, o teatro, *El Cid* (c. 1200), a *Canção de Rolando* (séc. XI). “Torpor e Barbárie” discorre sobre o direito, o costume, o sentido comunitário medieval, a feudalidade (recorda-

me outra notável obra: *Idade Média, uma impostura*²⁴, de Jacques Heers [1924-]). “Rãs e homens”, um desdobramento natural do capítulo anterior, desconstrói a imagem do servo medieval: conciso, é demolidor. “A mulher sem alma”, talvez um dos mais atuais, resume toda a sua vida de estudo sobre a mulher medieval.

“O Index acusador” também desmistifica as lendas — o processo de Galileu, a Inquisição, os cátaros, ou seja, a “maldita” Igreja. Em “História, ideias e fantasias”, Pernoud principia com um “causo”, o de um “adolescente do gênero excitado”, desejoso de “promover suas ideias”, para afirmar, peremptoriamente: “A História não tem interesse a não ser quando busca a verdade”! E o início desse capítulo recordou-me outro “causo”, quase idêntico, ocorrido na UFES em uma de minhas turmas: ao perceber que teria que ler alguns capítulos de um livro para fazer minha prova, outro adolescente, não do “gênero excitado”, mas “revoltado”, interrompeu minha aula para demonstrar sua indignação: “Quer dizer então, professor, que eu vou ter que ler esse livro?”. Meneei a cabeça afirmativamente. Não satisfeito, o rapaz vociferou: “Então quer dizer que eu não vou poder dizer o que eu acho?”. Novamente meneei a cabeça, afirmativamente. Revoltado, o rapaz ironizou: “Então quer dizer que esse livro é a Bíblia?” Já farto, respondi: ‘A Bíblia? Não, é o Alcorão! E eu tenho a espada do Islã na boca!’ O caos educacional que se arvorava em 1975, em 2015 no Brasil é norma! E, como remédio — ou como resposta — já naquela época Pernoud sentenciava neste capítulo:

A liberdade de pensamento, que a História exige e necessita, como toda pesquisa científica, não pode ser confundida, de forma alguma, com fantasias intelectuais de um indivíduo, ditadas por suas opções políticas, suas opiniões pessoais ou seus impulsos momentâneos, ou mais simplesmente pelo desejo de escrever um volume de grande tiragem. A História tem seu campo. Ela deixa de existir quando não for a procura da verdade, fundamentada em documentos autênticos; ela literalmente se evapora, ou melhor, nada mais é do que fraude e mistificação.

Pernoud termina com sua proposta de renúncia do preconceituoso termo “Idade Média” e com a adoção de uma *nova terminologia cronológica*: *Período franco* (sécs. V- VIII), *Período imperial* (sécs. VIII-X), *Idade feudal*

(sécs. X-XIII) e *Idade Média* (sécs. XIV-XV). Termina seu opúsculo didático com o capítulo intitulado “Propósitos simples para o ensino da História”, com uma digressão sobre a disciplina e seu ensino. E para a minha satisfação, não se esquece de citar o filósofo a quem dediquei boa parte de meus estudos medievalísticos, Ramon Llull (1232-1316), aliás então pouquíssimo conhecido fora do círculo de lulistas.

Tudo apresentado de modo simples e direto, com uma encantadora mescla de erudição e naturalidade, o que é mais surpreendente face à preconceituosa recusa da universidade brasileira para com essa notável medievalista - certa vez, um colega, igualmente simpático à historiadora francesa, citou-a em uma palestra na USP.

Uma professora procurou-o no fim e, bastante mal-humorada, disse: “Você citou Pernoud como historiadora. Errado! Ela é *apenas* uma bibliotecária”.

Régine Pernoud conhecia profundamente o latim, dominava o francês arcaico e era perita em Paleografia. Tinha, ademais, uma “paciência beneditina”: consultava, disciplinada, as fontes primárias nos arquivos e baseava seus livros em exaustivas pesquisas que outros, nem de longe, podiam fazer. Nenhum dos “papas” da História Medieval francesa do século, com exceção talvez de Emmanuel Le Roy Ladurie (1929-), eram capazes de chegar perto disso. Seu pecado foi escrever bem, de modo simples, sem arabescos barrocos pseudo-eruditos.

Por fim, seu último - e maior - pecado: ser católica, em um século agressivamente anticlerical, e em um ambiente — o acadêmico — virulentamente antirreligioso.

Condecorada oficial da *Ordem Nacional da Legião de Honra* da França, Régine Pernoud recebeu em 1978 o Grande Prêmio (*Grand Prix*) da Cidade de Paris, além de ter sido premiada em 1997 pela Academia Francesa pelo conjunto de sua obra.

De minha parte, guardo dela sua proposta, difícilima:

Como historiadora, propus-me um desafio: transmitir, em uma linguagem simples, o que descobri após árduas pesquisas (...) Considerei o que meu irmão caçula me aconselhou: “Escreva para

aqueles que não sabem”. Então abandonei a expressão erudita para utilizar a linguagem mais acessível.²⁵

É o que tento fazer. Obrigado por tudo, Régine!

1. " Idade Média"

Era encarregada do Museu de França nos Arquivos Nacionais, há pouco tempo, quando chegou uma carta perguntando: “Poderia me informar a data exata do tratado que marca oficialmente o fim da Idade Média?” Havia ainda uma pergunta complementar: “Em que cidade se reuniram os diplomatas que prepararam esse tratado?” Não tendo guardado a carta, não posso senão dar o conteúdo dela, mas garanto sua exatidão; o autor pedia uma resposta rápida pois, dizia ele, precisaria desses dois dados para uma conferência que pretendia fazer em data muito próxima.

Algumas vezes me surpreendi imaginando, como distração pessoal, esta conferência. Não havia dificuldade: bastava colocar de ponta a ponta o que se lê, o que se vê, o que se ouve diariamente sobre a “Idade Média”¹. Ora, se o medievalista pretende compor um apanhado de tolices sobre o assunto, ficará satisfeito com os exemplos da vida quotidiana. Não há dia em que não encontre uma reflexão do tipo: “Não estamos mais na ‘Idade Média’”, ou “É um retorno à ‘Idade Média’”, ou “É uma mentalidade medieval”. E isto nas circunstâncias mais diversas: para justificar as reivindicações do M.L.F.², ou para lastimar as consequências de uma greve do E.D.F.³, ou quando desejamos emitir opiniões gerais sobre demografia, analfabetismo, educação...

Isto começa cedo: lembro-me de ter tido ocasião de seguir os estudos de um sobrinho de sete ou oito anos, em um desses cursos em que os pais são admitidos para poderem depois fazer com que a criança estude. Na hora da lição de História, ocorreu textualmente o seguinte:

Professora: Como se chamavam os camponeses na Idade Média?

Coro da turma: Eles se chamavam servos.

Professora: Que é que eles faziam, que é que eles tinham?

Turma: Eles tinham doenças.

Professora: Que doenças, Jérôme?

Jérôme (sério): Peste.

Professora: Que mais, Emmanuel?

Emmanuel (entusiasmado): Cólera!

Professora: Vocês sabem muito bem História. Passemos à Geografia...

Como isto se passou há muitos anos e o sobrinho em questão já atingiu a maioridade, acreditei que as coisas tivessem mudado. Mas eis que há alguns meses (julho de 1975), passeando com a netinha de uma de minhas amigas (Amélie, de 7 anos), ela me disse, alegremente:

— Sabe, na escola eu estou estudando a Idade Média.

— Muito bem. E como era a Idade Média? Conte-me.

— Bem, havia os senhores (ela procura um pouco antes de encontrar a palavra difícil...) senhores feudais. Eles lutavam o tempo todo, e com seus cavalos iam aos campos dos camponeses e estragavam tudo.

Uma casquinha de sorvete chamou sua atenção e acabou com sua entusiástica descrição. Isto me fez compreender que, em 1975, ensina-se a História exatamente como me ensinaram, há meio século ou mais. Assim caminha o progresso!

Ao mesmo tempo, isto me faz lastimar a gargalhada — muito pouco piedosa, reconheçamos — que eu dera havia poucos dias, ao receber o telefonema de uma documentarista da TV — das mais especializadas em programas históricos!

— Parece, disse-me ela, que a senhora tem diapositivos.

Terá, por acaso, alguns que *representem a Idade Média*?

— ???

— Sim, que deem uma ideia da Idade Média em geral: execuções, massacres, cenas de violência, fome, epidemias...

Não pude deixar de rir, e foi injusto. Certamente, esta documentarista não tinha ultrapassado o nível de Amélie nos conhecimentos referentes à Idade Média. Como poderia ultrapassar? Onde poderia ter aprendido mais?

Até época bem recente, era exclusivamente por engano ou, digamos, por acaso, que se tomava contato com a Idade Média.

Era preciso ter curiosidade pessoal e, para despertar essa curiosidade, um impacto, um encontro. Um portal românico, uma flecha gótica, durante uma viagem; um quadro, uma tapeçaria, em qualquer museu ou exposição; suspeitava-se, então, da existência de um mundo até então mal conhecido. Mas, passada a emoção, como conhecê-lo melhor? As enciclopédias ou dicionários que se podiam consultar não continham mais do que insignificâncias ou dados desprezíveis sobre o período; os trabalhos eram

ainda raros e os dados geralmente contraditórios. Referimo-nos às obras de vulgarização, acessíveis ao público médio, pois é evidente que os de erudição eram abundantes há muito tempo. Para atingi-los, havia toda uma série de obstáculos a vencer: de início, o próprio acesso às bibliotecas que os guardavam, depois a barreira da linguagem erudita, na qual a maioria deles é redigida. Tanto que o nível geral pode ser calculado pela pergunta que serviu de base a um encontro do Círculo Católico de intelectuais franceses, em 1964: “A Idade Média era civilizada?” Sem a menor ironia: podemos ter certeza de que se tratava de intelectuais, na maioria universitários, e universitários conscientes. Os debates ocorreram em Paris, na Rua Madame. Esperamos, para tranquilidade moral dos participantes, que nenhum precisasse passar diante da Notre-Dame de Paris para voltar à casa. Poderiam sentir certo mal-estar. Mas não, fiquemos tranquilos: de modo geral, o universitário consciente tem certa incapacidade física para ver o que não está de acordo com as noções que seu cérebro conservou. De modo algum veria a Notre-Dame, mesmo que seu caminho o conduzisse à Praça do Parvis⁴.

Hoje está tudo diferente. A própria Praça do Parvis, aos domingos e no verão, diariamente, é tomada por uma multidão de moços e menos moços que escutam cantores e músicos e que, às vezes, dançam enquanto os ouvem; ou que, sentados na grama, apenas contemplam a catedral. A maioria não se contenta em admirar o exterior: Notre-Dame de Paris reencontrou as multidões medievais, todos os domingos, quando suas portas se abrem de par em par, na hora do concerto. Multidões recolhidas, admiradas, para quem o intelectual de 1964 faria o papel de um animal de Jardim Zoológico (à moda antiga, certamente).

As razões desta mudança? São múltiplas. A primeira e mais imediata é que atualmente todos se deslocam. Circula-se muito e em todas as direções. O medievalista não pode deixar de acrescentar: “como na Idade Média”, porque, considerando-se os meios de locomoção modernos, o turismo desempenha atualmente o papel de peregrinação de outras épocas. Voltamos a viajar precisamente como nos tempos medievais.

Ora, nota-se que, na França, apesar de vandalismos mais graves e metódicos que em outros lugares, os vestígios da época medieval são mais numerosos do que os de todas as outras épocas reunidas. É impossível viajar aqui sem ver um campanário⁵ que sirva para evocar o século XII ou o XIII. É impossível galgar uma colina sem encontrar uma capelinha e nos

indagarmos por que milagre ela pôde aparecer num recanto tão selvagem e tão distante. Uma região como Auvergne⁶ não tem um só museu importante, mas, em vez disso, que riqueza entre Orcival e Saint-Nectaire, Le Puy e Notre-Dame-du-Port, em Clermont-Ferrand! Estas regiões que, no século XVII, intendentos ou governadores consideravam como irritantes exílios, foram antigamente habitadas por uma população tão numerosa que pôde realizar tais maravilhas, tão instruída que foi capaz de concebê-las! O papel dos mosteiros ou cultura popular, pouco importa. Onde se recrutavam os monges, se não era entre o povo em geral e em todas as camadas sociais, para usar a linguagem do século XX? E, além disso, se Aubazine foi um convento cisterciense, não encontramos simples paróquias rurais como Brinay ou Vicq (atualmente, Nohant-Vicq) revestidas de afrescos românicos cuja audácia parece surpreendente ainda hoje?

O afluxo de turistas é habitual nos edifícios da Idade Média atualmente. O Monte Saint-Michel recebe mais visitantes que o Louvre. Beaux-de-Provence vê estenderem-se filas de carros de onde se sobe em bandos para visitar a velha fortaleza. Fonte-Vrault, novamente tornada acessível aos visitantes, não é suficientemente ampla para acolher a todos; a abadia de Sénanque, embora apenas se ouça o canto dos monges através dos espetáculos audiovisuais (notáveis), tem uma afluência ininterrupta. Em suma, poder-se-ia enumerar todas as regiões da França, desde as festas medievais de Beauvais, nos confins da Picardie, até às de Saint-Savin, nos confins dos Pirineus; sempre o mesmo entusiasmo por uma redescoberta recente, sem dúvida, mas geral.

Simplesmente por viajar, o francês, embora tenha sido precedido neste domínio pelo inglês, pelo alemão, pelo belga, pelo holandês — sem falar dos americanos — toma consciência de seu meio ambiente. E de que esse meio não se limita à natureza. Ou ainda que a natureza, por pouco que se abra os olhos, aparece-lhe já consideravelmente transformada e valorizada pela utilização que o homem fez dela em outros tempos: pedras, tijolos, madeira de construção que, uma vez reunidas e trabalhadas, desempenham na paisagem o papel de figuras em um livro. Ao mesmo tempo, toma consciência do valor de tudo o que faz parte deste arredor. Já vai longe o tempo em que os proprietários do Languedoc vendiam os capitéis de Saint-Michel-de-Cuxa, que hoje estamos tentando trazer de volta da América. Já passou o tempo em que um empreiteiro podia, sem causar protestos, demolir o claustro de Saint-Guilhem-le-Désert para vender, uma a uma, as

pedras esculpidas. Se é preciso ir a Nova York para encontrar, tratados com um respeito admirável, estes claustros, dos quais se poderia fazer um museu (Serrabone, Bonnefont-en-Comminges, Trie-en-Bigorre, e os dois já citados de Saint-Guilhem-le-Désert e Saint-Michel-de-Cuxa, bem como a sala capitular de Pontaut dans les Landes), acaba-se por compreender que o responsável por estas transposições não é o comprador, mas sim o vendedor. Além disso, a venda não constitui senão um mal menor: pode-se sempre ir à Filadélfia para ver o claustro de Saint-Genis-lès-Fontaines, ou a Toledo, para admirar o de Saint-Pons-de-Thomières, mas que dizer de tudo o que desapareceu irremediavelmente na época do Império, por exemplo, em Cluny, onde se destruiu o que foi a maior igreja românica da cristandade, ou em Toulouse, que foi, sabe-se, denominada a “capital do vandalismo” e onde se não pôde salvar mais do que ruínas dos claustros de Saint-Etienne, de Saint-Sernin ou de Daurade?

Este é um passado bem tumultuado que agora desperta indignação. Como causa espanto esta estranha mania que transformou mosteiros que não foram destruídos em prisões e quartéis. E há fatos que permitem calcular a amplitude do movimento, a rapidez com que isto se passou. Porque há cerca de cem anos Victor Hugo, em visita ao Monte Saint-Michel, transformado em prisão, exclamava: “Julga-se ver um sapo num relicário”⁷. E eu, que escrevo, na minha infância pude presenciar o exato momento em que tentavam destruir uma destas obras; pequenas janelas foram abertas no muro que, em Avignon, transformou em caserna a grande sala do Palácio dos Papas. Hoje, quando até Fontevrault foi finalmente restaurada, quem admitiria que o Monte Saint-Michel ou o Palácio dos Papas pudesse tornar-se caserna ou prisão? Sobram ainda, é verdade, alguns quartéis de bombeiros da Rua de Poissy, em Paris, mas todos sabem que Paris continuará sempre atrasada em relação à “província”!

Embora só se tenha manifestado tardiamente na França, o movimento que impulsionou a redescobrir, restaurar e reviver monumentos do passado, agora ele existe. Penetrou profundamente; chegou a “afogar” e inquietar até mesmo as autoridades responsáveis por eles atualmente. Em todos os lugares criam-se clubes arqueológicos, oficinas de restauração, locais de escavação. Vemos magníficos edifícios românicos, embora escondidos em lugares pouco acessíveis, retomar a forma e a vida graças às associações, públicas ou privadas, de restauração, sustentadas, controladas e, às vezes, até incentivadas pela administração departamental ou local. Penso em Saint-

Donat, mas também na rotunda de Simiane, em Haute-Provence, ou ainda não longe dela; na Capela de La Madeleine. Agora, nesta mesma região, o proprietário que insiste em guardar o feno numa capela românica ou gótica — como se pôde ver durante século e meio — faz papel de ignorante ou retardado. Em todo canto podemos ver restaurações de monumentos: castelo de Rohan, em Pontivy, igreja de Lieu Restauré, na Picardie, Château-Rocher, no Auvergne, capela dos Templários de Fourches, na região parisiense, castelo de Blanqueford, na Gironde — retomados e restaurados, reintegrados em sua dignidade — frequentemente por grupos de jovens que agiram espontaneamente. Afinal, compreendeu-se que neste domínio tudo devia vir da iniciativa privada, embora seguida, controlada, encorajada, pelos poderes públicos — uma vez que tanto para a restauração, como para as escavações propriamente ditas, não basta a boa vontade; elas exigem preparo e método; sem isso não se pode fazer nada de sério.

Quem imaginaria isto há cinquenta anos? Quem o teria previsto há apenas dez anos (1965), quando a revista *Archeologia*, por ocasião de sua fundação, abriu uma rubrica “Onde você vai fazer sua escavação este verão?” Atualmente, essa rubrica teve de ser dividida, todos os anos, em vários números, já que em um só número não basta.

A televisão desempenhou seu papel no desenvolvimento dessa curiosidade. Chamando atenção para os monumentos abandonados, encorajando algumas realizações, ela estimulou o interesse que o grande público começava a manifestar pelos testemunhos do passado. Pensamos em algumas transmissões como “Grandes obras em perigo”, ou “A França desfigurada”, que contribuíram eficazmente para sensibilizar um público maior para estes tesouros com que ele convivia sem, no entanto, poder reconhecê-los. Colocando-os dentro de suas casas, no nível de espectador, ela, ao mesmo tempo, tornou frutífero o trabalho feito anteriormente: o das coleções de História, obras e revistas de vulgarização. Não vamos citar todas. Bastará tomar como exemplo a coleção “Zodiaque”, que pretendeu, há vinte anos, tornar mais conhecida a arte românica e cujo sucesso se impôs até hoje. Numerosas também foram as sociedades que trabalharam no mesmo sentido como o Centre International d’Études Romanes (Centro Internacional de Estudos Românicos) ou ainda, mais recentemente, as Communautés d’Accueil dans les Sites Artistiques (CASA) (Comunidades de Recepção em Sítios Artísticos) composta de jovens, na maioria estudantes que assumem a tarefa de comunicar o que só os historiadores de

arte geralmente sabem, permitindo assim a quem chega a apreciar a visita de monumentos dos séculos XII e XIII.

Basta dizer que o francês médio, hoje, não aceita a qualificação de “deformados e desajeitados” dada às esculturas de um portal românico, ou de “aberrantes” às cores dos vitrais de Chartres. Seu senso artístico está suficientemente maduro para que julgamentos indiscutíveis há trinta anos lhe pareçam definitivamente superados. Entretanto, existe uma defasagem, que talvez tenha origem em modos de pensar ou no vocabulário, entre a Idade Média que ele admira sempre que se apresenta a ocasião e o que encerra para ele o termo Idade Média.

Defasagem que marca a solução de continuidade entre o que ele pôde constatar diretamente e o que lhe escapa por força de acontecimentos, porque é preciso um conhecimento que ninguém ainda lhe deu, e que só se obtém com um estudo inteligente de História, nos bancos escolares.

Idade Média significa sempre: época de ignorância, de brutalidade, de subdesenvolvimento generalizado, embora seja a única época de subdesenvolvimento durante a qual construíram-se catedrais! Isto porque as pesquisas eruditas feitas nos cento e cinquenta anos, ou mais, em seu conjunto, ainda não atingiram o grande público.

Um exemplo é surpreendente. Há pouco tempo, um programa de televisão apresentava como histórica a frase famosa: “Matai-os todos, Deus reconhecerá os seus”⁸, durante o massacre de Béziers, em 1209. Ora, há mais de cem anos (exatamente em 1866), um erudito demonstrou, acima de qualquer dúvida, que a frase não poderia ter sido pronunciada já que não a encontramos em nenhuma das fontes históricas da época, mas apenas no *Livro dos Milagres, Dialogus Miraculorum*, cujo título fala por si mesmo sobre o que pretende dizer, composto aproximadamente sessenta anos depois dos fatos, pelo monge alemão Cesário de Heisterbach⁹, autor provido de imaginação ardente e bastante suspeito quanto à autenticidade histórica. Desde 1866, nenhum historiador, é inútil dizê-lo, levou em conta o famoso “Matai-os todos”; mas os escritores de História o utilizam ainda e isto basta para provar quanto as descobertas científicas, neste caso, custam a penetrar no domínio público.

Por que essa distância entre ciência e saber comum? Como e em que circunstâncias se criou esse abismo? Vale a pena passarmos ao exame desses fatos.

2. Deformados e Desajeitados

"O Renascimento e a decadência", dizia Henri Matisse¹. O termo Renascimento (Rinascita) foi utilizado, pela primeira vez, por Vasari² em meados do século XVI. Expressa bem o que queria dizer, o que significa ainda para grande número de pessoas. "As Artes e as Letras, que pareciam haver morrido no mesmo naufrágio que a sociedade romana, pareciam reflorir e, depois de dez séculos de trevas, brilhar com novo fulgor." Assim se expressa em 1872 o Dictionnaire général des lettres³, uma enciclopédia entre muitas outras, do fim do século XIX, através das quais percebe-se perfeitamente a opinião geral da época e seu nível cultural.

O que "renascia", portanto, no século XVI, eram as artes e as letras clássicas. Na mentalidade dessa época (e não apenas do século XVI, mas dos três séculos seguintes), teria havido duas épocas de luz: Antiguidade e Renascimento — os tempos clássicos. E, entre os dois, uma "idade média" — período intermediário, bloco uniforme, "séculos grosseiros", "tempos obscuros".

Em nossa época de análise estrutural não é desinteressante deter-se um pouco sobre as razões que conduziram a essa visão global de nosso passado. Estamos bem situados para fazê-lo, pois o prestígio dos tempos clássicos, hoje em dia, está grandemente diluído. Os últimos farrapos não resistiram a maio de 1968⁴. Se alguma desordem impera atualmente, nessa retomada em relação aos valores clássicos, isto nos oferece, apesar de tudo, um recuo muito útil, uma certa liberdade de espírito a seu respeito.

O que, no entanto, caracterizou o Renascimento foi — todos concordam em reconhecê-lo — a redescoberta da Antiguidade. Todos aqueles que têm importância, então, no mundo das artes, das letras, do pensamento, manifestam esse mesmo entusiasmo pelo mundo antigo. Lembremos que Lourenço de Médici⁵ celebrava todos os anos, em Florença, o aniversário de nascimento de Platão⁶ com um banquete; que Dante⁷ tomou Virgílio⁸ como guia no Inferno; que Erasmo⁹ honrava a Cícero¹⁰ como a um santo. O movimento começou na Itália, antes mesmo do século XV; propagou-se na França, principalmente no século seguinte, e conquistou (mais ou menos) o Ocidente, a Europa inteira: basta lembrar a Florença dos Médicis, onde todos os momentos são ornamentados de frontões, colunatas, cúpulas — como na arquitetura antiga; o Collège de France, onde todos os humanistas se empenham em estudar com ardor sem igual as letras antigas; o manifesto da Plêiade¹¹, que proclama a necessidade de enriquecer a língua francesa

buscando seu vocabulário no grego e latim...

Ora, se se examina em que consistia, realmente, esse Renascimento do pensamento e da expressão antigos, parece certo que não se tratava senão de uma determinada antiguidade, a de Péricles¹² para a Grécia, e para Roma, da que se inspira no século de Péricles. Resumindo, o pensamento e a expressão clássicos, e somente eles: os romanos de César¹³ e Augusto¹⁴, não os etruscos; o Partenon, mas não Creta ou Micenas; a partir daí a arquitetura era Vitruvius; a escultura, Praxíteles¹⁵. Estamos esquematizando, é certo, mas menos que aqueles que empregam a palavra “renascimento”. No entanto, todos a empregam.

Ela é usada a respeito de tudo. Com os progressos da História, não se pode deixar de notar que, realmente, na Idade Média, os autores latinos e mesmo os gregos já eram bastante conhecidos; que a contribuição do mundo antigo, clássico ou não, estava longe de ser desprezada ou negada. Seu conhecimento era considerado como um elemento essencial do saber. Basta lembrar que um autor místico, como São Bernardo de Claraval¹⁶, maneja uma prosa eivada de citações antigas e que, quando quer apresentar a validade de uma sabedoria somente intelectual, o faz ditando um autor antigo: persa; não ousaríamos afirmar que o autor citado fizesse parte da bagagem de todo intelectual, nos tempos áureos do classicismo.

Assim, também eruditos de nosso século deram um novo sentido ao termo renascimento. Constatando que em torno de Carlos Magno cultivava-se, com frequência, autores latinos e gregos, passaram a falar de “Renascimento Carolíngio”, e o termo é comumente aceito. Outros, mais ousados ainda, falaram do “Renascimento do século XII”, ou “o humanismo medieval” — sem muito sucesso, parece, para impor uma ou outra expressão dissonante em relação ao uso corrente. Vai-se assim de renascimento em renascimento, o que não deixa de ser suspeito.

Consultando as fontes da época, textos ou monumentos, assegura-se que o que caracteriza o Renascimento, o do século XVI, e torna esta época diferente daquelas que a precederam, é que ela impõe, em princípio, a *imitação* do mundo clássico. Já se cultuava o conhecimento deste mundo. Como esquecer aqui a importância que teve, nas letras, *a Arte de Amar* de Ovídio, desde o século XI, ou ainda, no pensamento, a filosofia aristotélica, no século XIII. O simples bom senso basta para fazer compreender que o Renascimento não se poderia produzir se os textos antigos não tivessem sido conservados em manuscritos copiados durante os séculos medievais.

É verdade que, com frequência invocou-se, para explicar esta “redescoberta” de autores antigos a queda de Constantinopla em poder dos turcos em 1453, que teria como uma das consequências a vinda para a Europa de bibliotecas de autores antigos conservadas em Bizâncio; mas quando se examina os fatos, percebe-se que isto não representou senão uma escala ínfima e não foi nenhum fator determinante. Os catálogos de biblioteca, anteriores ao século XV, conservados, provam-nos abundantemente. Para citar um exemplo, a biblioteca de Monte Saint-Michel, no século XII, continha textos de Catão¹⁷, o *Timeu*¹⁸ de Platão (em tradução latina), diversas obras de Aristóteles, de Cícero, trechos de Virgílio e de Horácio¹⁹...

A novidade era o uso que se fazia, se assim se pode dizer, da Antiguidade clássica. Em vez de ver nela, como antes, um tesouro a explorar (tesouro de sabedoria, de ciência, de processos artísticos e literários no qual se poderia beber, indefinidamente), passou-se a considerar as obras antigas como modelos a serem imitados. Os antigos tinham realizado obras perfeitas; tinham atingido a Beleza integral. Então, quanto melhor se imitasse suas obras, mais se estaria certo de atingir a Beleza.

Parece-nos difícil admitir hoje que, em arte, a admiração deva conduzir a repetição formal do que se admira, a transformar a Imitação em Lei. Mas foi isto que aconteceu no século XVI. Para exprimir a admiração que experimentavam pelos filósofos antigos, um Bernardo de Chartres²⁰, no século XII, tinha exclamado: “Somos anões, montados nos ombros de gigantes”. Ele não percebia que assim, levado pelos Antigos, podia “ver mais longe do que eles”.

Mas é a própria maneira de ver que muda na época do Renascimento. Rejeitando até a ideia de “ver mais longe” que os Antigos, insistiam em considerá-los somente como modelos de toda beleza passada, presente e futura. Fenômeno, aliás, curioso na História da Humanidade, ocorre no momento em que se descobre imensas terras desconhecidas, outros oceanos, um novo continente. Ora, na mesma época, principalmente na França, em vez de se voltar para estes horizontes novos, volta-se para o que há de mais remoto no mundo antigo. Imagina-se, de boa fé, que “se descobre” um autor como Vitrúvio²¹, por exemplo, do qual vão tirar as leis da arquitetura clássica, enquanto, nós o sabemos atualmente, os manuscritos de Vitrúvio eram relativamente numerosos nas bibliotecas medievais e que hoje ainda subsistem quase cinquenta exemplares, todos anteriores ao século XVI. Em

suma, enquanto na Idade Média se copiava Vitróvio, estudavam-se seus princípios, sem sentir a necessidade de aplicá-los exatamente²².

Veremos mais adiante a lei da imitação enunciada no domínio das letras. No que concerne à arquitetura e às artes plásticas, é suficiente constatar a ruptura bem visível, ainda hoje, entre monumentos medievais e os que nos deixaram o século XVI e os templos clássicos. Há poucas cidades de França em que não se veja, a todo instante, lado a lado, os testemunhos dessas duas épocas tão bem marcadas nos seus contrastes e em suas sucessões no tempo, como estratos arqueológicos que são encontrados ao longo das escavações. O exemplo mais simples é, em Paris, o contraste que se apresenta nas duas margens do Sena, de um lado, a Sainte-Chapelle e as torres da Conciergerie, do outro, o pátio do Louvre. A ruptura é tão evidente como a que se produziu aos olhos dos parisienses quando, em 1549, por ocasião da entrada do rei Henrique II²³ em Paris, decidiu-se suprimir as “bateleiges”²⁴ dos tempos antigos. Todo este conjunto, mistura de cortejo e quermesse, que antes acolhia o rei, na cidade que ia se tornar a capital, foi sacrificado e substituído por decorações à antiga, colunas, frontões, capitéis dóricos, jônicos ou coríntios, nos quais a não ser ninfas ou sátiros, semelhantes às estátuas gregas e romanas, se permitia fazer evoluções. A fachada da Igreja de Saint- Etienne-du-Mont²⁵, que data desta época, mostra em toda sua ingenuidade o desejo de copiar com fidelidade as três ordens antigas, colocadas uma sobre as outras, enquanto o Panteon, mais recente, reproduz, com toda exatidão, os templos clássicos.

O que nos parece injustificável, na atualidade, é o próprio princípio da imitação, o gosto pelo modelo, pela cópia. É Colbert²⁶ dando instruções aos jovens que enviava a Roma para aprender belas-artes: “Copiar com exatidão as obras-primas da antiguidade sem nada adicionar a elas”. Viveu-se o princípio da imitação, pelo menos nos meios oficiais, até uma época muito próxima da nossa. Sobretudo na França, onde a cultura clássica foi, até nossos dias, considerada como a única forma de cultura. Lembremos que, ainda recentemente, não se podia pretender ser culto sem conhecer latim, e até mesmo grego; e que, até data bastante próxima de nós, a essência do trabalho dos estudantes de Belas-Artes, em todas as seções, inclusive na arquitetura, consistia em copiar gessos gregos e romanos. Os tempos clássicos só deram algum valor artístico a determinadas obras de arte chinesa, alvo de moda passageira, no século XVIII e que não eram nem as mais bem escolhidas, nem as mais autênticas; ou, ainda, após as campanhas

napoleônicas, à arte clássica egípcia. Exceto essas duas concessões ao “exotismo”, toda Beleza se resumia ao Partenon, em arquitetura, e à Vénus de Milo, em escultura.

O que nos surpreende até hoje — sem prejudicar em nada a admiração que provocam o Partenon e a Vénus de Milo — é que semelhante estreiteza de visão tenha sido lei durante cerca de quatro séculos. E, no entanto, foi assim: a visão clássica que se impôs ao Ocidente, mais ou menos uniformemente, não admitia outro esquema, outro critério que não fosse a Antiguidade Clássica. Mais uma vez, presumir-se-ia que a Beleza perfeita tinha sido atingida durante o século de Péricles e que, por isso, quanto mais nos aproximássemos das obras desse tempo, melhor atingiríamos a Perfeição.

Caso, em arte, se admitam definições e modelos, esta estética, em si, foi tão válida quanto muitas outras. Não há necessidade, aliás, de demonstrar que ela o foi: basta considerar o que nos legou: residências aristocráticas, não só na ilha de Saint-Louis, em Paris, mas também em tantas outras cidades como Dijon, Montpellier ou

Aix-en-Provence. O que é estranho é seu caráter exclusivo e absoluto, jogando o anátema sobre a Idade Média. Tudo que estivesse em desacordo com a plástica grega e latina era impiedosamente recusado. Era “o insípido gosto pelos ornamentos góticos”, de que fala Molière²⁷. “A medida que as artes se aperfeiçoaram, desejou-se substituir, em nossas igrejas góticas, os ridículos enfeites que as desfiguravam por ornamentos de um gosto mais refinado e mais puro”, escreve o abade Laugier²⁸, em suas *Observations sur l'architecture*. E se felicitava em ver, no coro da Igreja de Saint-Germain-l'Auxerrois, pilares góticos “metamorfosados em colunas caneladas”. A imitação da Antiguidade se dedicava à destruição dos testemunhos dos tempos “góticos” (desde Rabelais²⁹, o termo era empregado com o significado de “bárbaro”). Essas obras eram numerosas e seria demasiado caro a todas destruir. Assim, grande número sobreviveu, apesar de tudo; mas sabe-se que, no século XVII, foi editada uma obra para guiar e aconselhar, com eficiência, os que queriam destruir os edifícios góticos que, nas cidades remodeladas segundo o gosto do tempo, com frequência prejudicavam a paisagem: era preciso que tudo fosse repensado, ordenado, corrigido, segundo as leis e as regras que os tornassem de acordo com Vitrúvio ou com Vasari.

Não se deixará de protestar, diante deste enunciado da lei de imitação;

falar-se-á de simplismo e se protestará, em nome do gênio triunfante, em razão de sua genialidade, da lei de ‘imitação e de seus corolários, dos cânones acadêmicos e outros. Não nos daremos ao trabalho de refutar esses protestos: seria evidente o absurdo de negar a beleza e a grandeza desses monumentos dos séculos clássicos, surgidos de uma vontade de imitação que o gênio de seus autores, em verdade, soube assimilar. E este absurdo seria tanto mais flagrante porquanto ele renovou exatamente o essencial que caracterizou os séculos acadêmicos. Não é um dos benefícios da História nos ensinar a não repetir erros do passado, no caso, em decorrência dessa estreiteza de vista que impedia aceitar o que não estivesse de acordo com a estética do momento, isto é, a da Antiguidade?

O fato é que a História da Arte foi elaborada ao tempo em que reinava incontestemente esta visão clássica. Parecia então normal identificar o Belo absoluto com as obras da Antiguidade, com o Apoio de Belvédère ou com o Augusto do Vaticano, que submetiam obras da Idade Média às mesmas normas. Como escrevia André Malraux³⁰: “Prejulgava-se que o escultor gótico desejara esculpir uma estátua clássica e que se não o conseguira fora porque não o tinha sabido fazer.” E o que dizer do escultor românico? Ele bem quisera fazer estátuas como a Vitória de Samotrácia, mas, infelicíssimo por não o conseguir, só lhe restara, afinal de contas, esculpir os capitéis de Vézelay ou o portal de Moissac; teria gostado muito de fazer “uma verdadeira estátua, em torno da qual se pudesse fazer a volta”, segundo a expressão do historiador de arte; adoraria imitar o friso do Partenon ou a coluna de Trajano... Mas não, com suas “deformações” e “falta de jeito” — estes são os dois termos consagrados que se usava em nossa mocidade, não estou certa de que não continuem a sê-lo, pelo menos na escola, para qualificar os artistas românicos — não conseguiram mais do que cercar o Cristo de Autun, como uma criação vertiginosa; criar a história da Salvação no portal real de Chartres...

Evocamos aqui somente a escultura, porque a pintura em si — ou melhor, a cor — causava a tal ponto repulsa nos séculos clássicos, que não se encontrou outra solução senão a de cobrir os afrescos romanos ou góticos com massa e quebrar os vitrais para substituí-los por vidros brancos. Foi o que ocorreu um pouco em toda parte. Pode-se considerar que em Chartres, na região de Mans, em Estrasburgo, em Bourges, apenas esquecimentos felizes permitem que, no presente, possamos ter uma ideia do que foi a beleza da cor, na época; as rosáceas do transepto de Notre-Dame de Paris

foram conservadas — fazendo-se abstração dos desgastes da época revolucionária — somente porque se receava ser difícil refazê-las, por falta de técnica — o que, para nós, representou uma bela homenagem aos construtores da Idade Média! A grande arte da época clássica continuava a ser a escultura, o baixo-relevo que, precisamente, existe pouco nos séculos medievais, por várias razões, mas sobretudo porque preferiam animar uma superfície do que executar um objeto em três dimensões. Uma das questões cruciais para o historiador da arte da Idade Média foi: como os escultores puderam “reaprender” a escultura? Partia-se do princípio de que a escultura tinha sido uma arte “esquecida”. Sempre que se tentava alguma coisa neste sentido, surgiam ensaios desajeitados, dignos de uma “criança” (o termo é de desprezo e não de admiração, como seria atualmente). Onde os julgamentos de valor apresentados pelos historiadores de arte: estátua “de feiúra selvagem” (trata-se da famosa Santa-Fé, do tesouro de Conques), “ilustração muito grosseira” (trata-se da famosa Bíblia de Amiens), “uma horrorosa deturpação da figura humana”³¹.

A visão clássica teve outra consequência, da qual não nos liberamos ainda: o método que consiste em não estudar, numa obra de arte, senão as “origens” e as “influências” das quais ela procede.

É bem sabido que, nada se originando de nada, o estudo das fontes e das origens é indispensável em cada disciplina. Mas, reduzir a história da arte ao estudo “das influências” que puderam conduzir a esta ou àquela forma de arte levar-nos-ia a conclusões aberrantes. A obra dos tempos clássicos se ressentia da imitação do mundo antigo; se refere a modelos; se os reivindica em outros lugares. Tal escultor se pode vangloriar de ter seguido os padrões de Policeto³²; tal pintor de se ter submetido rigorosamente às leis da perspectiva. É conhecido o entusiasmo que despertou, em Leonardo Da Vinci, o fato de ter visto um cão ladrar ao reconhecer seu dono em um quadro, tão perfeita era a semelhança com o original. Basta ter consultado este código de pedantismo que é o *Essai sur la peinture* (Ensaio sobre a Pintura), de Diderot³³, para compreender como a própria pintura não era concebida senão em relação a todo um conjunto de leis e de referências, graças às quais a perfeição estaria garantida. Assim, enumeram-se as leis da “paisagem histórica” e da “paisagem comum”, que mereceriam apenas o desprezo do menos esclarecido dos leitores atuais.

Partindo desses mesmos princípios, todo um grupo de historiadores de arte suou sangue e água para encontrar na arte da Idade Média origens,

influências, fontes a partir das quais se teria exercido a imitação. Porque, afinal, era preciso que eles tivessem imitado qualquer coisa, pois a arte consistia em imitar, seja a Natureza, sejam os mestres antigos que imitavam a Natureza. Que confusão singular! No século XVIII, ninguém duvidaria que toda nossa arte gótica tivesse sido trazida pelos árabes! No século seguinte, o historiador de arte, com bases mais científicas, não questionaria pelo menos de início, o princípio de imitação. Mas as diferenças entre obra e “modelo”, sendo por demais evidentes, eram procuradas adiante. No começo do século XX, o historiador Strzygowski³⁴ intitulava sua obra: *Orient ou Rome?* A pergunta parecia desnorteante; hoje ela nos parece um tanto ingênua. Não encontrando em Roma o modelo requerido, procurava-se no Oriente, termo cuja feliz imprecisão aumentava, pelo menos, o campo de investigação. E concluíam-se flagrantes tolices como este comentário que tivemos ocasião de destacar a propósito de um capitel da Igreja de Saint-Andoche de Saulieu, mostrando folhagens estilizadas: “Folhas de álamo, Árvore sagrada dos persas. Influência persassânida”. A figura do pequeno escultor da Borgonha empenhando-se na imitação dos persas sassânidas pode resumir os erros ocasionados pela atitude dos historiadores de arte, obstinando-se em estudar, não a obra de arte em si mesma, na sociedade que a vira nascer, respondendo às suas necessidades, à sua mentalidade, mas nas ligações que ela poderia ter com os arquétipos supostos que, às vezes, iam ser procurados muito longe...

Paralelamente, a visão clássica levava a não dar importância a não ser às cenas figurativas, aquelas que pelo menos representavam alguma coisa (imperfeitamente, diga-se de passagem). Podia-se então reencontrar textos, identificar objetivos evocados, estabelecer filiações, destacar influências, entregar-se, enfim, a todos os exercícios necessários ao historiador de arte, segundo as normas em vigor. Embora a arte românica tenha apresentado uma notável resistência às filiações e influências (e compreenda-se que a Sorbonne a examinou com rigor), resta que as tendências desse gênero foram deturpadas até a redescoberta da arte medieval pelos Românticos, de cujos méritos nunca poderemos falar com justiça. Lembremos que é a Victor Hugo³⁵ que se deve o fato de podermos hoje contemplar a Notre-Dame de Paris, assim como Viollet-le-Duc³⁶. Entretanto, em sua época, o princípio da imitação continuava a imperar, embora, felizmente, se imitasse a “Idade Média”, como se tinha imitado a Antiguidade. O resultado foi a Igreja de Sainte-Clotilde, em Paris, cópia fiel de uma catedral gótica — tão

fiel que não apresentava nenhuma espécie de interesse, o mesmo acontecendo com a Igreja da Madeleine, cópia fiel do Partenon.

Ora, a atenção dedicada aos testemunhos “destes tempos a que chamamos obscuros”, no domínio artístico, como nas letras, leva a compreender até que ponto toda arte da Idade Média é invenção. Testemunho precioso, porque fundamenta o valor e o interesse dos esforços realizados, muito mais tarde, em um século de revolução artística. Um Monet³⁷, um Cézanne³⁸ estavam bem mais próximos dos pintores de Saint-Savin ou de Berzé-la-Ville, que de Poussin³⁹ ou de Greuze⁴⁰; um Matisse⁴¹ viveu bastante para aperceber-se disto: “Se eu os tivesse conhecido, isto me teria evitado vinte anos de trabalho”, dizia ele ao sair da primeira exposição de afrescos românicos feita na França, pouco depois da guerra de 1940. É bem claro que o gênio de um Matisse se exprimia de maneira bem diferente dos pintores românicos, mas o conhecimento das obras desses pintores conduziu-o exatamente a esta liberdade interior que ele tivera de conquistar pouco a pouco, contra tudo que lhe haviam ensinado.

As discussões acadêmicas sobre “arte-invenção” ou “arte imitação” estão fora de moda na atualidade. No entanto, é preciso fazer a elas menção porque, até nossa geração inclusive, apresentaram grande importância, quer se tratasse de expressão plástica ou poética. O nome do poeta nos tempos feudais era: *trovador*, o que encontra, *encontrados*, ou seja: inventor. O termo *inventar* adquire aqui sentido forte, e dele se reveste quando se fala do inventar de um tesouro, ou da festa de Invenção da Santa Cruz. Inventar é pôr em jogo, ao mesmo tempo, a imaginação e a busca, é o início de toda criação artística ou poética. Para as gerações de hoje isso parece evidente. Resta saber que, durante quatro séculos, é o postulado oposto que se impunha com evidência semelhante. Ninguém pode admirar-se quando, em nossos dias, há certa confusão no que concerne às formas com que se exprime a invenção, a capacidade de criação.

Sob este aspecto, o estudo do passado pode ser muito instrutivo: é surpreendente que o admirador de arte românica, viajando pela Europa e Oriente Próximo, possa encontrar sempre os mesmos tipos de arquitetura, as mesmas abóbadas de arco pleno, sustentadas pelos mesmos pilares, os mesmos vãos em semicírculo, resumindo: monumentos originários de uma mesma inspiração. A propósito da época românica, podem ser feitas as mesmas observações que em relação aos tempos atuais e a ela aplicar as mesmas críticas que as suscitadas pela uniformidade exaustiva dos “grandes

conjuntos”, idênticos, de um lado a outro, nos cinco continentes.

De outra forma, o estudo da arte românica poderia levar o criador moderno a se perguntar onde se situa a invenção em nossos dias. Com efeito, assistimos, na atualidade, à busca de originalidade que, em pintura, por exemplo, chega à loucura, enquanto que, paralelamente, o arquiteto do H.L.M. (*Habitation Loyer Modéré*⁴²) e de outros conjuntos populares renuncia e desiste, fazendo da cidade um universo de tocas, ao tempo em que a juventude se conscientiza de repente que o homem não pode viver como um coelho.

Não estará em discussão, aqui, a formação do arquiteto? Os arquitetos da época clássica e o ensino da arquitetura até nossos dias consideraram os problemas pelo lado de fora: o efeito produzido, a disposição da fachada, o alinhamento regular das construções, os frontões, a decoração à moda antiga... Ninguém pensava, sobretudo na França, em começar pelo exame das necessidades que poderiam ter seus ocupantes.

Enquanto progressos decisivos nas técnicas de construção eram conquistados, não estava longe o momento em que se compreenderia ser possível passar sem o arquiteto, que os problemas maiores da construção eram os do engenheiro: problemas de resistência de materiais, instalação de canalização, de acesso, de funcionamento, de disposição de interiores etc.

Mas as primeiras grandes realizações de uma arquitetura realmente moderna surgiram bem longe de nós: na Finlândia com um Saarinen, nos Estados Unidos com um Frank Lloyd Wright⁴³ etc. Foi na França que os padrões de arquitetura clássica pesaram por mais tempo e de modo mais intenso sobre a formação do arquiteto. O único construtor, entre nós, que tentou com resolução inovar, ou pelo menos adotou princípios levando em conta o homem que ia viver nestes imóveis, foi um estrangeiro, Le Corbusier⁴⁴, que não havia “sofrido” a escola de Belas-Artes.

É de todo artificial tentar manter um lugar para o arquiteto, no momento atual; a finalidade para a qual foi formado não é mais admissível; nascido com os tempos clássicos, morreu provavelmente com eles; as elucubrações, às quais se entregam alguns, não podem representar mais que custosas fantasias. Os arquitetos a quem foi confiada a construção da nova basílica, em Lourdes, tiveram pelo menos a humildade de partir da verificação dos insucessos e preferiram um edifício funcional apenas, e além do mais, subterrâneo (o que foi melhor). É surpreendente o contraste entre esta espécie de impotência admitida que se constata no domínio da construção e

os sucessos em outros domínios, como estradas, calçamentos, aviação: sucessos técnicos que são, também, com muita frequência, realizações estéticas.

O drama não será o de querer, de início, “fazer estética”? Não nos privaremos aqui de objetar a estes resultados inegáveis que são as residências e palacetes dos séculos XVII e XVIII, castelos de financistas e de importantes parlamentares da época, sem falar de Versailles. Não se trata, evidentemente, de contestá-los. Essas construções pertencem a uma época e a concepções que já não mais têm lugar, em nossos dias; elas implicavam, aliás, em um gosto pelo fausto e, mais ainda, pelas tradições de artesanato de seus construtores, que se foram, de forma gradual, esgotando através do tempo. A Igreja da Madeleine está no estilo exato do Palais-Bourbon; apenas a elegância desapareceu.

A comparação nos conduz ao exame de arte e luxo. O século XIX não hesitou um instante em admitir esta interdependência. O demarcável Thiers⁴⁵, fazendo a apologia do burguês, ressaltou que era o rico que dava origem à obra de arte através de sua generosidade. Toda concepção clássica lhe dava razão, mas faltava-lhe percepção para a diferença existente entre arte e objeto de arte, e o resultado foi sua coleção pessoal, espantoso bricabraque de objetos antigos de gesso (à antiga) e reproduções caras, de Roma, numa moldura de estilo Luís Filipe.

Na mesma época, os que viviam em um verdadeiro fervor artístico viam-se recusados por uma sociedade tornada incapaz, por completo, de discernir um tipo de arte fora dos conceitos acadêmicos. Daí o fenômeno que marca profundamente a época e que faz da história da arte, no fim do século XIX e começo do século XX, um verdadeiro martirologio: miséria, loucura, suicídios; basta lembrar os nomes de Soutine⁴⁶, Gauguin⁴⁷, Modigliani⁴⁸, Van Gogh⁴⁹ etc. Artesãos de uma revolução pictórica que nos liberaria da visão clássica, que logo iria permitir a um maior número ver de maneira diferente dos padrões acadêmicos, foram marginalizados em uma sociedade moldada em suas concepções espirituais; todo sentimento de admiração por suas obras, que nos parece natural, era então rotulado de extravagância. Esta atitude imperou até o momento em que o burguês francês descobriu, de repente, que havia perdido excelentes negócios e que a arte podia também ser um valor na algibeira. Daí o movimento inverso que fez com que, em venda pública, um Gauguin fosse cotado mais caro que uma catedral gótica⁵⁰, mas trata-se apenas de um capítulo à parte da

verdadeira história da arte. As gerações futuras (o movimento já está em decadência) não se escandalizarão pouco, por certo, ao constatar que a nossa conduziu a arte ao âmago da especulação, manifestando nesse domínio uma confiança ingênua nas cifras que parece caracterizar nosso século XX. Por isso, sua glória não será realçada.

Pode-se perguntar se estes jovens vêem na obra de arte um momento de êxtase, um *happening*, que se provoca e que se destrói à vontade, uma vez terminada a emoção; resumindo, não estariam mais próximos das concepções pré-clássicas — isto é, sempre que confundiam o *presente* com o *instante*? Durante todo o período medieval, com efeito, a arte não se separou de suas origens. Queremos dizer que ela exprime o *Sagrado*. E essa ligação entre arte e sagrado provém das próprias fibras do Homem em todas as civilizações; os especialistas da pré-história nos confirmam o fato, desde o aparecimento da arte nas cavernas⁵¹. Todas as raças, sob todos os climas, atestaram sucessivamente essa íntima comunhão, essa tendência inerente ao Homem que o leva a exprimir o Sagrado, o Transcendente, nesta linguagem que é a arte sob todas as suas formas. Assim, cada geração teve, através do tempo e do espaço, sua visão própria e as facilidades atuais de deslocamento e de reprodução nos permitem reencontrar essa visão. Ora, é muito significativo constatar que a falha, a queda de atividade artística corresponde ao momento em que aparece, no século XIX, uma concepção mercantilista do “objeto de arte”. Não é menos revelador que tenha nascido ao mesmo tempo o “objeto piedoso”, lamentável decalque do Sagrado a serviço do dono da loja. Hoje, ainda é surpreendente ver a que ponto a impotência artística liga-se à ausência do Sagrado. Certos países, certas seitas, certas igrejas também, certos edifícios religiosos exibem seu afastamento de todas as formas do Sagrado, por sua cruel indigência artística. Esta não tem nenhuma ligação, como se poderia pensar, ainda no fim do século passado, com riqueza ou pobreza. Porque há uma pobreza verdadeira, muitas vezes, magnífica: a das pinturas das catacumbas, a de tantas de nossas igrejas do interior. Ao contrário, a beleza original de muitos edifícios teria sido aniquilada, atualmente, por padres zelosos, animados de um louvável desejo de pobreza, mas que confundiam o que é pobre com o que é, apenas, sórdido.

É provável que seja preciso procurar nessa direção o segredo dessa criação que do menor capitel românico, tão semelhante em suas linhas a todos os outros, tão obediente, em sua forma, ao conjunto arquitetônico do

edifício, faz uma obra de invenção; uma obra de arte tão pessoal, que a mais fiel cópia, a maior exatidão de moldagem seria uma traição. Sua característica funcional, sua utilidade técnica, longe de prejudicar a qualidade artística, são sim suportes quase obrigatórios; porque a arte não pode ser “agregada” ao objeto útil, ao contrário do que acreditavam Ruskin⁵² e sua escola: ele nasceu com ela, ele é o próprio espírito que a anima, ou então não é nada. Tal é, pelo menos, o ensinamento que se retira da arte gótica assim como da românica e nossa época se encontra singularmente preparada para admitir esse ensinamento.

Para retomar a questão em seu conjunto, não seria exagerado dizer que na época românica, como na época moderna, a arquitetura foi concebida segundo normas mais ou menos semelhantes em tudo, parece ter sido feito um certo acordo, consciente ou não, sobre medidas ou módulos de base, segundo planos mais ou menos definidos. O exemplo mais claro é o das abadias, nas quais o arranjo dos edifícios é sempre o mesmo, de acordo com as necessidades da vida em comum: capela, dormitório, refeitório, claustro e sala capitular, com variantes que correspondem aos modos de vida das diferentes ordens: pequenas casas dos cartuxos, granjas e “usinas” cistercienses etc. Indubitavelmente, jamais a arquitetura respondeu por mais tempo a esquemas comuns através da variedade das populações; jamais seu caráter funcional foi mais fortemente marcado, quer se tratasse de construções religiosas ou de fortalezas; são as necessidades da liturgia em um caso, da defesa em outro, que ditaram as formas arquitetônicas.

Assim se vê, por toda a Europa e Oriente Próximo, edifícios românicos semelhantes. Desde os mais simples — pequenas igrejas de interior ou capelas de templários, construídas em um só plano retangular com uma abside semicircular marcando o coro, uma cabeceira plana que é o esquema inicial, respondendo à dupla necessidade de lugar de culto e de lugar de assembleia — até a vasta igreja de peregrinação, compreendendo, em torno do coro, a galeria que permite a circulação e sobre a qual se inserem as capelas laterais onde os padres itinerantes celebrarão suas missas; a tripla nave à qual corresponde o triplo portal; as tribunas que permitem alojar o povo etc. Do mesmo modo que as diferenciações que apareceram com a arquitetura gótica nasceram essencialmente de desenvolvimentos técnicos, como a invenção da cruzeta de ogiva e do arcobotante. Assim como a arquitetura dos castelos está ligada à evolução da técnica dos cercos e aos progressos do armamento.

Por que, então, cada edifício se apresenta com uma singularidade que impede de forma absoluta que ele seja confundido com um outro do mesmo tipo? Por que a abadia de Fontenay é diferente da de Thoronet, embora, em ambos os casos, se trate de abadias cistercienses correspondendo às mesmas necessidades originais, às mesmas normas de construção e ao mesmo plano? Sob que aspectos essas diferenças são tão marcantes que não se possa confundir três abadias irmãs pertencentes à mesma região como as de Thoronet, Silvacane e Sénanque? Em outros lugares poder-se-ia explicar as particularidades pela escultura, pelo ornamento. Mas este, precisamente nas igrejas cistercienses, é quase inexistente. É ainda um imperativo da função, pois a ausência da escultura, da cor, do ornamento é ditada pelo desejo de ascese que caracteriza a reforma cisterciense.

Ora, de um momento para outro, toda a arte românica se acha reinventada. O construtor soube colocar seu senso criador a serviço das formas necessárias. Melhor dizendo: funções necessárias, de onde nasciam formas ao mesmo tempo semelhantes e incessantemente renovadas. Sabia-se, então, que o homem não concebia formas, no sentido estrito, mas que ele pôde delas imaginar combinações infinitas. Tudo serve de pretexto à criação; tudo o que a visão lhe sugeria tornava-se tema de ornamento.

Porque o ornamento é inseparável do edifício e cresce com ele num acordo quase orgânico. Entendamos: não se trata nem de decoração nem de adereço, mas do que exprime o termo “ornamento” no sentido em que a espada é o ornamento do cavaleiro, segundo um exemplo conservado pelo historiador de arte Coomaraswamy⁵³. Pode-se compreender por ornamento este aspecto necessário da obra útil que emociona — o que, sob o ponto de vista etimológico, significa dar impulso. Sabia-se, então, que em tudo o que imagina, o Homem é capaz de conceber com esplendor. Por isso, ele passava o tempo a esculpir um fecho de abóbada ou um capitel conforme a imaginação sugeria ao entalhador de pedra, sem ultrapassar, no entanto, o lugar assinalado para um e outro no edifício. Da mesma forma a cor, que antigamente animara a obra inteira, fosse uma catedral, tanto em seu exterior como em seu interior. As limpezas recentes permitiram encontrar muitos traços dessa pintura que levou um prelado armênio a dizer, em visita a Paris, no fim do século XIII, que a fachada de Notre-Dame parecia ser bela página de um manuscrito iluminado.

O ornamento⁵⁴, na arte românica, não é distribuído senão com extrema parcimônia nos reencontros de linhas ou de volumes, nos espaços abertos

(janelas, portais...), nas cornijas. Sugere uma sequência de ornamentos que assemelha, às vezes, ao cantochão, exprimindo como ele um brilho que enriquece o conjunto da melodia. Enfim, ele é retirado de alguns temas muito simples.

Esses temas ornamentais que são para a expressão plástica o que as notas musicais representam para a música, nós os mostramos, ou tentamos mostrar, em toda sua importância⁵⁵. Alguns motivos, sempre os mesmos, que encontramos em outras civilizações, parecem ter constituído como que o alfabeto plástico de um tempo em que não se preocupavam em representar a Natureza, a vida quotidiana como tais, onde o traço mais obscuro, o mais modesto toque de cor significava uma outra realidade, animava uma superfície útil, comunicando-lhes algum reflexo de beleza, do universo visível ou invisível. Esses motivos percorrem toda a criação românica, indefinidamente renovada, às vezes semelhantes a eles mesmos, como estes caibros ou “fitas plissadas” em que destacam incansavelmente as arcadas, de tal forma desenvolvidas até dar nascimento a aberrantes vegetações, a seres monstruosos. As únicas representações que prendem a atenção do pintor ou do escultor são as da Bíblia, ela própria o mais rico repertório de imagens fornecidas ao Homem, como universo visível (uma e outra, a Santa Escritura e a Criação, são então consideradas como “as duas roupagens da Divindade”).

Só quase a partir do século XIII é que a visão muda e que, sob a influência renovada de Aristóteles, se desenvolve uma estética das formas e das proporções ⁵⁶.

Assim podemos admirar, um a um, todos os portais românicos, de Santiago de Compostela em Bamberg, ou todos os capitéis parecidos do Museu dos Augustins de Toulouse, ou ainda os campanários de Chapaize ou de Tournus, para tentar apreender o que marca essas obras perfeitas com uma singularidade tão forte. Mas podemos também, simplesmente ilustrar este sentido de ornamento, sempre renovado, a partir de um mesmo tema, a propósito de um pormenor da vida quotidiana, bem característica de toda uma mentalidade. Trata-se do capuz. É ornamento habitual da época. Remonta à noite dos tempos, pois o capuz medieval não é outro senão *apelerine* com capuz dos celtas, nossos ancestrais. Essa obscura capa, cobrindo a cabeça e as espáduas deu origem ao “hábito” dos monges, mas também da maioria dos adornos de mulheres e homens, entre os séculos VI e XV Continuou-se a usar sempre, e em toda parte, a *pelerine* com capuz,

como a dos pastores da galeria de Chartres ou dos camponeses de Jean Bourdichon⁵⁷.

Mas esse mesmo capuz, disposto de maneira a encobrir não mais a face, mas o crânio, embora composto dos mesmos elementos, encontra-se continuamente renovado, seja pela matéria de que é feito (lã, veludo, seda), seja pela maneira pela qual está disposto (os panos dando volta pela frente, mantidos como turbantes, espalhados em bicórneos...) tão bem que dá nascimento a todos os adornos, aqueles que se veem, ainda, sobre os afrescos, as miniaturas e até nos quadros de Fouquet⁵⁸. Esse capuz, cuja forma inicial não foi modificada, mas sempre reinventada, é característico do homem que o usa, uma vez que por sua extrema simplicidade e caráter funcional e por essa contínua reinvenção se exprime a personalidade de seu dono. Assim, na época, a própria roupa é o “tema ornamental”.

Para voltar à história da arte, basta folhear não importa que manuscrito, ver um simples mapa da época, para constatar a mesma capacidade de criação: a perfeição da escrita, a distribuição de página, de selo de autenticação, nos fazem sentir o que talvez seja uma obra completa. Completa porque foi realmente uma criação. Quem fez identifica-se com a obra; tanto que, entre seus dedos, ela se tornava uma obra-prima. Nunca se lastimaria o suficiente que a maior parte dos manuscritos continuasse desconhecida do público: que proveito haveria, no entanto, torná-los mais conhecidos, utilizando os meios de reprodução atuais! Uma letra ornamentada basta para revelar o que pode ser a criação artística da época românica. Não falemos das que contam toda uma cena bíblica, ou histórica, por exemplo. Uma inicial, por mais simples, em sua forma essencial, legível, reconhecível, se encontra reproduzida por cada copista, cada iluminista, que a faz sua e a desenvolve, por assim dizer, de acordo com suas possibilidades internas. Isso pode levar até a uma espécie de vertigem; esta torna-se um emaranhado de folhagens entrelaçadas, aquela outra dá nascimento a um animal que termina com o rosto de um homem, a um homem transformado em monstro, ou anjo, ou demônio; entretanto, a letra não foi traída; ela continua, mas sem parar de ser recriada. E sem dúvida o que caracteriza a arte românica (a arte gótica também, a despeito de certos exageros, que marcam seu fim): o respeito da função essencial numa perpétua redescoberta das possibilidades que encerra.

3. Rudes e Ignaros

No século XVI, tanto as letras quanto as artes não escaparam ao postulado da imitação; ainda era preciso se conformar com as regras fixas do gênero greco-romano. Uma tragédia devia necessariamente comportar as três unidades; tempo, lugar e ação; todo desvio era severamente julgado.

Além disso, passava-se com as letras o mesmo que com as artes, quer dizer, *só se admitiam as do mundo antigo, as dos séculos clássicos*: o de Péricles¹ para a civilização grega, o de Augusto para a civilização romana. Todo o estudo da língua e das letras, de fato, se reduzia, na época, a uma expressão escrita, igual à de dois ou três séculos, dos quais se fazia modelo, como para a escultura.

Não havia forma literária além daquelas da Antiguidade: odes, elegias. Tolerava-se o soneto na medida em que era uma aquisição do século XV que havia obtido seus títulos de nobreza na Itália, país venerado em razão da Urbs antiga. Entre os gêneros, mantinha-se uma separação rigorosa: comédia de um lado, tragédia do outro. E para que a tragédia fosse considerada “nobre” era necessário que buscasse seus temas na Antiguidade, o que deve ter custado a Corneille² ser obrigado a escrever *O Cid* e *Polieucte* e de só ter respeitado a sacrossanta “regra das três unidades” ao preço de acrobacias verdadeiramente inverossímeis. Quanto a Racine³, mais respeitador dos princípios acadêmicos, seus prefácios são expressamente compostos para se desculpar de ligeiros desrespeitos à Lei da Imitação. Na poesia menos rebuscada, pastores da Arcádia⁴, ninfas, sátiros e outra fauna evoluirão, daqui por diante, como em um quadro de Poussin.

No século XVI foi levantada a questão de reduzir o verso francês às regras da prosódia e da métrica antigas, fundamentadas numa acentuação que, em verdade, não existe na língua francesa. Um imperativo de tal estreiteza, dando tão pouca importância ao próprio espírito da língua, não se poderia manter por muito tempo; em compensação, o alexandrino, filho do hexâmetro antigo, manteve-se, impondo sua tirania até as revoltas românticas e até bem mais tarde.

A imitação do latim clássico estendeu-se ao próprio estudo da língua. Tentou reduzir a frase francesa às normas da frase latina; aí está a origem das desesperadoras regras de gramática e de análise lógica que foram impostas aos estudantes, como as “conjuntivas de restrição” e outras tolices nascidas no cérebro de gramáticos animados de um sóbrio pedantismo. Daí

também nossa ortografia, uma das mais extravagantes que existem. É para imitar a Antiguidade que a palavra homem foi provida de um *H*, que se multiplicaram os *ph*, que se dobraram o *m* e o *n*... E a tendência se impôs de tal modo que dever-se-ia chegar, tardiamente, é verdade, já que isso só aconteceu no século XIX, a julgar a cultura de um indivíduo por sua ortografia! Em realidade, a regra se instalou ao mesmo tempo que a imprensa, o que acarretou uma certa fixidez no uso. Mas essa foi uma grande infelicidade para as gerações de estudantes que tiveram, e têm ainda, de sofrer essa fantasia dos pedantes do Renascimento, calcada, como tudo o mais, sobre o que lhes ditavam as inscrições antigas. Assistimos atualmente a uma explosão do mesmo tipo. Alguns ficam inconsoláveis. Pode-se perguntar, no entanto, em que semelhante tendência, reacionária em sua essência, está legitimada; ela parecerá às gerações que se vão seguir cada vez menos justificável.

Repitamo-lo: a admiração que se pode experimentar pelo mundo antigo não está sendo questionada. Nas letras, como nas artes — para adotar as classificações vigentes — não deixou a Idade Média de se inspirar na Antiguidade, sem, no entanto, considerar suas obras como arquétipos, como modelos. Foi no século XVI que se impôs, neste domínio, a lei da imitação.

Ora, nossos programas escolares até hoje não se preocupam com a literatura clássica⁵, que começa no século XVI. Esta mutilação voluntária, com a qual faz-se acreditar que letra e poesia não existiram na França antes do século XVI, será admissível de fato e de direito? Atualmente temos um atraso considerável no conhecimento do nosso próprio passado literário, ao contrário de outros países como os da Escandinávia, a Alemanha, os Estados Unidos, a Suíça alemã. Isso pelo capricho de alguns professores e porque assim decidiram algumas gerações de inspetores-gerais.

Um pequeno detalhe bem simples pareceu-me, há alguns anos, significativo a esse respeito: foi no tempo em que estudava as cartas de Heloísa e Abelardo⁶, por volta de 1965. Tinha querido, na sala de impressos, na Biblioteca Nacional, verificar a citação da *Farsala* de Lucano⁷ contida na *Carta a um amigo*. Ora, procurando na Referência, apercebi-me de que tinha nada menos que seis exemplares da *Farsala* de Lucano, na sala dos impressos, à minha disposição: cinco exemplares diferentes do texto latino, mais uma tradução. Para uma obra que, reconheçamos, não faz necessariamente parte da bagagem de um homem, mesmo culto, era demais. De repente me veio a ideia de ver se encontraria,

na Referência, um exemplar de *Tristão e Isolda*, ou uma outra obra de Chrétien de Troyes⁸. Procurei-as, em vão...

Toda a Antiguidade clássica, mas nenhuma só obra do período de nossa História que vai do século V ao XV isto é inadmissível. A *Farsala* de Lucano, mas não *Tristão e Isolda*⁹.

Em compensação, muitos anos antes, exatamente em 1950, durante uma viagem aos Estados Unidos, tive de redigir um artigo sobre Bertrand de Born¹⁰. Indo à biblioteca de Detroit, encontrei com a maior facilidade do mundo, eu mesma, na prateleira — segundo o notável sistema de classificação que nossas bibliotecas começaram a adotar mais tarde — a obra de que precisava. O que do outro lado do Atlântico é acessível a qualquer leitor, não o é em Paris, na Biblioteca Nacional, para o leitor privilegiado (porque, em princípio, possui diplomas universitários). Nada dá melhor ideia da estreiteza de nossas concepções culturais, nós que somos tão confiantes em nossa reputação de povo de grande cultura.

Mil anos sem produção poética ou literária digna desse nome, é concebível? Mil anos vividos pelo homem sem que se tenha exprimido nada de belo, de profundo, de grande, sobre ele mesmo? Quem acreditaria nisto? No entanto, fizemos acreditar nisso pessoas muito inteligentes que somos nós mesmos, os franceses, e isso por quase quatrocentos anos. Bastou que Boileau¹¹ escrevesse:

Villon soube primeiro, nestes séculos grosseiros, desemaranhar-se da arte confusa dos velhos romancieiros para que todos se convencessem disso. Villon era o “mais antigo” dos poetas franceses. Isso se encontra consignado em todos os livros didáticos nas escolas.

Ora, os mil anos em questão viram o desabrochar e o desenvolvimento da epopeia francesa (quem disse que os franceses não tinham “pensamento épico” cometeu não só um erro histórico, mas também um erro literário), a invenção de um gênero novo, o do romance, desconhecido na antiguidade clássica; enfim, o nascimento da lírica palaciana que enriqueceu com novas cores o tesouro poético da humanidade.

Essa lírica palaciana foi estudada em suas origens e sua evolução por um eminente romanista de Zurique, autor de *Origines et de la Formation de la tradition courtoise en Occident*, que a Sorbonne prudentemente ignorou. Nem sempre é fácil manter completo silêncio sobre uma obra que comporta cinco volumes *in-4*, como a de Reto Bezzola¹², aparecida de 1949 a 1962¹³, cheia de citações e de referências que fazem uma espécie de panorama, de

condensação do conjunto da lírica, até o fim do século XII; ela começa a ser conhecida aqui e ali nos meios universitários. O autor nos descobre a evolução das letras medievais de início em latim, depois nas duas línguas, *oc* e *oil*, de nosso francês antigo. Seguindo essa evolução, surpreendemo-nos ao constatar que essa poesia, em sua expressão e desenvolvimento, está intimamente ligada à das artes em geral. É no fim do século VI que se manifesta a primeira expressão dessa lírica palaciana com Fortunat¹⁴, que dedica a Radegunda¹⁵, fundadora do mosteiro de Saint-Croix, em Poitiers, bem como à abadessa Agnes¹⁶, versos latinos onde já se exprimem sentimentos que animarão a poesia dos trovadores e menestrelis do século XII. Esse sopro desconhecido provém, essencialmente, de uma visão nova, lançada sobre a mulher a quem é dirigida, daí em diante, com uma ternura cheia de respeito. Assim, neste mundo que nos descrevem como um “campo fechado”, onde a barbárie enfrenta a tirania e por esta é enfrentada, nascia este sentimento de uma extrema delicadeza que fará da mulher a suserana de todos os poetas.

Só um escritor teve a honra de sobreviver em nossas memórias, o historiador Grégoire de Tours, cujo nome nos evoca a Alta Idade Média; o que conduz a comparar todos os homens dessa época aos filhos de Clóvis, que tal como muitos jovens de hoje, como todos sabem, relutam em cortar os cabelos; e todas as mulheres à rainha Fredegonda, cuja distração favorita era, todos sabem também, prender suas rivais à cauda de um cavalo a galope. Isto nos permite rotular cerca de três séculos, simplesmente, como tempos bárbaros.

Entretanto, na própria Alta Idade Média viu-se o livro tomar a forma com que se apresenta até hoje, o *codex*, instrumento de cultura, que daí em diante substituiu o volume, o rolo antigo; a imprensa não poderia prestar os serviços que prestou senão graças à invenção do livro.

Igualmente nesta época que foi elaborada a linguagem musical usada no Ocidente até hoje. Com efeito, a atividade poética e musical se intensifica com a criação de múltiplos hinos e cantos litúrgicos, e sabe-se que o cantochão ou canto gregoriano, durante muito tempo atribuído ao papa Gregório, o *Grande*¹⁷, data do século VII. Os próprios nomes das notas da escala foram tirados de um hino do século VIII, em homenagem a São João Batista, *Ut queant laxis*, pelo italiano Guido de Arezzo¹⁸.

Só alguns especialistas conhecem os grandes nomes que ilustram as letras durante a Alta Idade Média, mas isto não significa que elas não

ofereçam nenhum interesse. Um pouco de curiosidade sobre o assunto permitiria, no entanto, perceber a descoberta de uma “verve” original e surpreendentes capacidades de invenção em autores como Virgílio, o *Gramático*¹⁹ ou Isidoro de Sevilha²⁰, no século VI, Aldhelm²¹ no VII, Beda, o *Venerável*²² no VIII.

Os que estudaram essas obras, escritas em latim castiço, mas muito mais fácil para nós do que o latim clássico, certamente apreciaram a intensa riqueza de pensamento e de poesia, a surpreendente liberdade de expressão²³.

Nas letras, como nas artes, parece que as populações, liberadas do jugo romano, reencontram espontaneamente a originalidade que, em verdade, não haviam perdido. A cultura clássica, desaparecida com o ensino, a magistratura, em resumo com a administração romana, sucedeu uma nova cultura que não deveu em nada aos cânones acadêmicos. É raro que os historiadores admitam reconhecer aí a veia céltica e sua prodigiosa faculdade de invenção verbal e formal; no entanto, parece-nos difícil negar, na Gália e na Espanha, como na Irlanda e na Grã-Bretanha, a origem desse sopro que suscita, em toda parte, a renovação: gosto do enigma, jogo de verbo e de assonâncias, cujo parentesco é insofismável com esses arabescos, esses entrelaçados, essa profusão lírica que se encontra também na própria arte da época. Os manuscritos onde desabrocha o gênio celta (que se conservam, principalmente, nas bibliotecas da Irlanda) são aparentados a essas obras-primas em filigranas de ouro que se pode sempre admirar (no gabinete de medalhas da Biblioteca Nacional, no Louvre, ou no museu de Cluny) e que, na falta de melhor, chamam-se, na França, merovíngias e, na Espanha, visigóticas. Mais dia, menos dia, será preciso decidir-se a admitir a origem comum dessas diversas formas de expressão no Ocidente de então. Certamente há um oceano de preconceitos a enfrentar, uma montanha de indiferença a transpor, mas pode-se considerar que o passo decisivo já está dado; porque foi a formação clássica, a ética clássica que, até época muito recente, nos impedia de ver nas obras da Alta Idade Média outra coisa que obras “rudes e bárbaras”.

Não sendo possível nos alongarmos sobre estas obras cujo estudo demandaria volumes, contentar-nos-emos aqui em o assinalar aos que procuram tema diferente para uma tese, além do século de Péricles ou dos imperadores de Bizâncio; aí há uma fonte praticamente inexplorada, que atualmente poderíamos acolher com um interesse garantido. Só podemos

nos apresentar humildemente diante dos trabalhos admiráveis de Pierre Riché²⁴, que foram determinantes e que deveriam atingir um público maior.

Um outro trabalho importante foi realizado por Isidoro de Sevilha, que exerceu profunda influência no pensamento medieval. Pode-se dizer de sua obra, realizada na Espanha no século VII²⁵, que ela contém em germe a essência da cultura dos séculos românicos e góticos. Ora, suas instituições mereceriam interessar o pensamento de vanguarda; a principal obra de Isidoro de Sevilha, suas *Étymologies*, fundamenta-se nos significados potenciais de cada termo da linguagem (além de toda preocupação filológica, bem entendido). Isidoro de Sevilha, gênio enciclopédico, desdobra na exegese da palavra uma longa ciência feita de aproximações, às vezes mesmo de trocadilhos, através dos quais elabora-se já toda uma síntese ao mesmo tempo científica, poética, teológica. O fato de citar inúmeros autores antigos implica que ele manuseou suas obras, isto dá ideia do imenso saber de que Sevilha foi o centro nesta Alta Idade Média. Esquecemos frequentemente estes pormenores quando se trata das traduções de Aristóteles, que os filósofos árabes fizeram, em seguida, na Espanha; jamais teriam podido empreender semelhante empreendimento em Sevilha, como houvessem encontrado aí as bibliotecas que haviam conservado as obras de Aristóteles, e isto bem antes da invasão, ou seja, para a Espanha, antes do século VIII. A ciência e o pensamento árabes não fizeram mais do que aprofundar-se nas fontes preexistentes, a dos manuscritos que permitiram este conhecimento de Aristóteles e de outros escritores antigos. Seria um verdadeiro absurdo supor o contrário, como, aliás, se fez. A culpa é dos nossos livros escolares que mencionam Avicena²⁶ e Averróis²⁷, mas passam completamente por cima de Isidoro de Sevilha. Jacques Fontaine²⁸ chamou atenção sobre o fato de que, em arquitetura, o arco otomano, que se atribui geralmente aos árabes, existia há mais de cem anos antes de sua eclosão nesta Espanha “visigótica”, que ele tão bem estudou.

De modo bastante curioso, uma espécie de golpe de misericórdia iria ser dado neste entusiasmo — sensível pelo menos na França e nos países germânicos — nos séculos VIII e IX; este, certamente, sob o efeito de acontecimentos externos: as invasões árabes ao sul (e não esqueçamos que

suas devastações estenderam-se até Poitiers e Autun) e normandos ao norte paralisaram a vida numa da do século X — 972 — viveu sob o terror dos ataques “sarracenos”; o bispo de Marselha não pôde, até essa data, residir em sua diocese, e as abadias da costa precisaram penosamente reconstruir suas ruínas e reconstituir seus efetivos.

Mas houve a intervenção de outro fator que, por outro lado, teve um papel incontestavelmente positivo: a restauração do Império Romano do Ocidente. Tomando a si a restauração do Império, Carlos Magno²⁹, no momento em que empreende reavivar o ensino e a cultura, o faz segundo as normas romanas. Funda uma academia, lega-nos uma escrita, pela qual nós podemos lhe ser reconhecidos, escrita que calcou nos caracteres epigráficos romanos. Houve, sob seu impulso, o que numerosos estudiosos, agradavelmente surpresos, qualificaram de “primeiro renascimento”: um ensaio de volta às formas antigas. Se o Império tivesse sobrevivido desde então, teríamos conhecido, talvez, essa civilização de inspiração clássica que se impôs no século XVI.

Na corte de Carlos Magno, a veia poética, as pesquisas de linguagem, as tentativas um pouco herméticas desses poetas que, na falta de melhor, chamamos “hispéricos”, do nome de uma coleção que os reúne, *Hisperica Famina*, entregam-se a uma literatura mais racional em que se tenta uma volta à cultura antiga. Os poetas desse tempo celebram a glória, os atos brilhantes, também a amizade; mas como destaca Bezzola³⁰, “o amor pela mulher desempenha, entre eles, papel nulo”. Desenvolvem uma poesia de corte adotando de novo gêneros antigos: idílio, elegia, epítalamo... e tentam fazer reviver as letras clássicas. Carlos Magno que, por sua vez, tenta restaurar o Império Romano, funda, em Aix-La-Chapelle, a Academia Palatina, que reúne poetas, gramáticos, escritores, vindos de todos os cantos da Europa, por algum tempo unida sob sua potente autoridade; tomam pseudônimos evocativos: o poeta Angilberto³¹, um franco, atribui-se o nome de Homero, enquanto o visigodo Teodulfo³² se chama Píndaro e o inglês Alcuíno³³, Flaccus.

As artes, na mesma época, se inspiram também nas formas clássicas; procura-se a semelhança com os modelos, com a Natureza e alguns manuscritos carolíngios nos mostram retratos tão individualizados como os bustos romanos do tempo de Augusto. Entre as obras dessa época — notadamente nas miniaturas — reconhecemos, sem dúvida, a dupla fonte de inspiração: a veia original (entrelaçados celtas, exuberância de folhagens,

riqueza de combinação de formas) e a estética “dirigida” (colunas com capitéis corindos, busca de exatidão nas paisagens e nas perspectivas, respeito à anatomia nas representações de personagens). Alguns centros monásticos como o de Saint-Gall traduziram fielmente os esforços das reformas imperiais que vão reavivar a cultura antiga em sua expressão mais clássica. Essa reforma é, aliás, interessante para nós em tudo aquilo que faz apelo a todos os recursos do imenso Império e, notadamente, a estes centros de cultura privilegiados que são os mosteiros da Irlanda, por não terem sido tocados pelas invasões.

É na Irlanda que se encontram, nessa época, os gramáticos mais eruditos e, entre eles, os melhores helenistas.

Outras tendências existiam, no entanto, que este ressurgimento tão artificial de academicismo antigo influenciou pouco. Encontramos a expressão disso em um poema de Teodulfo (*Píndaro*); ele descreve os membros da Academia Palatina escutando um poema em que cada um aprova a forma perfeita, imitação de Ovídio³⁴; compõe-se de dísticos³⁵ cuja sábia versificação todos admiram. Todos, menos um, pouco sensível a estes deleites estéticos: é um guerreiro franco chamado Wibode³⁶; quando, terminado o poema, a assistência prodigaliza aclamações, ele ergue a cabeça hirsuta, emite grunhidos que fazem rir aos membros da ilustre academia e, finalmente, furioso deixa a sala debaixo de zombarias.

Não existiria uma semelhança entre este Wibode, *membrosus heros*³⁷, como o chama Teodulfo, homem de guerra que os dísticos inspirados em Ovídio deixam frio, e tantos jovens (também cabeludos) que não querem tradições clássicas; ou ainda, tantos profissionais que, sabendo o valor, o interesse, a urgência constante dos desenvolvimentos técnicos, consideram vão e fastidioso o tempo gasto com procedimentos acadêmicos? Wibode, na Academia Palatina, faz pensar em um cosmonauta perdido na Academia das Inscrições.

Ora, menos de duzentos anos depois da morte de Carlos Magno, o gosto pelas letras pode expandir-se de novo num Ocidente mais estável, finalmente livre das invasões. E não é a imitação da Antiguidade que renasce, mas antes a veia céltica original, enriquecida por tudo o que diferentes povos puderam lhe trazer. São os Wibode que triunfam e que então elaboram uma literatura saída de sua história e de sua inspiração, livres de todo academicismo, independentes das “influências antigas”.

A epopeia em língua francesa, neste século XI, propagando-se por via

oral é logo fixada em alguns manuscritos. Os nomes de Rolando e de Olivier³⁸ que destacamos nos documentos desse tempo mostram que a *Chanson de Roland*³⁹ (*Canção de Rolando*) era já divulgada, transmitida pelos jograis e pelos menestréis. Os comentaristas cansaram de lhe procurar uma origem “histórica”; o acaso quis que uma passagem de Eginhard⁴⁰ parecesse lhes dar razão, tanto que se procurou ver na história de Roland a fonte de uma epopeia cujo assunto é antes de tudo épico, justamente: obra de imaginação, construção de poeta, ela faz apelo a um Carlos Magno legendário a não ser para opor a grande figura do Defensor da cristandade, do Protetor dos lugares santos que, neste século XI, foram destruídos duas vezes, à derrota frente ao Islã da qual o império de Bizâncio é agora o teatro⁴¹.

De modo diverso, Bezzola⁴² mostrou, de modo perfeito, baseando-se em textos da época, que é na própria sociedade do século XI que se deve procurar as razões e inspiração da *Canção de Rolando*, como de outras epopeias, e não em uma “fonte histórica” à qual os poetas nunca procuraram fazer referência jamais. Os historiadores da literatura cometeram, em suas obras, o mesmo erro que os historiadores da arte: transpuseram para a época feudal um imperativo que só se faz sentir na época clássica: o cuidado obsessivo com as origens e com os modelos (antigos de preferência) de suas obras.

É também na sociedade do tempo que se deve procurar a fonte da lírica palaciana que refloriu — depois de seu eclipse — nas letras carolíngias. Ela renasce, primeiramente, em latim, nas obras de um Baudri de Bourgueil⁴³, de um Marbódio⁴⁴ e de tantos outros ignorados ou pouco conhecidos. Depois desabrocha na língua de oc, onde o extraordinário poeta que foi Guilherme de Aquitânia⁴⁵, conde de Poitiers, vai lhe dar um sopro incomparável, assegurando seu prestígio através dos tempos. Em seu rastro, um Bernard de Ventadour⁴⁶, umjaufré Rudel⁴⁷, poderosamente pessoais, embora cultivando uma forma de lirismo semelhante, desenvolveram um leque de possibilidades, de um sentimento eclodido nas cortes senhoriais, do qual tirará seu nome da lírica palaciana. Poesia ligada profundamente à sociedade feudal, onde todas as relações são fundamentadas em ligações pessoais e pelas quais se prendem reciprocamente senhor e vassalo, um prometendo proteção, o outro, fidelidade. A mulher torna-se “senhor” do poeta, a suserana; ela exige fidelidade; ela suscita um amor que carece também de respeito: *amor de lonh*, amor distante, que criou uma tensão

exasperante entre sentimentos contrários e é, paradoxalmente, a *joy*, a alegria do poeta; à Dama, ele dedica uma espécie de culto fervoroso, constante; ela é todo-poderosa para ele; o amor que vive entre os dois torna-se um alto segredo que ele não saberia trair e é por um *senhal*, um pseudônimo, que ele a designa. É, aliás, um traço característico dessa época fazer-se grande uso de emblemas, insígnias, do *senhal*, e participam dessa mesma tendência os brasões e armas que os cavaleiros usam e que levam em seus escudos, o que toda personalidade física e moral faz gravar em seu emblema.

Desejou-se — e pergunta-se se a ignorância é, realmente, a única causa — dar a essa lírica palaciana origens que lhe são estranhas, vendo nela, por exemplo, a expressão de uma “doutrina secreta” — a dos cátaros, bem entendido, o cátaro tomando proporções epidêmicas desde que membros da Sorbonne descobriram sua existência. Não insistiremos nesse ponto, o erro foi demonstrado, com uma preocupação de veracidade histórica que se deve louvar de passagem, por um dos próprios adeptos fervorosos dos cátaros, René Nelli⁴⁸. Para penetrar na lírica palaciana é preciso primeiramente conhecer a época que a viu nascer e que a maioria dos comentaristas não o fez.

Ela se exprime ainda, fora dos *cansos* dos trovadores e das cantigas dos menestrelis, nos romances de cavalaria. O romance, aliás, é mais uma invenção da época feudal que não pode ser compreendido fora do contexto. Se a maior parte dos personagens nos vem das lendas celtas, através da obra genial de Geoffrey de Monmouth⁴⁹, conclui-se que não se pode entender *Le Roi Arthur* (*O Rei Artur*), *La Table ronde* (*A Távola Redonda*) e *La Quête du Graal* (*A Demanda do Graal*)⁵⁰ se não nos colocarmos dentro da vida concreta, nas próprias instituições dos tempos feudais, começando pela cavalaria. Histórias fantásticas, mas cujos pormenores nos lembram que surgiram de uma sociedade para a qual contam, antes de tudo, as ligações pessoais, que exalta o ideal do cavaleiro culto e cortês, que enaltece a fidelidade, a palavra dada e, que finalmente, faz da mulher uma suserana.

Refletindo bem, é extraordinário que obras tão ricas, de inspiração tão original e de conteúdo tão denso, tenham passado em silêncio, ignoradas por todos, inclusive pelos educadores. Apenas há alguns anos elas despertaram interesse: encontram-se edições de bolso de *Erec et Enide*, de *Tristan et Tseult*. Alguns diretores de teatro foram atraídos pelo personagem de Lancelot; tal faculdade de letras criou uma cadeira de Iconografia

Medieval; uma outra colocou no programa *A Demanda do Graal*. Mas poderemos realmente tirar proveito dessas obras e saborear seu conteúdo poético sem um conhecimento, ao menos elementar, da sociedade que lhe deu origem?

“Tanto os empreiteiros como os tocadores de música são pessoas ignaras, artesãos mecânicos, não sabendo nem A nem B, e que jamais foram instruídos e, além disto, não têm língua fecunda, nem linguagem própria, nem os acentos da pronúncia decentes... essas pessoas não letradas, nem entendidas em tais ocupações de condição infame, como um marceneiro, um sargento, um tapeceiro, um vendedor de peixes, representaram os Atos dos Apóstolos...”

É preciso meditar um pouco sobre esses textos para compreender todo seu conteúdo. Eles foram extraídos das sentenças do Parlamento, que em 1542, proibiram os Irmãos da Paixão, de continuar a representar, no Palácio de Bourgogne, onde sempre representavam para o povo, os Mistérios medievais. Essas sentenças foram renovadas em 1548, enquanto, mais tarde ainda, em 1615, os comediantes do mesmo Palácio de Bourgogne, empenhados no desaparecimento desses Irmãos da Paixão que, por sua vez, empenhavam-se em continuar sua atividade teatral, declaravam: “Esta irmandade só recebeu e produziu artistas medíocres [...] que, em consequência, são incapazes de honrarias e de cargos públicos, e indignos do título de burguesia, porque os Antigos faziam caminhar, lado a lado, escravos e artesãos”.

Percebe-se do que se trata: os comediantes do Palácio de Bourgogne, que acabarão por conseguir o local para suas próprias representações, visavam aniquilar o que subsistia do teatro medieval. Por quê? Porque tratava-se de um espetáculo popular. É porque a Irmandade não tinha sido constituída por profissionais. Muitas razões estão aqui em jogo: os atores tendiam a formar, como em geral os mestres de todas as profissões, uma corporação, ou antes, para empregar o vocabulário da época, uma liga, uma confraria, que postulava o monopólio do exercício de ocupação específica em uma região determinada. Porque, ao contrário do que se acreditava antigamente e do que alguns ainda repetem, negligenciando os resultados de uma centena de anos de pesquisas científicas, a “corporação” (palavra do

século XVIII) conheceu seu apogeu não no século XIII, onde não a encontramos senão excepcionalmente, em Paris, por exemplo, mas no século XV e principalmente no século XVI⁵¹. É o caso dos atores mencionados. Sob esses pretextos, vão perseguir o teatro popular com verdadeiro furor; tanto que, na feira de Saint-Germain, os infelizes que faziam pantomimas, vendo que lhes interditavam falar, puseram-se a cantar! Alguns viram aí a origem da ópera cômica.

Mas é conveniente apreciar, em toda sua essência, as razões enumeradas nas sentenças do Parlamento: elas atestam que os Irmãos da Paixão, que representam os *Atos dos Apóstolos* ou cena evangélica semelhante, ou os antigos *Mistérios*, são simples humildes: marceneiros, tapeceiros etc. São “artesãos mecânicos” — os que praticam o que se chamava de *ars mécaniques*, isto é, artes mecânicas, trabalhos manuais. Ora, essa classe de gente, no século XVI, não tem mais direito à cultura; deveriam “andar lado a lado com escravos”, porque era assim na Antiguidade: razão peremptória. É como toda forma artística, o teatro, gênero “nobre”, não poderia ser, daí em diante, senão o apanágio dos espíritos cultos, letrados, capazes de apreciar a regra das três unidades e a separação dos gêneros (o que é desconhecido no teatro popular).

Os comediantes do Palácio de Bourgogne alcançarão seu fim. Sabe-se como, elevados a Comediantes do Rei, conseguirão que Luís XIV lhes atribua o monopólio do teatro. Isto permitirá a Boileau escrever, com uma soberba ignorância, estes versos, que infelizmente todos conservam na memória:

Por nossos piedosos avós, o teatro desprezado,
Durante muito tempo, foi, na França, ignorado.

Em realidade, o que morreu com o Renascimento foi esse teatro que não estava separado do povo, que mobilizava multidões entre as quais recrutava atores e espectadores. No entanto, apesar dessa vontade encarniçada de se acabar com a tradição, essa era tão viva que sobrevive ainda em nossos dias, aqui e ali: quando os artesãos da cidade de Oberammergau representam a *Paixão*, cada um em seu papel tradicional, eles reavivam a lembrança de um fenômeno essencial da vida medieval; ignorá-lo é privar-se de cinco séculos de expressão dramática extremamente variada, da qual não se reteve senão *La Force de maltre Pathelin* (*Força de Mestre Patelin*),

divertida mas um pouco concisa.

O teatro foi muito representado em toda parte, na Idade Média. Vemos aparecer em um contexto litúrgico: de início as cenas da Bíblia, especialmente do Evangelho, foram dramatizadas. Resta-nos menção em um texto que data de 933, portanto, da primeira metade do século X: durante a noite de Páscoa, travava-se um diálogo entre o anjo e as mulheres santas vindas ao túmulo de Cristo — personagens representados, sem dúvida por padres ou monges, que o faziam em diálogos alternados. Estas para liturgias desenvolveram-se em seguida (noite de Páscoa, noite de Natal...), em geral comemorando todas as festas do ano.

O teatro está, portanto, ligado a uma função sagrada, a uma celebração com que se exprime a vida interior.

Mas há ainda um valor educativo; também se encontra o teatro encenado, em larga escala, nas escolas e universidades. Os estatutos de um colégio parisiense, o colégio de Hubant, contêm diversas páginas ilustradas, descrevendo a vida quotidiana dos estudantes. Ora, metade ou quase dessas ilustrações — semelhantes a histórias em quadrinhos — os mostra ocupados com jogos dramáticos.

Nossa época reencontrou, de modo intenso, esse papel do teatro na vida. Os grupos de animação cultural, e mesmo alguns empreendimentos, utilizam a atividade teatral e até dela fazem uso em psiquiatria ou em diversos casos de reeducação mental. Estamos, evidentemente, mais perto do estado de espírito que fez surgir os Mistérios, no centro das cidades medievais, do que daquele que fez interditá-los. Um mestre, como Gustave Cohen⁵², compreenderá, aliás, a importância e o interesse desse teatro medieval e compreendeu, também, que não se pode estudá-lo senão por sua representação.

Em todo caso, ninguém contestaria, atualmente, a importância que representa para os jovens e mesmo para os menos jovens esta ocasião de expressão pela palavra e também pelo gesto. A palavra “gesto” é, aliás, uma das palavras-chaves da Idade Média.

Seria preciso lembrar também a música, que é o início de toda a educação. Vimos como nossa civilização, do ponto de vista musical, permanece sempre devedora aos “tempos obscuros” que inventaram a escala! Deixando aqui este assunto aos especialistas, apenas nos arriscaremos a recordar que existe uma diferença essencial entre a música fundamentada sobre o ritmo e a música fundamentada sobre a métrica, que

só foi introduzida no fim do século XVI (é a “música medida como na Antiguidade”).

Parece certo que, deste ponto de vista, também nós estejamos mais próximos, atualmente, da época medieval do que da época que viu nascer a “música de câmara”. Com efeito, vocal e instrumental, a música medieval era muito mais sentida como uma “música ambiente” do que como um espetáculo propriamente dito. Até o século XIII não se separou, aliás, a linguagem musical da linguagem poética: nenhuma poesia sem melodia; o poeta é ao mesmo tempo músico. Importa lembrar que, nessa época, nem todos aprendem a ler, mas todos aprendem a cantar.

4. Torpor e Barbárie

Nos livros didáticos, os senhores feudais estão ocupados, exclusivamente, em “pisar as colheitas douradas dos camponeses”. Em estilo jornalístico, fala-se, frequentemente, de “feudalismo” a propósito de trustes financeiros (“os grandes feudos do dinheiro”), de um poder autoritário, econômico ou político. Na época revolucionária falava-se em abolir os “direitos feudais”.

Os termos foram entendidos, segundo as épocas, com implicações bastante diferentes. É assim que, para os historiadores do século XIX, feudalismo significava anarquia. Admitia-se então só o poder centralizado, promulgando leis gerais para todos, aplicáveis ao interior das fronteiras nacionais, segundo as mesmas normas e dentro de quadros administrativos rigorosamente uniformes; é neste sentido que a Revolução de 1789 pôs fim ao que subsistia da “anarquia feudal”. Modernamente, um historiador falará do “sistema feudal”. Ora, se nos transportarmos aos trabalhos de erudição mais recentes, de Ganshof¹ e Lucien Febvre², constata-se que nada está mais distante de qualquer “sistema”, nada é mais empírico que o regime feudal — de resto, tudo o que inclui de arbitrário, o que nasce da sorte, da experiência quotidiana, dos usos e costumes. Dito isto, nada é menos anárquico do que a sociedade feudal, que foi, ao contrário, fortemente hierarquizada.

O estudo dessa sociedade pareceria, de resto, interessante em mais de um sentido, numa época em que alguns reclamam pela “região” se não por uma autonomia, pelo menos por oportunidades de desenvolvimento autônomo, onde cada um se ressen-te da necessidade de uma divisão administrativa menos fragmentada do que departamentos e respondendo melhor às realidades profundas de territórios tão diferentes como os que constituem o solo de nosso país. Não seria inútil recordar, atualmente, senão que existiu uma forma diversa de Estado da que conhecemos, que as ligações entre os homens puderam se estabelecer sobre bases diferentes das de uma administração centralizada, que a autoridade pôde residir sem ser na cidade...

A ordem feudal, com efeito, foi muito diferente da ordem monárquica que a substituiu, e à qual sucedeu, sob uma forma mais centralizada ainda, a ordem estatal que é, atualmente, a das diversas nações europeias. Caso se queira compreender o que encobre este termo, é melhor examinar-lhe as origens.

O Império Romano, um poder centralizado ao extremo, desmorona ao longo do século V. Na desordem que se segue, poderes locais se manifestam; é, às vezes, um chefe de bando agrupando ao seu redor companheiros de aventuras; às vezes, também, o senhor de um domínio procurando assegurar a si mesmo, e para os que o cercam, uma segurança que o Estado já não garante. Realmente, as mudanças tornam-se difíceis, o exército não mais existindo para garantir as estradas nem para as vigiar. Também, mais do que nunca, a terra é a única fonte de riqueza. Essa terra é que é preciso proteger. Não vemos aparecer, hoje em dia, em certos países, polícias paralelas, principalmente onde os pacíficos cidadãos se sentem ameaçados pelo aumento da delinquência? Isto pode facilitar a compreensão do que se produziu então: este pequeno agricultor, impotente para garantir sozinho sua segurança e a de sua família, une-se a um vizinho poderoso que tem a possibilidade de manter homens armados; este concorda em defendê-lo, em troca de parte da colheita que aquele lhe dará. Um se beneficiará com a garantia; o outro, o senhor, *senior*, *antigo*, o dono ao qual ele se liga, tornar-se-á mais rico, mais poderoso e, portanto, também mais capaz de exercer a proteção que dele se espera. Finalmente, mesmo que se trate de proteção imposta por circunstâncias difíceis, o ajuste, em princípio, será proveitoso para ambos. É um ato de homem para homem, um contrato mútuo que não sanciona, por esse motivo, a autoridade superior, mas que se conclui sob juramento, em um tempo em que o juramento, *sacramentum*, ato sagrado, tem um valor religioso.

Tal é, em geral, o esquema das relações que se criam nos séculos V e VI; é fato que as modalidades são muito diferentes segundo as circunstâncias de tempo ou de lugar; elas conduzem definitivamente a este Estado, que se chama com muita justiça *feudal*. Ele se baseia, realmente, sobre o *fief*, *feodum*. O termo, de origem germânica ou céltica, designa o direito de que se frui sobre um bem qualquer, geralmente uma terra: não se trata de uma propriedade, mas antes de um usufruto, de um direito ao uso.

A evolução se precipita em razão da mistura de populações que se faz na época. O movimento de migração que chamamos de grandes invasões, nos séculos V e VI, não teve sempre o aspecto de conquista violenta, como supomos; muitos povos, citemos por exemplo o dos borgúndios, instalaram-se em regiões como trabalhadores agrícolas. Daqui a mil anos, com o distanciamento no tempo, o historiador que estudar o século XX não deixará de estabelecer aproximações com a Alta Idade Média; nosso século

conhece movimentos migratórios que façam com que na França, por exemplo, mais de três milhões e meio de trabalhadores sejam argelinos, marroquinos, espanhóis, portugueses; como se encontra, na Holanda ou na Alemanha, turcos, iugoslavos... A única diferença refere-se às facilidades de transporte que a Alta Idade Média não conheceu. Em consequência, uma vez fixado, era, em princípio, para o resto da vida, que o trabalhador estrangeiro se estabelecia, com mulher e filhos, na granja em que o proprietário, que chamamos “galo-romano”, não queria mais trabalhar.

O movimento causou problemas que foram resolvidos de maneira mais liberal do que se poderia imaginar. Assim, o primeiro problema proposto a um acusado de crime que compare céu diante de um tribunal foi: “Qual é a lei?” Com efeito, ele é julgado segundo sua própria lei, não pela da região em que se encontra. Daí a extrema complexidade deste Estado feudal e a diversidade dos costumes que se instalaram nele. Aos historiadores, formados em direito romano, com suas bases uniformes e uniformemente aplicáveis, isso pode parecer o cúmulo da arbitrariedade; na época, as distorções foram, certamente, muito grandes de uma região para outra, mas aí também nos aproximamos dessas concepções, pois compreendemos melhor, atualmente, que a verdadeira Justiça consiste em julgar cada um de acordo com suas próprias leis.

Seja qual for, é uma outra ordem, diferente da imperial, que se instaura durante estes séculos considerados como os mais tenebrosos de uma Idade de Trevas — os que vão, mais ou menos, da queda do Império Romano (século V) à restauração do Império do Ocidente por Carlos Magno, trezentos anos mais tarde. Nesta época e apesar das mudanças, das quais a mais importante foi o grande abalo sentido, por todo o mundo conhecido, pela eclosão do Islã — o “terror sarraceno”, frequentemente lembrado nos manuscritos — a ordem feudal substituiu em toda a Europa a antiga ordem imperial. A autoridade que Carlos Magno tenta restaurar só pode sancionar um estado de fato: isto é, que o poder, anteriormente concentrado em um lugar certo, expressão de uma vontade determinada, não existe mais. Só reinam os poderes locais; o que se chamava poder público fragmentou-se e disseminou-se em uma multidão de células que se poderiam dizer independentes, se o termo não significasse, para nós, a faculdade de agir de acordo com o capricho individual. Ora, justamente, toda a vontade individual encontra-se limitada e determinada pelo que foi a grande força da Idade Feudal: o costume. Nunca se compreenderá o que foi essa sociedade

se lhe desconhecemos o costume, isto é, este conjunto de usos nascidos de fatos concretos e retirando sua autoridade do tempo que os consagra; sua dinâmica é a da tradição: um dado, mas um dado vivo, não estagnado, sempre passível de evolução sem nunca ser submetido a uma vontade particular³.

Não há muito tempo, podia-se observar uma sobrevivência, nos países anglo-saxões, por exemplo. Assim, para se tomar um pequeno fato da vida quotidiana, quando estrangeiros, antes da guerra, se admiravam ao ver, em Londres, as calçadas cobertas de desenhos de giz (o costume se espalhou por todo o mundo desde então), perguntavam por que esta prática não era proibida nas ruas de tráfego mais intenso (um simples decreto do ministro do Interior ou da Chefatura de Polícia seria o suficiente, na França), os ingleses respondiam que não era possível: os primeiros a se entregar a este gênero de arte popular (ou de mendicância disfarçada, como veremos) tiveram permissão há muito tempo, não era possível suprimir esta tolerância.

Assim se formava um costume medieval: os usos se introduziam sob a pressão de circunstâncias; entre eles, alguns caem em desuso; outros são combatidos imediatamente; outros, enfim, são aceitos ou apenas tolerados pela totalidade do grupo, e logo adquirem sua força de costume. É assim que as taxas, por exemplo, encontram-se logo fixadas, das mais diferentes maneiras, segundo as regiões. Ora, uma vez aceitas por ambas as partes e cobradas durante um certo tempo, não se questionaria sua supressão: seria preciso esperar que elas desaparecessem por si mesmas. O costume, o uso vivido e tacitamente aprovado, regia a vida do grupo humano e opunha suas barreiras aos caprichos individuais. É evidente que sempre houve indivíduos que tentaram pular as barreiras que o grupo ou a sociedade lhes impunham, mas estes envolviam-se em infrações, como atualmente os delinquentes; e se não existe poder público para sancionar os contraventores, estes são rejeitados pelo grupo, o que dá no mesmo, sobretudo em tempos difíceis para quem vive isolado.

Tais são, sumariamente, de forma esquemática, as bases dessa sociedade feudal, radicalmente diferente do que conhecemos desde essa época em razão das formas sociais. Assim, ela admite o direito de guerra privada, que é o direito de o grupo vingar a ofensa sofrida por um de seus membros e, por este meio, obter a reparação. Também, sempre que se pensa em sociedade feudal, deve-se conscientizar o hábito de pensar, de preferência,

em linhagem, família, casa (no sentido de grande família) do que em vozes isoladas. No entanto, esta mesma sociedade repousa em laços pessoais, do homem para o homem; liga-se a tal senhor. Se sobrevém algum incidente, é necessário renovar a ligação que se fez. Assim se desenvolve a história dos tempos feudais, feita de jogos de aliança que se fazem e desfazem; aqui é um vassalo — termo de origem céltica, digamos de passagem que prestou homenagem a seu senhor, mas que se torna depois culpado de infidelidade; lá, outro que, tendo prestado homenagem ao pai, recusa-se a fazer o mesmo ao filho... As guerras feudais, que em nada se parecem às dos nossos tempos, têm sua origem neste emaranhado de ligações pessoais e de tradições comunitárias que constituíram a sociedade de então. Em nossos dias, quando lá e cá, de uma reação ao poder impessoal da Lei e ao poder mais impessoal ainda da coletividade, vemos desenvolverem-se tendências comunitárias, seria muito interessante estudar este “precedente”; não com uma ideia preconcebida de imitação, mas simplesmente por curiosidade histórica e humana; e isso pode permitir, entre outras coisas, afastar a crítica de utopia que colocamos sempre sobre as inovações.

A sociedade feudal é uma sociedade de tendências comunitárias, embora regidas por compromissos pessoais, e também essencialmente ligada à terra, rural. Fomos a tal ponto dominados por formas de supremacia urbana que admitimos como axioma que a civilização vem da cidade. A própria palavra “urbanidade” é uma lembrança da *urbs* antiga. Mas este não é um termo medieval. Toda a história dos tempos feudais prova-nos o contrário.

Houve uma civilização nascida do castelo, isto é, da propriedade saída dos quadros rurais, nada tendo a ver com a vida urbana. Essa civilização originou a vida de corte, cujo próprio nome indica a origem, porque ela nasceu da *court*, pátio, isto é, da parte do castelo onde todos se encontravam.

O castelo feudal: órgão de defesa, lugar vital da propriedade, asilo natural de toda população rural em caso de ataque, centro cultural, rico de tradições originais, livre de toda influência antiga (embora todas as obras legadas pela Antiguidade tenham sido frequentemente conhecidas e praticadas: um monge de passagem em Montreuil-Bellay não encontrou o senhor absorvido na leitura de Végèce?). É muito significativo que a esta cultura se tenham ligado os termos cortês e cortesia; eles emanam de uma civilização que não deve nada à cidade, e evocam o que se propunha então

como ideal de toda uma sociedade: um código de honra, uma espécie de ritual social, que são os da cavalaria; uma certa elegância de maneiras, também; enfim, uma atenção repleta de considerações que a mulher exige do homem⁴.

O castelo não foi o único a assumir uma função educativa: os mosteiros, também espalhados pelo campo, são ao mesmo tempo que lugares de prece, centros de estudo: para o provar basta a abundância e a qualidade dos manuscritos da biblioteca de Monte Saint-Michel; apesar de sua posição isolada, sobre uma ilhota perdida, batida pelo mar (que no fim da Idade Média tornou-se simultaneamente prisão e convento), este mosteiro é, como todos os outros da época, um centro de sabedoria no meio rural, em estreita relação com as populações circundantes.

Os monges, principalmente os cistercienses, trabalham geralmente uma parte do solo, mas têm também rendeiros, servos ou libertos. Os exemplos dos servos elevados a dignidades eclesiásticas ou laicas mostram de sobra que as comunidades religiosas não consideravam os camponeses como uma reserva cômoda de mão- de-obra ou de irmãos conversos. Desde o começo do século XIII, assiste-se à criação, no interior das cidades, de um novo tipo de mosteiros que marcará profundamente a evolução geral. Se os irmãos pregadores e os irmãos menores se fixam nos meios urbanos, é sinal de que as cidades ganharam importância; mas muito tempo ainda passará antes que este fenômeno se desenvolva a ponto de suplantar a influência dos mosteiros beneditinos, centros, como os castelos, de uma cultura verdadeiramente ligada ao cultivo da terra, rural, dominial. Pouco a pouco, ver-se-á esta cultura declinar; desde o século XVI, é na cidade que se fixarão os órgãos do governo e da administração, as escolas, em uma palavra, os centros de saber e do poder; também no século XVII, apesar dos esforços muito esclarecidos de um Sully⁵, só haverá atividade intelectual no meio rural em grau muito fraco — essa decadência estende-se logo a todo o interior⁶, todos os que julgamos dignos de uma verdadeira vida intelectual encontram-se em Paris, onde estão a Universidade e o Collège de France, ou na Corte. O ponto final será a reorganização administrativa da França, em 1789, fazendo da principal cidade de cada departamento um centro de toda atividade administrativa, e de Paris o cérebro que as comanda. A partir do século XVIII, Paris é a capital de todo saber na França. No século XIX é a meta, o auge da carreira para os funcionários do Estado, e praticamente o único lugar onde estará reunido tudo o que forma uma civilização digna

desse nome.

Embora esquemático, este quadro não parece em nada contestável; o que, por outro lado, é agora contestado, é o fundamento de tal supremacia de uma centralização que coloca em um só lugar não apenas todos os órgãos do governo, mas também os meios de adquirir uma instrução e uma formação superiores.

É uma reação positiva que impulsiona, atualmente, para a descentralização. Quando se imagina que, não há muito tempo, certas áreas, como as já citadas, da expressão teatral, da dança ou do canto, eram o apanágio quase exclusivo não só da cidade, em geral, mas entre nós, de Paris e de seus conservatórios — só nós podemos espantar. O monopólio criado no século XVII para uso dos Comediantes do Rei, e revigorado pela centralização, revelou-se realmente opressivo, ceifando toda atividade de valor na província e nos campos.

Pode-se, além disto, perguntar se esta situação não se teria prolongado por mais tempo ainda, não fossem os meios técnicos atuais — rádio e televisão — que permitiram a todos o benefício do que era reservado apenas a alguns. A difusão da cultura é hoje facilitada; pode-se criticar o nível em que é feita, mas os monopólios já deixaram de existir e, contrariamente ao que se poderia temer, o rádio e a televisão provocam um pouco, em todos os lugares, atividades locais: música, dança, teatro se desenvolvem de maneira inesperada até em regiões que chamamos “muito distantes” e passam a ser domínio comum, acessível a todos. Este imenso progresso é quase mundial e, em toda parte, é acompanhado de tentativas, estritamente locais, de reencontrar as fontes da cultura original, do torrão natal, da aldeia, da região, durante tanto tempo desconhecidas, durante tanto tempo desprezadas, mas que, em resumo, esperavam uma oportunidade de ressurgir. Então, alargando nossa reflexão da França para a Europa, da Europa para o mundo inteiro, é provável que essa nova sensibilidade se desenvolva, tendo em conta, ao mesmo tempo, essa dimensão planetária e essas múltiplas possibilidades locais, nas quais cada grupo humano, tribo, etnia, ou uma comunidade qualquer, ou até mesmo um ser humano, possa se sentir enraizado e exprimir a si próprio.

Mas, para voltar ao nosso tema, faltaria examinar o papel que o Rei desempenhou na sociedade feudal, principalmente depois que ela atingiu seu equilíbrio e seu apogeu, isto é, no fim do século X até o século XV. A fórmula dos reis “que em mil anos fizeram a França”⁷, muito pouco usada

atualmente, fazia alusão a um ponto importante: a confusão entre realeza medieval e monarquia clássica. Pouco importa que tenha havido ou não continuidade hereditária⁸, se se considera a realeza quanto ao seu papel político, militar e administrativo, como ver em Luís XIV o continuador de São Luís⁹? A identidade dos termos é então, em si um erro histórico; realmente a evolução da função real foi tão profunda que o uso de denominações diferentes se imporá. O rei feudal é senhor entre outros senhores; como os outros, administra um feudo pessoal, no qual exerce a justiça, defende os habitantes do seu domínio e recebe as taxas em produtos ou em dinheiro. Fora desse domínio, há o rei, aquele que foi marcado pela unção santa; é o árbitro designado nos conflitos, o suserano dos suseranos, o que assume a defesa do reino, ao qual, por este título, os outros senhores devem uma ajuda militar, fixada, aliás, por tempo bem determinado: quarenta dias por ano. O costume regula as modalidades, segundo as quais essa ajuda é fornecida, mas seu título de rei não significa que seu poderio econômico ou militar seja maior que o deste ou daquele vassalo; simplesmente a prudência humana lhe ditará o cuidado para manter um equilíbrio, seja entre os grandes vassalos, seja entre estes e ele próprio; e é por isso que casamentos e heranças apresentam, então, uma grande importância.

Destaquemos agora que, por ser sobretudo moral, o poder real não era obrigatoriamente platônico. Um fato o demonstra plenamente: em 1159, quando o rei da França, Luís VII¹⁰, desejou cumprir seu dever de proteção para com um de seus vassalos mais poderosos, Raimundo conde de Toulouse, ameaçado por Henrique II, Plantageneta, bastou sua presença no castelo de Toulouse para que o agressor abandonasse seus projetos belicosos. O Languedoc, que desde há muito tempo fizera parte do reino de França, dá assim um exemplo gritante do que foram, na época feudal, as relações entre suserano e vassalo. Atualmente os historiadores esforçam-se por encontrar diversas razões, plausíveis para eles (isto é, de ordem econômica e militar), para explicar a atitude de Henrique II renunciando ao cerco de Toulouse pela única razão de que seu suserano, o rei de França, estava cercado¹¹; mas os próprios contemporâneos compreenderam perfeitamente que até o rei Henrique Plantageneta¹² deveria respeitar o que era para o rei feudal a regra do jogo; em seus próprios domínios ele tinha problemas com vassalos, que não deixariam de aproveitar o pretexto para fazer o mesmo se ele a violasse. O episódio, e também as incompreensões

que ele acarretou são muito significativos.

Qualquer que seja a autoridade, o rei feudal não possui, no entanto, nenhuma das atribuições que se reconhecem como as de uma autoridade soberana; ele não podia promulgar leis gerais, nem receber impostos de todo seu reino, nem recrutar um exército. Mas a evolução que ocorrerá, principalmente no século XV, terminou por lhe conferir precisamente estes poderes; aí está a consequência direta do renascimento do direito romano, da qual não saberemos avaliar a grande importância. São os legisladores meridionais, todo-poderosos, na corte de Filipe, *o Belo*¹³, os primeiros a formularem os princípios que iriam fazer do suserano um soberano: “O rei de França é imperador em seu reino... sua vontade tem força de Lei” — tais princípios, na época em que foram proclamados, são puras utopias; mas nada é mais frequente na História do mundo do que ver utopias tornarem-se realidades. Para que isto ocorresse foram precisos quase duzentos anos. A evolução teria sido provavelmente menos rápida se as circunstâncias não tivessem acelerado sua maturação. As guerras e os desastres públicos, fomes, epidemias etc. que marcam o século XIV e a primeira metade do XV, foram fatores determinantes. Carlos VII¹⁴ será o primeiro rei a dispor, no final de seu reinado, de um exército e de um imposto permanentes. Seu filho, Luís XI¹⁵, iniciará o uso de uma administração verdadeiramente centralizada, que teria satisfeito os desejos de Filipe, *o Belo*. Mas o rei não se transformará verdadeiramente em monarca, possuidor de plenos poderes soberanos, senão com Francisco I¹⁶, no momento em que ele concluiu com o papa Leão X¹⁷ a Concordata que o fez chefe da Igreja de França, nomeando, ele próprio, bispos e abades de seu reino. Em consequência, a Igreja deveria ser, profunda e fundamentalmente, transformada. O monarca, o que governa só (monos), possui plenos poderes não só sobre a administração, o exército e as finanças, mas também sobre as consciências. Daqui por diante o termo que convém é monarca e não rei. O poder, principalmente na França, é absoluto, centralizado; todavia, algumas incoerências limitam seu poder: assim, as velhas instituições, justamente aquelas dos tempos feudais — deveriam ser objeto de uma revisão. Na falta disso, certos setores — por exemplo, finanças ou exército — se encontrarão constantemente em situação insegura na França monárquica.

Os recursos do monarca continuarão mais ou menos confundidos com aquelas fontes patrimoniais, as do antigo domínio real; foi preciso tão-somente a Revolução para que o Estado dispusesse realmente de um

sistema de finanças públicas digno desse nome. O exército permanecerá composto por voluntários, dificilmente recrutados, e de efetivos que só se tornarão suficientes graças ao contrato de batalhões suíços que, em três séculos, fornecerão à França mais de um milhão de soldados e quatrocentos generais. Enfim, os monarcas, por mais “absolutos” que fossem, não intervieram no direito privado, contentando-se em regular, quando necessário, a forma dos atos dele derivados; os costumes locais, portanto, continuaram, para o essencial, a reger esse direito até a Revolução.

O que é estranho é que já se tenha falado, em 1789, em abolir a “feudalidade”. A expressão era a mais inexata possível, tendo o regime da terra evoluído consideravelmente em quase quatrocentos anos. Como escreveu Albert Soboul¹⁸: “A feudal idade, no sentido medieval da palavra, não corresponde a mais nada em 1789”; mas, acrescenta ele, “para os contemporâneos, burgueses e, principalmente, camponeses, este termo abstrato encobria uma realidade que conheciam muito bem (direitos feudais, autoridade senhorial) e que foi finalmente banida”¹⁹.

Os termos “feudal”, “idade feudal” são agora, com efeito, deploravelmente combatidos. Assim como chamamos “gótico”, com um tom fortemente pejorativo, a tudo o que não é “clássico”, chamamos “feudal” a tudo aquilo que se rejeita do Antigo Regime. Neste “tudo” há algumas sobrevivências distantes dos tempos “feudais”: por exemplo, a própria presença do castelo, aqueles que, pelo menos, escaparam às destruições metódicas de Richelieu²⁰ ou de Vauban²¹ (puro esquecimento, na maior parte das vezes); ou ainda privilégios honoríficos, ou como apresentar o pão para abençoar, nas igrejas paroquiais, em certas festas; ou ainda, mais raramente, restos da justiça senhorial, a propósito dos quais não se deixava de fazer correr lendas, quase sempre nascidas de trocadilhos, como o tão famoso “direito à primeira noite” etc.

A ambiguidade de certos termos evoca, às vezes, muito erradamente, a Idade Média — por exemplo, a corveia real, instaurada em 1720, que cai pesadamente sobre a classe camponesa, mas que nada tem a ver com a antiga corveia senhorial, redimida, ou caída em desuso, em quase todos os lugares²².

O que era mais grave e aumentava a confusão é que os proprietários burgueses que tinham comprado terras durante os três séculos do Antigo Regime haviam feito pesquisas com uma atividade intensa, a respeito dos antigos direitos (rendas diversas em dinheiro, ou em produto), aos quais

essas terras talvez tivessem estado submetidas no passado, para os receber de novo. É inútil dizer que eles não procuravam assegurar a contrapartida de proteção, que se tornara obrigação do poder central. No século XVIII, uma corporação agrupava os que chamamos feudistas, os pesquisadores especializados nesta tarefa, que compulsavam os antigos cartorários de doação e redigiam censos e registros de terras²³.

Se jamais houve, alguma vez, exploração do camponês, do homem da terra, foi nesta época. A procura dos antigos direitos ditos “feudais” restabelecia taxas que haviam caído em desuso no momento da compra da terra, seja porque os antigos senhores haviam deixado de as receber durante um tempo suficiente para que o costume confirmasse o abandono (foi o que ocorreu, por exemplo, por ocasião das cruzadas, das quais muitos não voltaram), seja ainda porque elas tivessem sido “recompradas” ou “abonadas”²⁴ pelos camponeses.

Ora, a procura dos antigos direitos pelos burgueses, tornados proprietários de terras, antes senhoriais, foi instituída em tais condições, com o apoio dos Parlamentos, que cabia ao camponês provar esta “compra” — o que era, na maioria das vezes, impossível, por serem os acordos, na época feudal, em maior número verbais do que escritos. Enfim, os direitos assim readquiridos acumulavam-se, embora eles somente fossem uma decorrência dos fatos. Compreende-se, daí em diante, o empenho em queimar os arquivos senhoriais, de que foram possuídos os camponeses por ocasião do Grande Terror²⁵, em 1789. Mas esses direitos só tinham de “feudal” o nome. O dízimo é um exemplo típico do ressurgimento desses impostos. Cobrado desde a Alta Idade Média em certas regiões, estendido à maior parte dos bens rurais durante o período carolíngio para subvencionar as necessidades do clero, eles acabaram por fazer parte dos encargos ligados a uma terra: esta é comprada por um burguês, ele continua a recebê-lo mesmo que não forneça — e talvez por isso o serviço religioso que se espera de um padre. Em quantos territórios, sob o Antigo Regime, o dízimo eclesiástico seguiu essa mutação? Não se sabe com exatidão, mas devia ser fato bem comum, pois o termo “dízimo burguês” tornou-se corrente às vésperas da Revolução.

O equívoco era completo com relação ao termo “feudal” na mesma época. Como era também completo em relação ao termo “gótico” — ou como ele se mantém, ainda hoje, com relação ao termo “Idade Média”; porque é perfeitamente absurdo designar pela palavra “média”, como se

fosse um simples período intermediário, um período de mil anos de história da Humanidade.

É preciso insistir nisso por causa dos erros e dos abusos causados pelo termo “idade feudal”, principalmente quando a ele se opõe este outro termo, também ambíguo, “burguesia”. O *Manifesto* de Marx, publicado em 1847, reflete o estágio da ciência histórica na época. Ele fixa, no século XVIII, o começo da “luta contra o absolutismo feudal” e atribui à burguesia “um papel essencialmente revolucionário na História”; não é ela que sacode o campo de um “estado de torpor e de barbaria latentes?”; todas as preposições que são inaceitáveis para o historiador da atualidade; aqueles²⁶ que perpetuam tais erros de vocabulário, necessários intelectualmente caso se queira manter, a todo preço, o esquema feudal idade-burguesia-proletariado, prolongam um engano tão errôneo como se continuassem a utilizar o termo “gótico” como o empregavam também à época de Marx. Falando de outro modo, os historiadores marxistas que falam de feudalismo destruído pela Revolução Francesa, fazem pensar nesses eclesiásticos que veem no Concílio Vaticano II²⁷ o “fim do período constantiniano” — como se nada houvesse acontecido em mais de 1.600 anos, entre Constantino (!) e o Vaticano II; como se o princípio do século XVI, principalmente, não tivesse trazido essa mudança radical no estado da Igreja que foi (sem trocadilhos) o estabelecimento da Igreja do Estado.

Se se quer ficar preso aos fatos históricos e não justificar noções *a priori*, é preciso reconhecer que o nascimento e a expansão da burguesia coincidem, exatamente, no tempo, com a grande expansão do regime feudal. É nos primeiros anos do século XI que aparece nos textos a própria palavra “burguês”; e é durante o período propriamente feudal (séculos XI, XII e XIII) que se dá a criação das cidades-novas, surgimento das comunas, a redação dos estatutos para cidades etc. Se houve “lutas de classe”, elas ocorreram precisamente no interior e no próprio coração dessa burguesia das cidades, onde um certo número de comerciantes mais ávidos e mais hábeis que outros derrubaram, aqui e ali, as barreiras opostas ao açambarcamento, ao monopólio e a tudo o que leva a lucros imoderados.

Essas lutas internas também terminaram, na maioria dos casos, por fazer com que as cidades perdessem sua autonomia, e isso no próprio momento

(entre o extremo fim do século XIII e o fim do século XV) em que se enfraquecia também a quase autonomia do domínio senhorial. Na França, o grande vencedor foi o rei; ele se torna um monarca, no começo do século XVI, ao mesmo tempo em que, em vários lugares do Ocidente, constituem-se as nações, nas quais o Estado, o poder público, reencontra a importância que não havia tido desde a Antiguidade romana. Tomando o poder na época da Revolução, a burguesia destruiu não a “feudal idade”, mas o Antigo Regime, para cuja criação ela havia contribuído em muito, mas que a mantinha afastada do poder político.

Certamente, opondo assim esquema por esquema, não podemos deixar de admitir que há irreverência, quase sacrilégio, em tomar tais liberdades com os dogmas; talvez os historiadores das idades futuras fiquem surpresos deste valor de dogma dado, indistintamente, a tudo o que emana da filosofia alemã: Marx, Nietzsche, Freud²⁸ e tantos outros, pela maior parte dos intelectuais de nossos tempos.

Entretanto, para nos manter em nossa tese, o que podemos fazer é destacar a inconsequência dos historiadores marxistas que pretendem apoiar-se na História, mas a ela negam o direito de ter progredido em aproximadamente um século e meio.

Além do mais, já não estamos na época de Galileu...

5. Rãs e homens

A escravidão constitui, provavelmente, o traço de civilização que mais profundamente marca as sociedades antigas. É curioso notar, quando se manuseiam os livros de História, a descrição com que ela é mencionada; quer se trate do desaparecimento da escravidão, logo no início da Alta Idade Média, ou de seu brusco reaparecimento no começo do século XVI, testemunha-se, a esse respeito, uma rara moderação. Se nos distrairmos, como o fizemos, passando os olhos em manuais da escola secundária, constata-se que em nenhum deles é assinalado o desaparecimento progressivo da escravidão, a partir do século IV. Eles lembram a servidão medieval em termos muito severos, mas, por outro lado, silenciam sobre a volta, bastante paradoxal, no entanto, da escravidão no século XVI.

Para um espírito simples é um fato que causa espanto; parece difícil negar que a sociedade antiga tenha considerado a escravidão como natural e necessária. Se ao longo dos últimos tempos dessa sociedade (que, no entanto, correspondem à chegada do (reflexão totalmente pessoal, emanando de um espírito muito elevado, que foi um ser de exceção em sua época e que, apesar disso, não escapou à pena de morte, pelo poder imperial, a não ser pelo suicídio), nota-se que a escravidão subsistiu apenas até a época a que chamamos Alta Idade Média. Os historiadores da Roma Antiga não viram aí mal maior do que os próprios romanos, e por mais que tenha durado a admiração exclusiva e sem mancha pela antiguidade clássica, isto é, do século XVI até hoje, não se encontrou ninguém para denunciar essa enorme falha, em uma sociedade que, com tanta frequência, é utilizada como exemplo. O próprio Bossuet^{1 2} deu-se ao trabalho de demonstrar que a escravidão era “um direito natural”. Contudo, indignamo-nos com a servidão medieval, não característica desses séculos obscuros em que reinavam a ignorância e a tirania. Até hoje, ainda encontramos um certo número de estudiosos que, preocupados em simplificar a questão, traduzem a palavra *servus*, servo, por escravo nos textos do século XII. Eles estão em contradição frontal com a História do Direito e dos costumes dos tempos que evocam, mas ganham em conforto moral. Alguns empregam subterfúgios mais sutis, tal como aquele que, ao se referir à escravidão praticada no mundo muçulmano, declara que os habitantes do Mediterrâneo, na época carolíngia, “tiveram, eles também, de comprar e vender escravos”. Essa “obrigação” é aceitável no plano de exatidão histórica³?

Passemos por alto nestas fantasias. O fato é que não há termo de comparação entre o servo antigo, o escravo, e o *servo* medieval. Porque um é uma coisa e o outro um homem. O senso da pessoa humana entre os tempos antigos e os tempos medievais passou por uma transformação lenta, pois a escravidão estava profundamente arraigada nos costumes da sociedade romana, em particular, porém irreversível. E, em consequência, a escravidão, que é talvez a tentação mais profunda da humanidade, já não poderá continuar a ser praticada em sã consciência.

A substituição da escravidão pela servidão é, sem dúvida, o fato social que destaca melhor o desaparecimento da influência do direito romano, da mentalidade romana, nas sociedades ocidentais a partir dos séculos V e VI. Quando Salviano⁴, o padre marselhês, escrevia por ocasião da queda do Império: “o único voto que os romanos fazem (compreendamos, os povos submissos a Roma) é não ter jamais que recair sob o jugo de Roma”, ele exprimiu um sentimento de liberação muito próximo do que experimentam os povos descolonizados de hoje. Com efeito, as duas situações são equivalentes (levando-se em conta as inevitáveis diferenças: que historiador ousaria afirmar que a História; pode se repetir?). Esta tomada de consciência de um povo liberto do imperialismo romano, de suas instituições, de seus funcionários e de seus mercadores, é a que vivem hoje tantos povos da África e da Ásia.

Apesar dos benefícios muito apreciáveis, traço justamente reconhecido pelas vítimas da colonização romana, esta, uma vez destruída, deu lugar aos costumes originais dos diversos povos do Ocidente, cujas afinidades com os “bárbaros” eram evidentes. Estes povos celtas e germanos só conheciam a escravidão sob uma forma bem atenuada que não estava em contradição com o Cristianismo: tanto assim que o servo medieval é uma pessoa, tratada como tal; seu senhor não tem sobre ele o direito de vida e de morte reconhecido pelo direito romano. Aliás, mais do que uma categoria jurídica determinada, a servidão é um estado, ligado a um modo de vida essencialmente rural e ligado à terra; obedece aos imperativos agrícolas e, antes de tudo, à estabilidade necessária ao seu cultivo. Na sociedade que vemos nascer nos séculos VI e VII, a vida se organiza em torno do solo que alimenta e o servo é aquele de quem se exige estabilidade: deve morar na propriedade; é obrigado a cultivá-la, a cavar, revirar, semear, e também colher; porque, embora lhe seja proibido deixar a terra, ele sabe que terá sua parte da colheita. Em outros termos, o senhor da propriedade não pode

expulsá-lo, do mesmo modo que o servo não pode “escapar”. É esta ligação íntima do homem e do solo em que ele vive e que constitui a servidão, porque, apesar dela, o servo tem todos os direitos do homem livre: pode casar, fundar família, sua terra passará a seus filhos depois de sua morte, assim como os bens que ele possa adquirir. O senhor, frisemos, tem as mesmas obrigações do servo, embora em escala evidentemente diferente, pois não pode vender, nem alienar, nem abandonar sua terra.

A situação de servo é, como se vê, radicalmente diferente e sem comparação com a do escravo, que não tinha o direito nem de casar, nem fundar família, nem de se prevalecer, em nenhum sentido, da dignidade da pessoa humana: ele é um objeto que se pode comprar ou vender e sobre o qual o poder de um outro homem, seu senhor, é ilimitado.

Na memória das pessoas de minha geração, o servo medieval evoca, por associação de ideias, um grande concerto de rãs. Nos livros escolares, realmente, ele passava a maior parte de seu tempo batendo nos lagos para calar as rãs que impediam ao senhor dormir. Que uma fábula tão absurda como essa tenha encontrado ressonância — e ela é mencionada nos textos do começo do século XVII — prova uma certa vingança do imaginário sobre o racional: nem mesmo se procurava saber o que teria feito mais barulho, a rã — admitindo-se que se tenha podido fazê-la calar — ou o homem, ocupado em bater no lago.

Fez-se muita literatura sobre este homem da terra, este apagado, anônimo, de quem os textos não falam. Há apenas uma parte de verdade, porque uma pesquisa atenta nos documentos arquivados permitiria, em muitos casos, reconstituir a verdadeira história dos servos e foi isto o que pôde fazer, com exatidão e talento, um historiador como Jacques Boussard⁵. O estudo do cartorário da abadia de Ronceray permitiu-lhe reconstituir a história de um servo, Constant Le Roux: um de nossos homens típicos, da inumerável linhagem dos Le Grand, Le Fort, Le Roux de todo tipo, cuja vida e atividade, por mais humilde que seja, sobressai no estudo de atos muito insignificantes na aparência, testemunhos, enumerações, contratos, cartas de doação, trocas etc., dos quais ainda estamos longe de esgotar todo o potencial de riqueza.

Este Constant Le Roux, servo do senhor de Chantoceaux, em Anjou, viveu nos últimos anos do século XI. Foi um trabalhador obstinado, dotado de uma astúcia instintiva que lhe permite não perder uma ocasião de aumentar seu quinhão: as religiosas do mosteiro de Ronceray lhe confiaram

a guarda de um celeiro, perto da igreja de Saint-Ewroult, e de vinhedos no lugar chamado Doutre. Depois foi a condessa d'Anjou que lhe faz presente de um outro celeiro, perto das muralhas de Angers. As monjas de Ronceray, a quem legaram uma casa, forno e vinhedos situados perto do celeiro de Constant, junto à porta de Chanzé, acham prático encarregá-lo do conjunto, a título de renda vitalícia; pouco depois, elas aumentam este lote, juntando-lhe a terra do Espau, compreendendo prados e pastagens. Logo Constant, que se casou, se cansa de seu estado de trabalhador meeiro; insistindo junto às religiosas, acabou por fazer um acordo, pelo qual as terras delas lhe seriam arrendadas, o que para ele é mais vantajoso. Ele aumenta ainda sua exploração com um vinhedo em Beaumont e com duas jeiras de prado, na Roche-de-Chanzé. Depois, não tendo filhos, consegue das monjas que suas terras sejam herdadas por seu sobrinho Gautier, enquanto sua sobrinha Isolda se casará com o guardador do celeiro da abadia, Rohot. Enfim, sua história sendo até o fim típica da época, ele, na sua velhice, entrará como monge na abadia de Saint-Aubin, e sua mulher será admitida como freira em Ronceray.

Acresce que para os que quiserem debruçar-se sobre os documentos, aparecerão muitos Constant Le Roux, dotados da mesma tenacidade, atingindo o mesmo êxito humilde. Pensamos, por exemplo, nessa certidão antiga, já exposta no Museu de História de França, na qual veem-se dois servos, chamados Auberede e Romelde que, no fim do século XI (entre 1089 e 1095), compraram sua liberdade em troca de uma casa que possuíam em Beauvais, no lugar do mercado; o que basta para provar que os servos (na condição de servos) já tinham possibilidade de possuir bens próprios.

Posto isto, é evidente que a condição de servo não deve ter sido invejável e que foi uma obra piedosa libertá-los. Os cartorários mais antigos contêm inúmeras certidões de libertação, chegando às vezes a centenas, duzentos, quinhentos servos; em alguns casos, membros de uma mesma família ou até de um só homem. Aconteceu com a servidão como com toda restrição à liberdade do homem: considerada como suportável por tanto tempo quanto representa uma contrapartida imposta por necessidades vitais, ela se torna intolerável desde o momento em que o homem pode garantir sua própria subsistência. O camponês pode considerar válido o fato de viver em uma propriedade do qual não podiam expulsá-lo, mas quando encontra meios de subsistir longe dela, caso se sinta mais dotado para percorrer estradas, comerciar, prefere a liberdade. Foi o que aconteceu principalmente

na época da expansão urbana, ao fim do século X e no século XI; aqueles que residiam nos terrenos de uma nova vila, pertencente a um senhor, requeriam autorização, de início, para ir e vir livremente, faculdade recusada aos servos e indispensável aos comerciantes.

Tive ocasião de recolher as confidências de um velho operário agrícola a quem a idade não permitia mais trabalhar e que ia acabar seus dias em um asilo: “Trabalhei esta terra toda a minha vida sem ter um metro quadrado de meu”; comparando-o ao servo medieval, sua sorte pareceria infinitamente pior; servo do senhor, em uma propriedade ele teria assegurado o direito de aí terminar sua vida; nada lhe pertencia, propriamente, mas o usufruto não lhe podia ser retirado. E, desse ponto de vista, ele tinha com a terra a mesma relação que o próprio senhor: este não possuía nunca a propriedade plena como nós a entenderíamos atualmente; sua linhagem é a proprietária; ele não pode vender ou alienar a não ser os bens secundários que recebeu por herança pessoal, mas sobre o bem de raiz só há usufruto.

É o traço característico da época, esta concepção particular do relacionamento do homem e da terra, no qual a noção de propriedade plena e inteira não aparece. Característica do direito romano, a propriedade, direito de “usar e abusar”, não existe nos costumes medievais, que não conhecem senão o usufruto; mesmo ele é, na maioria dos casos, agravado por múltiplas servidões: direito para o camponês do lugar para fazer seu gado pastar na floresta da propriedade, direito de colher madeira para carpintaria e para sua lareira etc. O costume todo-poderoso regula assim um jogo de interdependências que faz da sociedade medieval um tecido extremamente fechado. Complexo para os historiadores, ele não o é menos para os contemporâneos; era preciso recorrer aos anciãos da terra para resolver as contestações e conhecer de que maneira o costume de tal localidade regulava este ou aquele problema. Existia ainda uma oposição radical entre sociedade antiga e sociedade medieval, mas há, também para nós, modelados pelo direito romano, uma extrema dificuldade de compreender como se estabeleceu a ligação do homem para o homem e do homem para com a terra, nos tempos medievais. Os restos do direito de usufruto que, em certas áreas rurais, persistiram durante o século XIX e mesmo no começo do século XX, não deixaram senão lembranças na linguagem atual (como os termos direito de pastagem, defesas etc.).

O exemplo de Cournozouls em Aude, que citamos em nossa *Histoire de la bourgeoisie*⁶, ilustra perfeitamente a diferença da natureza do uso feudal

e propriedade “à romana”. Nesta aldeia, a despeito do Código Civil em geral, e mais particularmente do Código Florestal que, desde 1827, regula as condições de exploração das florestas, os habitantes haviam podido conservar, ainda no começo do século XX, os direitos de usufruto que possuíam desde os tempos imemoriais sobre as florestas em torno da comuna. Também, quando o novo proprietário destes bosques, um industrial chamado Jodot, que os havia comprado aos La Rochefoucauld⁷, resolveu fazer respeitar, de acordo com a lei, o que podia legitimamente considerar como sua propriedade particular, chocou-se com a oposição furiosa dos camponeses. Ainda hoje, pode-se dizer que os habitantes de Counozouls vivem em plena Idade Média — desta vez sem abusar do termo! Mas foi preciso para isto provar um espírito de aliança e uma coesão pouco comuns, indo até a se declarar “república livre”, até a enviar um representante seu para estudar direito em Toulouse, para poder melhor os defender e manter sobre estes bosques os direitos de usufruto que garantem sua prosperidade.

Afinal de contas, em nossos países do Ocidente, os laços de servidão desempenharam papel favorável ao camponês. Nos países da Europa Central e Oriental, o camponês livre foi exposto a todos os acasos, a toda insegurança, que é ainda a mesma de uma grande parte dos camponeses da África ou da Ásia (a começar por este terrível fator de expropriação que constitui o endividamento do homem da terra pelo contato com o credor, o usurário que o obriga a vender sua colheita no pé; mas isto é outra história!). Só muito mais tarde, na época clássica e nos tempos modernos, foi que nasceu, por exemplo, nos países eslavos uma forma de servidão infinitamente mais dura do que a dos camponeses do Ocidente, durante a Idade Média. Estes, no século XIV ajudados pelo enfraquecimento da nobreza, possuem praticamente a terra que cultivam.

Mas, a partir do século XVII, principalmente na França (desde o século XVI, na Inglaterra), o modo de transmissão da terra evolui. A apropriação constatada por Jean-Jacques Rousseau não provém, não como ele pensava, de cercamento dos bens primitivamente comuns (embora na Inglaterra, por exemplo, a luta se tenha cristalizado precisamente em torno dos cercamentos), mas do fato de que a terra cultivável tinha sido desde o Antigo Regime objeto de venda e compra, o que acontecia, a não ser em forma extremamente restrita, nos tempos feudais. Assim, vê-se, sobretudo nas proximidades das cidades, os que possuem dinheiro — os comerciantes, parlamentares, funcionários reais — comprar terras, enquanto que se

restringe a parte do camponês, agora desprotegido.

A exposição completa do problema necessitaria todo um curso de história do direito; sem nos estendermos mais e para voltar à servidão, assinalaremos, entre outros inconvenientes que, em uma sociedade muito hierarquizada como a da Idade Média, a condição do servo implica em uma situação de inferioridade, um pouco comparável à do mestiço até uma época próxima da nossa. Para um homem livre, principalmente se ele é nobre, casar com uma serva é decair; em uma época em que o grupo social é considerado como tendo direitos sobre o indivíduo e reciprocamente, semelhante aliança inferior é causa de tensões. Tanto que se procura libertar da servidão, por exemplo, à custa de dinheiro. A Igreja, ela mesma fonte de mobilidade social, encorajou grandemente a libertação dos servos⁸. Lembremo-nos o exemplo, entre todos o mais surpreendente, de Suger⁹ que, filho de servo, não foi menos do que colega do futuro rei Luís VI, na abadia de Saint-Denis; nos bancos escolares nasceu entre eles uma amizade que só terminou com a morte; e, sabe-se como, tornando-se Suger abade de Saint-Denis, iria governar o reino durante a cruzada de Luís VII que ao retornar o proclamaria “Pai da Pátria”.

Quaisquer que tenham sido as vantagens e os inconvenientes, há grande distância entre esta servidão medieval e o renascimento da escravidão que se produziu bruscamente no século XVI, nas colônias da América. Ora, trata-se de escravidão, de pessoas consideradas e tratadas como coisas, vendidas e transportadas como carregamento de mercadorias comuns. É, realmente, a volta à escravidão determinada pela expansão colonial que caracteriza o período clássico. E não se vê humanismo em destaque nessa época que prestasse alguma atenção a esta porção da humanidade que foi escravizada como na Antiguidade.

No entanto, parece não haver dúvida que a reconquista de influência pela Antiguidade desempenhou papel decisivo para justificar este injustificável comércio. Apesar das controvérsias que opuseram, desde a primeira metade do século XVI, dominicanos, como Bartolomeu de las Casas¹⁰ ou Vitória¹¹, contra juristas de Salamanca, estes últimos apoiados no exemplo da *Pax Romana*, para combater os argumentos dos religiosos que denunciavam diante do rei de Espanha as iniquidades das guerras de conquista e da política escravagista. Seus esforços não iriam impedir aos povos da Europa submeter os da América, da África e depois parcialmente da Ásia, para tirar proveitos econômicos e políticos. Com o tempo, chegar-

se-á a medir a importância de um Estado pelo seu poderio colonial. Isso ao preço de guerras que serão cada vez mais duras, e graças à organização metódica do tráfico de negros da África, transportados em cargas maciças para o Novo Continente, por exemplo, para a cultura de cana-de-açúcar nas Antilhas. É o famoso “comércio triangular”; os negociantes ingleses, principalmente, mas também franceses, espanhóis, portugueses, compravam negros nas costas da África para revender aos plantadores das Antilhas, da Guiana etc. É preciso lembrar aqui os grandes genocídios que se produzirão, é verdade, principalmente no século XIX, começando pelo aniquilamento metódico dos índios da América do Norte. E ao fim do século XX, o *apartheid*, na África do Sul, parece um anacronismo inadmissível; não seria em vão recordar que, em certos países como a Austrália e a Nova Zelândia, a questão do *apartheid* não existe mais — todos os autóctones foram massacrados.¹²

Para voltar à França e ao período clássico, bastará evocar Colbert e o Rei Sol, em Versalhes, regulando com toda minúcia as questões referentes à condição dos escravos nas Antilhas e criando ou encorajando as companhias comerciais pelas quais se fazia seu tráfico. O resultado foi a opulência de cidades como Bordeaux, Nantes, La Rochelle. Para ser justo, é preciso notar que só a França elaborou uma espécie de código, tendendo à proteção de escravos negros — disposição, aliás, bastante platônica quando se sabe que eram os brancos que estavam encarregados de velar por sua aplicação. Esse estado de coisas, como sabemos, durou realmente até este primeiro sobressalto de liberação que foi a Revolução de 1848 — a de 1793, não tendo abolido a escravidão a não ser por pouco tempo, nos textos, sem nenhum efeito prático. Sabe-se que, nas regiões anglo-saxônicas, a escravidão iria persistir até a Guerra de Secessão, e até mais tarde ainda no Brasil¹³.

6. A Mulher sem Alma

Neste "ano da mulher", que foi o ano de 1975, o ritmo de referências à Idade Média tornou-se estonteante; a imagem da Idade Média, dos tempos obscuros de onde se emerge, como a Verdade de um poço, impunha-se a todos os espíritos e fornecia um tema básico para os discursos, colóquios, simpósios e seminários de todos os tipos. Quando eu mencionei um dia, em sociedade, o nome de Leonor de Aquitânia¹, obtive logo aprovações entusiásticas: “Que personagem admirável!” — exclamou um dos presentes. “Numa época em que as mulheres não pensavam senão em ter filhos...” Eu lhe fiz uma observação sobre o fato; de que Leonor (*Aliénor*) parecia haver pensado assim, pois teve dez e, considerando sua personalidade, isso não poderia ter ocorrido por simples inadvertência. O entusiasmo tornou-se um pouco menor.

A situação da mulher na França medieval é na atualidade assunto mais ou menos novo: poucos estudos sérios lhe foram consagrados, pode-se mesmo dizer que se os poderia contar pelos dedos. A sociedade Jean Bodin, cujos trabalhos são tão notáveis, editou em 1959-1962 dois grossos volumes (respectivamente 346 e 770 páginas) sobre a *Mulher*. Todas as civilizações são sucessivamente examinadas. A mulher é estudada na sociedade do Sião, ou de acordo com os vários direitos cuneiformes, ou no direito *malikité - maghrebin*, mas para o nosso Ocidente medieval, não se contam mais do que dez páginas relativas ao direito canônico, outras dez ao período que vai do século XIII ao fim do século XVII, um estudo consagrado aos tempos clássicos até o Código Civil, um outro, a monarquia Franca, e trabalhos mais pormenorizados sobre a Itália, a Bélgica e a Inglaterra, na Idade Média. É rigorosamente tudo. O período feudal é completamente esquecido.

É igualmente inútil procurar nesta obra um estudo sobre a mulher nas sociedades célticas, onde, estamos certos, ela tinha um papel contrastante com o confinamento a que estava sujeita nas sociedades do tipo clássico greco-romano. No que se refere aos celtas, para os historiadores de nossa época, o homem e a mulher se encontravam num pé de igualdade completa, tanto que não se ressalta nunca nem um nem outro. Aos celtas, de uma vez por todas, foi recusado o direito de existir.

No entanto, impõe-se uma imagem, à qual já tive ocasião de me referir². Não é, em realidade, surpreendente pensar que nos tempos feudais a rainha é coroada como o rei, geralmente em Reims, às vezes em outra catedral do domínio real (em Sens, como Margarida da Provença³), mas sempre pelas

mãos do Arcebispo de Reims? Dito de outra forma, atribuía-se à coroação da rainha tanto valor quanto à do rei. Ora, a última rainha a ser coroada foi Maria de Médici⁴; ela o foi, aliás, tardiamente, em 1610, na véspera do assassinato de seu marido, Henrique IV — a cerimônia ocorreu em Paris, segundo um costume consagrado nos séculos anteriores (atingir Reims representava então um feito militar por causa das guerras anglo-francesas). E, além disso, desde os tempos medievais (o termo é tomado aqui em oposição, a tempos feudais), a coroação da rainha tinha se tornado menos importante que a do rei; numa época em que a guerra se alastrava pela França de forma endêmica (o da famosa Guerra dos Cem Anos), as necessidades militares começaram a ter primazia entre todas as preocupações, por ser o rei, antes de tudo, o “chefe da guerra”. Tanto assim é que, no século XVII, a rainha desaparece literalmente da cena em proveito da favorita. Basta lembrar qual foi o destino de Maria Teresa⁵ ou o de Maria Leszcynska⁶ para se convencer. E quando a última rainha quis retomar uma parte desse poder, lhe foi dada ocasião de se arrepender, pois ela se chamava Maria Antonieta⁷ (é justo lembrar que a última favorita, a Du Barry⁸, reuniu-se à última rainha no cadafalso).

Esta rápida visão do papel das rainhas dá ideia bem exata do que se passou com as mulheres; o lugar que elas ocuparam na sociedade; a influência que exerceram seguiu exatamente um traçado paralelo. Enquanto uma Leonor de Aquitânia, uma Branca de Castela⁹ dominam realmente seus séculos, exercem poder sem contestação no caso de ausência do rei, seja por doença ou morte, e têm suas chancelarias, suas alfândegas, seus campos de atividade pessoal (que poderia ser reivindicado como um fecundo exemplo para os movimentos feministas de nosso tempo), a mulher, nos tempos clássicos, foi relegada a um segundo plano; exerce influência só na clandestinidade e se encontra notoriamente excluída de toda função política ou administrativa. Ela é mesmo tida como incapaz de reinar, de suceder no feudo ou no domínio, principalmente nos países latinos e, finalmente, em nosso Código, de exercer qualquer direito sobre seus bens pessoais.

E, como sempre, na História do Direito que se deve procurar os fatos e seu significado, ou seja, a razão desta decadência que se transformou, com o século XIX, no desaparecimento total do papel da mulher, principalmente na França. Sua influência diminui paralelamente à ascensão do direito romano nos estudos jurídicos, depois nas instituições e, por fim, nos costumes. É um apagar progressivo do qual se pode seguir as principais

etapas, pelo menos na França, muito bem.

Curiosamente a primeira disposição que afasta a mulher da sucessão ao trono foi tomada por Filipe, *o Belo*. É verdade que este rei estava sob a influência dos legisladores meridionais, que tinham literalmente invadido a corte de França, no “começo do século XIV e que, representantes típicos da burguesia das cidades e notadamente das cidades muito comercializadas do Sul, redescobriram o direito romano com uma verdadeira avidez intelectual. Esse direito concebido por militares, funcionários, comerciantes, conferia aos proprietários o *jus utendi et abutendi*, direito de usar e abusar, em completa contradição com o direito consuetudinário de então, mas eminentemente favorável aos que detinham riquezas, principalmente móveis. Àqueles, com razão, esta legislação parecia infinitamente superior aos costumes existentes para assegurar e garantir bens, tráficos e negócios. O direito romano do qual vemos renascer a influência na Itália, em Bolonha principalmente, foi a grande tentação do período medieval; ele foi estudado com entusiasmo não só pela burguesia das cidades, mas também por todos os que viam nele um instrumento de centralização e de autoridade. Ele se ressentia, com efeito, de suas origens imperialistas e, porque não dizer, colonialistas. Ele é o direito, por excelência, dos que querem firmar uma autoridade central estatizada. Também é reivindicado, adotado, estendido para as potências que procuravam então a centralização: pelo imperador, primeiro, depois pelo Papa. Em meados do século XIII, o imperador Frederico II, cujas tendências eram as de um monarca, fez deste tipo de direito a lei comum dos países germânicos. A universidade que ele funda, em Nápoles — a única que os súditos do imperador estavam daí em diante autorizados a frequentar — ministra o estudo do direito romano, tão bem que esse direito regeu as instituições e os costumes dos países germânicos numa época em que o Ocidente não o admitia ainda¹⁰.

Apenas ao longo do século XVII é que o estudo do direito romano, precisamente, porque era o direito imperial, será admitido na Universidade de Paris. É verdade que, muito antes, era ensinado em Toulouse e que, favorecido pela admiração exagerada que se sente, no século XVI, pela Antiguidade, tinha começado a impregnar os hábitos e a modificar profundamente os costumes e as mentalidades, na própria França.

Ora, o direito romano não é favorável à mulher, nem tampouco à criança. É um direito monárquico, que só admite um fim. É o direito do *pater familias*, pai, proprietário e, em sua casa, grande-sacerdote, chefe da

família com poderes sagrados, sem limites ao que concerne a seus filhos: tem sobre eles direito de vida e de morte — e da mesma forma para com sua mulher, apesar das limitações, tardiamente introduzidas sob o Baixo Império.

Apoiando-se no direito romano é que juristas como Dumoulin¹¹, por seus tratados e seus ensinamentos contribuem, por sua vez, para estender o poder do Estado centralizado e também — o que nos interessa aqui — para restringir a liberdade da mulher e de sua capacidade de ação, principalmente no casamento. A influência deste direito será tão forte que, no século XVI, a maioria, que era aos doze anos para as meninas e quatorze para os rapazes, na maior parte dos costumes, vai ser transferida para a mesma idade fixada em Roma, isto é, vinte e cinco anos (em Roma, a maioria não importava muito, pois o poder do pai sobre os filhos perdurava durante toda a vida). Era uma nítida regressão sobre o direito consuetudinário, que permitia à criança adquirir, muito jovem, uma verdadeira autonomia, sem que por isso a solidariedade da família lhe fosse negada. Nesta estrutura, o pai tinha autoridade de gerente, não de proprietário: ele não tinha o poder de deserdar¹¹ seu filho mais velho e era o costume que, nas famílias nobres ou de homens comuns, regulava a devolução dos bens, em um sentido que mostra claramente o poder que a mulher conservava sobre o que lhe pertencia: no caso de um casal morrer sem herdeiros diretos, os bens provenientes do pai iam para a família paterna, mas os provenientes da mãe voltavam para a família materna, segundo o adágio bem conhecido do direito consuetudinário: *pater napaternis, materna maternis*.

No século XVII já se constata uma profunda evolução neste ponto de vista: os filhos, considerados como menores até vinte e cinco anos, continuam sob a autoridade do pai e a característica de propriedade tendente a tornar-se monopólio do pai não faz mais do que se firmar. O Código de Napoleão dá o último retoque a este dispositivo e dá um sentido imperativo às tendências que começaram a se firmar desde o fim da época medieval. Lembremos que é apenas no fim do século XVII que a mulher toma obrigatoriamente o nome do marido; e também que é somente com o Concílio de Trento, portanto na segunda metade do século XVI, que o consentimento dos pais torna-se necessário para o casamento de adolescentes; tanto quanto se tornou indispensável a sanção da Igreja. Ao velho adágio dos tempos anteriores:

Beber, comer, dormir juntos
Fazem o casamento, me parece

junta-se:

Mas é preciso passar pela Igreja.

Não nos esqueceremos de destacar aqui o número de uniões devidamente arranjadas pelas famílias nos tempos feudais: os exemplos são abundantes realmente, moças e rapazes, noivos desde o berço, prometidos um ao outro. Também não faltou quem quisesse argumentar com o fato de que as mulheres não eram livres na época; o que é fácil de retrucar, pois que, deste ponto de vista, rapazes e moças se encontravam em pé de igualdade rigorosa, porque se dispõe do futuro esposo absolutamente do mesmo modo que da futura esposa. Deste modo, é incontestável que ocorria então o que ainda hoje acontece em dois terços do mundo, isto é, que as uniões, em sua grande maioria, eram arranjadas pelas famílias. E nas famílias nobres, especialmente as reais, essas disposições faziam, de algum modo, parte das responsabilidades de nascimento, porque um casamento entre dois herdeiros de feudo ou de reinos era considerado como o melhor meio de selar um tratado de paz, assegurar amizade recíproca, e também de garantir para o futuro uma herança vultosa.

Uma força lutou contra essas uniões impostas, e esta foi a Igreja; ela multiplicou, no direito canônico, as causas de nulidade, reclamou sem cessar a liberdade para os que se unem, um com relação ao outro e, com frequência, mostrou-se bastante indulgente ao tolerar, na realidade, a ruptura de laços impostos — muito mais nesta época do que mais tarde, notemos. O resultado é a constatação que provém da simples evidência de que o progresso da livre escolha do esposo acompanhou em toda parte o progresso da difusão do cristianismo. Hoje ainda é, em países cristãos, que esta liberdade, tão justamente reclamada, é reconhecida pelas leis, enquanto que, nos países muçulmanos ou nos países do Extremo Oriente, essa liberdade, que nos parece essencial, não existe ou só recentemente foi concedida¹².

Isso nos leva a discutir o *slogan*: “Igreja hostil à mulher”. Não nos demoraremos em questionar a afirmação acima, o que exigiria um volume à parte; não iremos mais discutir as tolices evidentes que foram proferidas

sobre o assunto. “Não foi senão no século XV que a Igreja admitiu que a mulher tinha alma”, afirmava candidamente, um dia no rádio, não sei que romancista certamente animado de boas intenções, mas cuja informação apresentava algumas lacunas! Assim, durante séculos, batizou-se, confessou-se e ministrou-se a Eucaristia a seres sem alma! Neste caso, por que não aos animais? É estranho que os primeiros mártires honrados como santos tenham sido mulheres e não homens. Santa Inês¹³, Santa Cecília¹⁴, Santa Ágata¹⁵ e tantas outras. É verdadeiramente triste que Santa Blandina¹⁶ ou Santa Genoveva¹⁷ tenham sido desprovidas de uma alma imortal. É surpreendente que uma das mais antigas pinturas das catacumbas (no cemitério de Priscille) representasse, precisamente, a *Virgem com o Menino*, bem designado pela estrela e pelo profeta Isaías. Enfim, em quem acreditar, nos que reprovam na Igreja medieval justamente o culto da Virgem Maria, ou naqueles que julgam que a Virgem Maria era, então, considerada como uma criatura sem alma?

Sem nos demorarmos, portanto, nestas tolices, recordaremos aqui que algumas mulheres (que nada designava particularmente, pela família ou pelo nascimento, pois que vinham, como diríamos atualmente, de todas as camadas sociais, como por exemplo a pastora de Nanterre¹⁸) desempenharam na Igreja, e justamente por sua função na Igreja, um extraordinário poder na Idade Média. Certas abadessas eram senhoras feudais cujo poder era respeitado do mesmo modo que o de outros senhores; algumas usavam o báculo como os bispos; administravam, muitas vezes, vastos territórios com cidades e paróquias... Um exemplo, entre mil outros: no meio do século XII, cartorários nos permitem seguir a formação do mosteiro de Paraclet, cuja superiora é Heloísa; basta percorrê-los para constatar que a vida de uma abadessa, na época, comporta todo um aspecto administrativo: as doações que se acumulam, que permitiam perceber aqui o dízimo de um vinhedo, lá o direito às taxas sobre o feno e o trigo, aqui o direito de usufruir de uma granja, e lá o direito de pastagem na floresta... Sua atividade é também a de um usufruidor, ou seja, a de um senhor. Quer dizer que, a par de suas funções religiosas, algumas mulheres exerciam, mesmo na vida laica, um poder que muitos homens invejariam no presente.

Por outro lado, constata-se que as religiosas desta época — sobre as quais, digamos de passagem, ainda nos faltam estudos sérios — são na maioria casos de mulheres extremamente instruídas, que poderiam rivalizar em sabedoria com os monges mais letrados do tempo. A própria Heloísa

conhece e ensina às monjas o grego e o hebraico.

É de uma abadia de mulheres, a de Gandersheim, que provém um manuscrito do século X contendo seis comédias, em prosa rimada, imitação de Terêncio, e que são atribuídas à famosa abadessa Hrots vitha¹⁹, da qual há muito tempo conhecemos a influência sobre o desenvolvimento literário nos países germânicos. Essas comédias, provavelmente representadas pelas religiosas, são, do ponto de vista da história dramática, consideradas como prova de uma tradição escolar que terá contribuído para o desenvolvimento do teatro na Idade Média. Digamos, de passagem, que muitos mosteiros de homens e de mulheres ministravam instrução às crianças da região.

É surpreendente também constatar que a mais conhecida enciclopédia do século XII é da autoria de uma religiosa, a abadessa Herrada de Landsberg²⁰. É a famosa *Hortus deliciarum* (*Jardim de delícias*) na qual os eruditos retiravam os ensinamentos mais corretos sobre o avanço das técnicas em sua época. Poder-se-ia dizer o mesmo das obras da célebre Hildegarde de Bingen. Enfim, uma outra religiosa, Gertrude de Helfta²¹, no século XIII, conta-nos como sentiu-se feliz ao passar de estado de “gramaticista” ao de “teóloga”, isto é, que depois de ter percorrido o ciclo de estudos preparatórios ela galgara o ciclo superior, como se fazia na Universidade. O que prova que, ainda no século XIII, os conventos de mulheres permaneciam sendo o que sempre foram desde São Jerônimo²², que instituiu o primeiro dentre eles, a comunidade de Belém: lugares de oração, mas também de ciência religiosa, de exegese, de erudição; estuda-se a Escritura Sagrada, considerada como a base de todo conhecimento, e também os elementos de saber religioso e profano. As religiosas são moças instruídas; portanto, entrar para o convento é o caminho normal para as que querem desenvolver seus conhecimentos além do nível comum. O que parece extraordinário em Heloísa é que, em sua juventude, não sendo religiosa e não desejando claramente entrar para o convento, procurava, todavia, estudos muito áridos, ao invés de se contentar com a vida mais frívola, mais despreocupada, de uma jovem desejando “viver no século”. A carta que Pedro, o *Venerável*²³ lhe enviou o diz expressamente.

Mas há algo mais surpreendente. Se quisermos fazer uma ideia exata do lugar ocupado pela mulher na Igreja dos tempos feudais é preciso perguntarmo-nos o que se diria, em nosso século XX, de conventos de homens colocados sob a direção de uma mulher. Um projeto desse gênero teria, em nosso tempo, alguma possibilidade de se realizar? E, no entanto,

isto foi realizado com pleno sucesso, e sem provocar o menor escândalo, na Igreja, por Roberto d'Arbrissel²⁴, em Fontevrault, nos primeiros anos do século XII. Tendo resolvido fixar a incrível multidão de homens e mulheres que se arrastava atrás dele — porque ele foi um dos maiores pregadores de todos os tempos — Roberto d'Arbrissel decidiu fundar dois conventos, um de homens, outro de mulheres²⁵; entre eles se elevava a Igreja, único lugar em que monges e monjas podiam se encontrar. Ora, este mosteiro duplo foi colocado sob a autoridade não de um abade, mas de uma abadessa. Esta, por vontade do fundador, devia ser viúva, tendo tido a experiência do casamento. Para completar, digamos que a primeira abadessa que presidiu os destinos da Ordem de Fontevrault, Petronila de Chemillé²⁶, tinha 22 anos. Não acreditamos que, mesmo nos dias de hoje, semelhante audácia tivesse a menor oportunidade de ser considerada ao menos uma única vez.

Caso se examinem os fatos, uma conclusão se impõe: durante todo o período feudal, o lugar da mulher na Igreja apresentou algumas diferenças do homem (e em que medida não seria esta uma prova de sabedoria: levar em conta que o homem e a mulher são duas criaturas equivalentes, mas diferentes?), mas este foi um lugar eminente que simboliza, por outro lado, perfeitamente o culto, insigne também, prestado à Virgem entre todos os santos. E é pouco inesperado que a época termine por uma figura de mulher: a de Joana D'Arc²⁷ que, seja dito de passagem, não poderia, jamais, nos séculos seguintes, obter a audiência e suscitar a confiança que conseguiu, afinal de contas.

É surpreendente também observar a rigidez que se produziu ao redor da mulher no extremo fim do século XIII. E por uma medida bastante significativa que, em 1298, o papa Bonifácio VIII²⁸ decide para as monjas (cartuxas, cistercienses) a clausura total e rigorosa que elas conheceram a partir daí. Em seguida, não se admitirá mais que a religiosa se misture com o mundo. Não se tolerarão mais essas leigas consagradas, que foram as penitentes, no século XIII, que levavam uma vida igual a todos, mas que se consagravam por um voto religioso. No século XVII principalmente, veremos as religiosas da Visitação, destinadas, por sua fundadora, a se misturarem com a vida quotidiana, obrigadas a se conformar com a mesma clausura das carmelitas; tanto que São Vicente de Paulo²⁹, para permitir às Irmãs de Caridade prestar serviço aos pobres, tratar dos doentes e cuidar das famílias necessitadas, evitará tratá-las como religiosas e de fazê-las proferir os votos; seu destino foi, então, de Visitadoras. Não se poderia mais

conceber que uma mulher tendo decidido consagrar sua vida a Deus não fosse enclausurada; enquanto que, nas novas ordens criadas para os homens, por exemplo os jesuítas, estes permaneciam no mundo.

Basta dizer que o lugar da mulher na Igreja é exatamente o mesmo que ela ocupou na sociedade civil e que, pouco a pouco, lhe foi retirado, depois da Idade Média, tudo o que lhe conferia alguma autonomia, alguma independência, alguma instrução. Ora, como ao mesmo tempo a Universidade — que admite apenas os homens — tenta concentrar o saber e o ensino, os conventos deixam, de modo gradativo, de ser os centros de estudo que tinham sido anteriormente; digamos que eles param também, e muito rapidamente, de ser centros de oração.

A mulher se encontra, portanto, excluída da vida eclesiástica, como da vida intelectual. O movimento se precipita quando, no começo do século XVI, o rei de França mantém nas mãos a nomeação de abadessas e abades. O melhor exemplo continua sendo a ordem de Fontevrault, que se torna um asilo para as velhas amantes do rei. Asilo onde se leva daí em diante uma vida cada vez menos edificante, porque a clausura tão rigorosa não demora a sofrer grandes alterações, confessadas ou não. Se algumas ordens, como a do Carmelo ou de Santa Clara, guardam sua pureza graças a reformas, a maior parte dos mosteiros de mulheres, no fim do Antigo Regime, é de casas de recolhimento onde as filhas caçulas de grandes famílias recebem muitas visitas e onde joga-se baralho e outros “jogos proibidos”, até tarde da noite.

Faltaria falar das mulheres que não eram nem grandes damas nem abadessas, nem mesmo monjas: camponesas ou cidadinas, mães de família ou trabalhadoras. Inútil dizer que, para ser corretamente tratada, a questão reclamaria muitos volumes, e também que exigiria trabalhos preliminares, que não foram feitos. Seria indispensável pesquisar não somente as coleções sobre os costumes ou os estatutos das cidades, mas também os cartorários, os documentos judiciais, ou ainda os inquéritos ordenados por São Luís³⁰; destacam-se aí, colhidos na vida quotidiana, mil pormenores colhidos ao acaso e sem ordem preconcebida, que nos mostram homens e mulheres através dos menores atos de suas existências: aqui a queixa de uma cabeleireira, ali a de uma salineira (comércio do sal), de uma moleira, da viúva de um agricultor, de uma castelã, da mulher de um cruzado etc.

É por documentos deste gênero que se pode, peça por peça, reconstituir,

como em um mosaico, a história real. Ela nos parece aí, é inútil dizer, muito diferente das canções de gesta, dos romances de cavalaria ou das fontes literárias que tão frequentemente tomamos por fontes históricas!

O quadro que se delineia da reunião desses documentos nos apresenta mais de um traço surpreendente, pois que vemos, por exemplo, mulheres votarem como homens em assembleias urbanas ou nas das comunas rurais. Frequentemente nos divertimos em conferências ou palestras diversas, citando o caso de Gaillardine de Fréchou³¹, que diante de um arrendamento proposto aos habitantes de Cauterets, nos Pirineus, pela abadia de Saint-Savin, foi a única a votar *não*, quando todo o resto da população votou *sim*. O voto das mulheres nem sempre é expressamente mencionado, mas isso pode ser porque não se via necessidade em fazê-lo. Quando os textos permitem diferenciar a origem dos votos, percebe-se que, em certas regiões, tão diferentes como as comunas bearnenses, certas cidades de Champagne, ou algumas cidades do leste como Pont-à-Mousson, ou ainda na Touraine, na ocasião dos Estados-Gerais de 1308, as mulheres são explicitamente citadas entre os votantes, sem que isto seja apresentado como um uso particular do local. Nos estatutos das cidades indica-se, em geral, que os votos são recolhidos na assembleia dos habitantes sem nenhuma especificação; às vezes, faz-se menção da idade indicando, como em Aurillac, que o direito de voto é exercido com a idade de vinte anos, ou em Embrun, a partir de quatorze anos. Acrescentemos a isto que, como geralmente os votos se fazem por fogo, quer dizer, lar, lareira, por casa, de preferência por indivíduo, é aquele que representa o “fogo”, portanto, o pai de família que é chamado a representar os seus; se é o pai de família que é naturalmente seu chefe, fica bem claro que sua autoridade é a de um gerente e de um administrador, não a de um proprietário.

Nas atas de notários é muito frequente ver uma mulher casada agir por si mesma, abrir, por exemplo, uma loja ou uma venda, e isto sem ser obrigada a apresentar uma autorização do marido. Enfim, os registros de impostos (nós diríamos, os registros de coletor), desde que foram conservados, como é o caso de Paris, no fim do século XIII, mostram multidão de mulheres exercendo funções: professora, médica, boticária, estucadora, tintureira, copista, miniaturista, encadernadora etc.

Não é senão no fim do século XVI, por um decreto do Parlamento, datado de 1593, que a mulher será afastada explicitamente de toda a função no Estado. A influência crescente do direito romano não tarda então a

confinar a mulher no que foi sempre seu domínio privilegiado: os cuidados domésticos e a educação dos filhos. Até o momento em que isto também lhe será retirado por lei, porque, destaquemos, com o Código de Napoleão, ela já não é nem mesmo a senhora de seus próprios bens e desempenha, em sua casa, papel subalterno. Embora desde Montaigne³² até Jean-Jacques Rousseau³³ sejam os homens que elaborem tratados sobre a educação, o primeiro tratado sobre educação, publicado em França, foi de uma mulher, Dhuoda, que o elaborou (em versos latinos) por volta de 841-843, para uso de seus filhos³⁴.

Há alguns anos, certas discussões ocorridas a respeito da questão da autoridade paterna na França foram muito desconcertantes para o historiador da Idade Média; realmente, a ideia de que foi necessária uma lei para dar à mulher direito de olhar pela educação de seus filhos teria parecido paradoxal nos tempos feudais. A comunidade conjugal, o pai e a mãe, exercia conjuntamente então a função da educação e da proteção dos filhos, assim como, eventualmente, a administração de seus bens. É verdade que então a família era concebida em um sentido mais amplo; esta educação causa infinitamente menos problemas, porque ela se faz no meio de um contexto vital, de uma comunidade familiar mais abrangente e mais diversificada do que hoje, pois não está reduzida à célula inicial pai-mãe-criança, mas comporta também avós, colaterais, domésticos no sentido etimológico do termo. O que não impede que a criança tenha, eventualmente, sua personalidade jurídica distinta; assim, se ela herda bens próprios (legados, por exemplo, por um tio), estes são administrados pela comunidade familiar, que em seguida deverá dar-lhe contas.

Poder-se-ia multiplicar assim os exemplos, com pormenores fornecidos pela história do direito e dos costumes, atestando a degradação do lugar ocupado pela mulher entre os costumes feudais e o triunfo de uma legislação “à romana”, da qual nosso código ainda está impregnado. Seria melhor que, na época em que os moralistas queriam ver “a mulher em casa”, fosse mais indicado inverter a proposição e exigir que o lar fosse da mulher.

A reação só chegou em nossos tempos. Entretanto, ela é, digamo-lo, muito decepcionante: tudo se passa como se a mulher, alucinada de satisfação pela ideia de ter penetrado no mundo masculino, continuasse incapaz da força de imaginação suplementar, que lhe seria preciso, para levar a este mundo seu traço particular, precisamente aquele que faz falta à

nossa sociedade. Basta-lhe imitar o homem, ser julgada capaz de exercer as mesmas funções, adotar os comportamentos e até os hábitos de vestir do seu parceiro, sem mesmo se questionar sobre o que é realmente contestável e o que deveria ser contestado. Se se perguntar se ela não está movida por uma admiração inconsciente, o que podemos considerar excessivo, por um mundo masculino que ela acredita necessário e suficiente copiar com tanta exatidão quanto possível, seja perdendo ela própria sua identidade, ou negando antecipadamente sua originalidade.

Tais constatações levaram-nos bem longe do mundo feudal; elas podem, em todo caso, levar ao desejo que este mundo feudal seja um pouco mais bem conhecido dos que creem, de boa-fé, que a mulher “sai enfim da Idade Média”: elas têm muito que fazer para reencontrar o lugar que foi seu nos tempos da rainha Leonor ou da rainha Branca...³⁵

7. O Index Acusador

Quando preparávamos, nos Arquivos Nacionais, uma exposição sobre o século de São Luís, enviei uma assistente, aliás bastante culta, para consultar, de Brunetto Latini¹, a passagem bem conhecida do Tesouro, em que ele explicava a seus leitores, em meados do século XIII, a redondeza da terra.

“Puxa! — disse-me ela, bastante surpreendida — eu pensava que Galileu² tinha sido queimado vivo, na Idade Média, por dizer que a terra era redonda.”

Expliquei-lhe que sua frase continha três erros históricos: Galileu não tinha descoberto que a terra era redonda; o fato já era conhecido há mais de quatro séculos. Em seguida, ele não havia sido queimado vivo, mas apenas aprisionado, o que já era uma maneira bem pouco cortês de tratar a quem, pela primeira vez, se apercebera que a terra girava em volta do sol. Enfim, que tudo isso não se passara na Idade Média. Aí, para convencê-la, precisei recorrer ao Larousse em vinte volumes. Foi com imensa surpresa que admitiu ter o “caso Galileu”, que alguns atribuem levianamente à Idade Média, pertencido com certeza à época clássica, pois aconteceu em 1633. Galileu, nascido em 1564, morto em 1642, era contemporâneo de Descartes³; era mais velho que este trinta e dois anos, mas morreu apenas 17 anos antes dele. O caso Galileu ocorreu cem anos depois do nascimento de Montaigne — (1533), mais de cem anos depois da Reforma (1520), quase duzentos anos depois da invenção da imprensa; enfim, mais de meio século depois do Concílio de Trento (1547-1563), que se pode, em verdade, considerar como a ruptura entre a Igreja Medieval e a Igreja dos tempos clássicos.

Além disso, destaquemos que o caso Galileu é típico da mentalidade clássica se nos colocarmos do ponto de vista da exegese⁴.

No século XVII, os comentaristas tendem a se prender apenas ao sentido literal; um pouco, como atualmente, alguns exegetas só estão preocupados com o sentido histórico e reduzem a Escritura a dados contingentes, sem admitir, como se fazia ao tempo de São Bernardo de Claraval, que um mesmo texto possa ter diferentes gradações de significado, todas igualmente importantes para o fiel.

O caso Galileu é uma afronta tanto ao bom senso como ao espírito científico. Mas também, com a maior facilidade faz-se uma injúria à História quando não se lhe atribui a época em que ele se desenvolveu na

realidade, isto é, a primeira metade do século XVII.

Ora, uma das vantagens da História é poder opor-se às generalizações, às teorias e às leis unicamente pela força das datas. Elas são algarismos e em nossa época de confusão de língua são, portanto, uma espécie de linguagem que se torna acessível a todos, aos seres mais simples como aos cérebros mais marcados pelas diferentes formas de deformações ideológicas, políticas, filosóficas, ou seja, socioculturais. É, em consequência, com toda certeza que se pode dizer que a data da condenação de Galileu é, em si, tão irrefutável como a dos primeiros passos sobre a lua, tão estável quanto uma lei matemática, tão certa quanto as revoluções planetárias descobertas precisamente por Galileu.

O processo de Galileu é contemporâneo, notemos de passagem, do apogeu (se se pode dizer assim!) dos processos de feitiçaria. Sabe-se, ou melhor, sabe-se mal que, se sempre houve feiticeiros, feiticeiras e mais ainda histórias de feiticeiros e feiticeiras, os primeiros processos em que eles foram mencionados nos textos em detalhes não ocorreram senão no século XIV) na região de Toulouse; conhece-se, em seguida, em 1440, o célebre de Gilles de Rais⁵ (acusado mais de magia que de feitiçaria propriamente dita). Na segunda metade do século XV estes processos tornaram-se habituais, a começar pelo que, em 1456, na região de Lorraine, deveria fazer oito vítimas. O interesse pela feitiçaria cresce, sensivelmente, no século XVI, em que personagens sérios como Jean Bodin⁶, advogado e procurador do rei, ou Nicolas Rémy⁷, juiz e procurador-geral de Lorraine, escrevem um, uma *Demonomania*, outro, uma *Demonolatria*, este reunindo, se se pode dizer, a prática à teoria, porque teria enviado para a fogueira enquanto juiz perto de três mil feiticeiros e feiticeiras. Com efeito, no século XVII — século da Razão — o número de processos de feitiçaria aumenta em proporções assustadoras. Não há região em que não se possa lembrar processos célebres, quer se trate de Loudun, de Louviers, de Nancy, do caso Méautis na Normandia etc⁸.

De resto, os mais célebres casos de feitiçaria ocorreram na própria corte de Luís XIV Nenhuma região da Europa foi poupada, tanto protestantes (na Inglaterra, onde as primeiras execuções ocorreram sob o reinado de Elisabeth I, no século XVI; na Alemanha e até na Suécia, e na América do Norte) quanto católicas. A reação não se esboça senão na primeira metade do século XVII, com obras de alguns jesuítas, em particular de Pe. Friedrich Spee⁹, cuja obra, *Cautio criminalis*, publicada em 1633 (ano do processo de

Galileu), não deixou de influenciar os juízes de sua região (Mayence e Wurzburg). O papa Urbano VIII¹⁰ recomendava, por sua vez, em 1637, prudência na perseguição aos feiticeiros e feiticeiras. Isto não impede que, ainda em Bordeaux, em 1718, ocorra o último dos processos de feitiçaria de que se tem conhecimento e que este termine, como os precedentes, na fogueira. Eis o que deveria levar à reflexão os que tendem a unir, impensadamente, o adjetivo medieval ao termo obscurantismo.

A estes exageros de superstição basta opor, realmente, a mentalidade dos tempos feudais, tais como ela se exprime, por exemplo, em João de Salisbury¹¹, abade de Chartres, no século XII, que dizia: “O melhor remédio contra esta doença (trata-se, certamente, de feitiçaria e o emprego deste termo por um grande pensador o aproxima curiosamente dos psiquiatras atuais) é ligar-se firmemente à Fé, não prestar ouvidos a estas mentiras e jamais prestar atenção a tão lamentáveis loucuras.

O respeito pelas convicções religiosas faz, atualmente, parte dos direitos da pessoa humana, pelo menos nos países ocidentais. Está escrito nas diversas declarações dos direitos do Homem. Este é, sem dúvida, um dos pontos em que o progresso evidencia-se sobre um passado relativamente recente. Pensemos, principalmente, nas perseguições ordenadas contra os protestantes por Luís XIV, ou em sentido inverso nas diversas formas de opressão exercidas na Irlanda pelos colonos ingleses contra os irlandeses católicos, ou mesmo na Inglaterra contra os ingleses católicos, submetidos a diversas limitações: sabe-se que, por exemplo, a entrada nas universidades lhes foi proibida até 1850.

Se nos colocarmos na mentalidade dos tempos feudais, constataremos que a ligação entre profano e sagrado é a tal ponto diminuta que os desvios doutrinários ganham extrema importância até mesmo na vida quotidiana. Para usar um exemplo, quase sempre citado, o fato de que os cátaros negavam que a validade de juramento era um ataque à própria essência da vida feudal, formada de contratos de homem para homem e repousando sobre o valor do juramento. Por isso a reprovação geral causada pela heresia; ela rompe um acordo profundo do qual partilha toda a sociedade, e esta ruptura parece de extrema gravidade aos que a testemunham. Todo o incidente de ordem espiritual parece, nesse contexto, mais grave que um

acidente físico.

Uma história vivida é significativa, deste ponto de vista. Joinville¹² conta como, no momento em que o exército do rei de França, do qual ele fazia parte, foi devastado pela epidemia, às margens do Nilo, sendo ele próprio, convalescendo da doença, um dia assistia à missa de sua cama sob a tenda. Ora, eis que o padre que celebra é, de repente, atacado pela doença. Joinville pula de seu leito e corre para ampará-lo: “Acabai vosso sacramento”, diz; e continuando sua narrativa: “E ele acabou de celebrar sua missa até o fim, e jamais celebrou outra”. Ora, para todo mundo, atualmente, o gesto de Joinville parecia insensato: diante de um padre doente, nos apressaríamos em ir à procura de um médico, enquanto a preocupação maior de Joinville e do próprio padre, tanto quanto se pode deduzir da narrativa, foi de que ele “acabasse o sacramento”.

Sob vários aspectos, a Inquisição foi a reação de defesa de uma sociedade para a qual, com razão ou sem ela, a preservação da fé pareceria tão importante como a da saúde física para a atualidade. É palpável aqui o que faz a diferença de uma época para outra, isto é, diferença de critérios, de escala de valores. E é elementar em História começar por levá-los em conta, ou seja, respeitá-los, sem o que o historiador se transforme em juiz.

Nada impede que a instituição da Inquisição seja para nós o traço mais chocante de toda a Idade Média¹³. Seu estudo requereria toda uma biblioteca. Essa biblioteca já existe, o assunto suscitou um grande número de obras cujo conteúdo não atingiu ainda real mente o grande público¹⁴.

O termo *inquisição* significa *inquérito* (interrogatório); no século XII, Abelardo¹⁵ proclama que a vida de pesquisador, do lógico, passa-se em “inquisição permanente” e seu propósito não tem nada que possa lembrar a heresia ou evocar a repressão. A palavra toma um sentido jurídico quando, em 1184, o Papa Lúcio III¹⁶, em Verona, exorta aos bispos a procurar com afincos os heréticos para avaliar a propagação do mal em suas dioceses. Mas isto não é mais do que uma recomendação precisa, referente ao exercício de um direito que sempre lhe fora outorgado, o de excomungar o herético; ou seja, de o “exterminar” (bani-lo, persegui-lo, *ex-terminis*, além das fronteiras); estes, os heréticos, existiam em grande número principalmente ao sul da França e da Itália. Os mais numerosos, sabemos, são os que designavam a si próprios de *catharoi*, os puros; pode-se resumir a doutrina cátara dizendo que ela repousa sobre um dualismo absoluto: o universo material é a obra de um deus mau, apenas as almas foram criadas por um

deus bom; de onde se conclui que tudo que tende à procriação é condenável, o casamento em particular; os mais puros adeptos da doutrina veem no suicídio a perfeição suprema¹⁷. Na realidade, como todas as seitas — e as de nossa época permitem compreender o fenômeno — esta se diversifica rapidamente. Logo se espalha pela Lombardia e nas regiões provençais e languedocianas. O catarismo se torna uma religião em dois níveis: há os perfeitos que observam a doutrina em todo o seu rigor — continência absoluta, interdição de guerrear e de prestar juramento, abstinência severa; enquanto que os outros, simples crentes, se conduzem normalmente, sendo que sua salvação eterna dependia da absolvição, o *consolamentum*, que deveriam receber de um perfeito, na hora da morte.

Por mais estranho que pareça, é o conde de Toulouse, Raimundo V, quem primeiro sonhou em combater militarmente os heréticos, que eram numerosos em seu domínio. Em uma carta ao abade de Citeaux, faz a mais negra descrição da extensão da heresia: “O flagelo pútrido da heresia se espalhou a tal ponto que a maior parte dos que a seguem acreditam prestar homenagem a Deus... Aqueles que se destinaram ao sacerdócio são corrompidos pela peste da heresia; os lugares sagrados, sempre venerados das igrejas, tornam-se negligenciados, caem em ruínas; nega-se o batismo, abomina-se a Eucaristia, despreza-se a penitência, recusa-se a criação do homem e a Ressurreição da carne, anulam-se todos os sacramentos da Igreja. Por penoso que seja admiti-lo, vai-se até a introduzir os dois princípios.” De fato, como todas as heresias, a dos cátaros nega a Encarnação, mas leva essa negação ao ponto de professar horror à Cruz.

Ora, quando a Raimundo V, de Toulouse, sucede a Raimundo VI¹⁸, seu filho, este considera os heréticos de outra maneira; numerosos são mesmo seus súditos que o acusam de favorecê-los. Quando, em 1208, o Papa lhe envia um emissário, Pierre de Castelnau¹⁹, ele o devolve com ameaças que encontram eco, porque o emissário é assassinado dois dias mais tarde. É então que o Papa Inocêncio III²⁰ vai pregar a cruzada exortando aos barões de França e de outros lugares a pegar em armas contra o de Toulouse e os outros heréticos do sul.

Declara-se a luta, mas contrariamente ao que com frequência se diz e escreve, até esta data, tanto perfeitos como simples crentes, os heréticos não vivem de modo nenhum na clandestinidade. É às claras que circulam, que pregam, que se multiplicam colóquios e encontros com aqueles que os tentam reconduzir à ortodoxia, em particular, com estes frades mendicantes

a quem Domingos de Gusmão²¹ chama à prédica da santa doutrina e à prática de uma pobreza integral e que se tornarão, em 1215, os frades pregadores. As reuniões para que ele convida os heréticos, as discussões públicas, como as que ocorreram em Fanjeaux — em pleno coração do sul albigense — e que se tornaram célebres, atestam que, apesar dos inquéritos episcopais, que haviam sido ordenados aqui e ali, os heréticos não sentiam nenhuma necessidade de se esconder, e sobretudo nas regiões do Fanguedoc, onde gozavam de uma proteção eficaz por parte dos senhores meridionais. Tudo muda, bem entendido, depois que a guerra é declarada; a mudança será mais sensível ainda quando for instaurada, uns vinte anos mais tarde, em 1231, a Inquisição pontifical.

É ao Papa Gregório IX²² que devemos a iniciativa e não a São Domingos, como absurdamente se pretendeu²³. Este último morrerá há dez anos quando Gregório IX projetou a instituição de um tribunal eclesiástico destinado especialmente à busca e julgamento dos hereges.

A associação dos dominicanos à Inquisição ocorreu porque o próprio Gregório IX confiou aos padres pregadores, muito populares, o encargo da Inquisição, logo que a instituiu em 1231; mas, desde 1233, ele lhes acrescentou a principal das outras ordens mendicantes, a dos frades menores. Os franciscanos exercerão as funções inquisitoriais principalmente na Itália; alguns também na França, como Etienne de Saint-Thibéry, que foi massacrado em Avignonnet, no ano de 1242, junto com seu colega dominicano Guilherme Arnaud²⁴.

Apesar do que se crê, geralmente os habitantes do sul não são os únicos a serem arrasados, no século XIII, sob o peso da Inquisição. De fato, as ocorrências mais dramáticas, as que fizeram mais vítimas, desenrolaram-se na Borgogne e na Champagne, assim como ao norte da França, vítimas da atividade perigosa do por demais célebre Robert *le Bougre*. Tratava-se de um velho herético convertido, de onde vem seu apelido²⁵ (seu verdadeiro nome era Robert le Petit). Entrou para a ordem dos pregadores depois de sua conversão, foi promovido ao cargo de inquisidor em 1223 e, logo depois, em Charité-sur-Loire, ordena execuções que provocam protestos de muitos arcebispos, não dos menos importantes, pois que entre eles estavam os de Reims, Sens e Bourges. O Papa o suspende de seus poderes em 1234, mas os restitui no ano seguinte. Ele retoma, novamente, sua terrível tarefa e estima-se em cinquenta os hereges que faz queimar durante uma insensata viagem a Châlons-sur-Marne, Cambrai, Péronne, Douai, Lille. Depois, em

1239, foi a Mont-Aimé (na Champagne) que, segundo uma testemunha ocular, Aubri de Trois-Fontaines, reuniu em uma grande fogueira cento e oitenta e três vítimas, após uma diligência feita por ocasião da feira de Provins*²⁶. Robert le Bougre foi, em seguida, certamente a partir de 1241, demitido de suas funções. Pode ser que tenha sido condenado à prisão perpétua, mas isto não está comprovado com exatidão.

A Inquisição agiu também no sul: às vezes, de modo enérgico, como em Carcassonne, onde entre 1237 e 1244, o inquisidor Ferrier foi apelidado de “Martelo dos Hereges”. Guillaume de Puylaurens²⁷, cujas indicações em geral são exatas, fala de duzentos heréticos que foram queimados em Montségur, em 1244, após a capitulação do castelo onde estavam refugiados os assassinos dos inquisidores de Avignonnet; muitas dúvidas reinam acerca da “fogueira de Montségur”, que suscitou em nossos dias uma vasta literatura, da qual não subsiste grande coisa de valor para a História, principalmente depois dos trabalhos de Yves Dossat²⁸. Por outro lado, conhece-se bem a fogueira de Berlaigues²⁹, perto de Agen, onde, pouco antes de sua morte, em 1249, o conde de Toulouse, Raimundo VII³⁰, mandou queimar perto de oitenta hereges.

É inútil insistirmos aqui sobre os exageros a propósito da Inquisição nas obras de escritores imaginativos mas pouco respeitadores das fontes documentais. As penas aplicadas, em geral, são o emparedamento, isto é, a prisão (distingue-se o “muro estreito”, que é a prisão propriamente dita, e o “muro largo”, a prisão domiciliar), ou, com mais frequência ainda, a condenação a peregrinações ou ao uso de uma cruz de fazenda pregada na roupa. Nos lugares onde os registros sobreviveram, como em Toulouse, em 1245-46, constata-se que os inquisidores³¹ pronunciam uma condenação à prisão numa relação de 1 para 9, aproximadamente; à pena do fogo, condenação à fogueira, de 1 para 15; os outros acusados tendo sido ou libertados ou condenados a penas mais leves.

Além disso, esta não é a questão. A reprovação que encontramos contra a Inquisição, a partir do século XVIII, constitui um desses progressos que o historiador não pode deixar de destacar, pois ela se eleva contra o próprio princípio dos julgamentos realizados em nome da Fé; esta nos aparece em sua essência, como devendo escapar a toda pressão, a toda coerção de ordem exterior e jurídica.

De fato, para o crente — e a imensa maioria acreditava, durante a Idade Média — a Igreja está perfeitamente em seu direito quando exerce o poder

de jurisdição: enquanto que guardião da fé, esse direito lhe foi sempre reconhecido pelos que, pelo batismo, pertenciam à Igreja. Daí, por exemplo, a aceitação geral de sanções tais como a excomunhão ou a interdição. Excomungar é colocar fora da comunidade de fiéis quem não se conforma com as regras instituídas pela Igreja enquanto sociedade; é um “colocar fora do jogo”, como se pratica em toda parte com quem trapaceia, quem trai, quem não aceita as regras de uma sociedade, de um clube, de um partido, de uma associação qualquer, à qual, anteriormente, pretendia pertencer. Na mesma linha das sanções eclesiásticas, a interdição condenava a uma espécie de excomunhão geral um território inteiro, toda uma cidade, para levar à obediência seu responsável: senhor, rei, até abades etc. Esta espécie de banimento da comunidade dos fiéis era o meio mais eficaz de obter o arrependimento do culpado, porque a interdição compreendia a suspensão de todas as cerimônias religiosas; os sinos deixavam de tocar, os ofícios religiosos (casamentos, enterros...) não eram mais celebrados, o que tornava por demais intolerável a vida das populações.

No entanto, a guerra contra os hereges meridionais e a instituição da Inquisição modificam de forma categórica as sanções eclesiásticas, no que implicam em recorrer à força, ao poder temporal, ao “braço secular”. Na Igreja, era um fato inusitado, uma nova tendência que os canonistas dos séculos XIV e XV procurarão justificar e colocar como regra do Direito e que terá consequências graves no século XVI. Os papas a que se devem estas medidas são os que se encontram nos manuais de História como “grandes papas” da Idade Média: Inocêncio III e Gregório IX. São, um e outro — é importante notar — apegados ao direito romano. Sabe-se como o renascimento do direito romano e seu estudo, principalmente na universidade de Bolonha, vão pouco a pouco se introduzir no direito da Igreja — não de forma tão completa quanto o farão na sociedade civil, logo em seguida, no século XVIII ou mais tarde ainda, mas, em realidade, de maneira profunda; sob esta influência, os “decretastes”, os que se ocupavam do direito canônico, encaminham-se para um pensamento autoritário, para a execução de uma soberania centralizada³².

Ora, apesar da absoluta limpidez do Evangelho quanto à separação dos poderes, Inocêncio III e Gregório IX recorreram ao temporal para preservar o espiritual. Ou seja, ambos optaram pela facilidade; e jamais, talvez, ao longo da História, a solução fácil apresentou tão bem sua verdadeira expressão; não uma solução, mas uma porta aberta para novos e temíveis

problemas.

Por certo não poderiam avaliar as consequências de suas decisões, ditadas pela impaciência, por uma busca de eficácia imediata — perfeitamente contrária ao espírito do Evangelho, mas também mais sutil, por esta tendência ao autoritarismo que o direito romano desenvolve inevitavelmente. Se um e outro foram, aliás, personalidades fortes, a sinceridade de seu zelo religioso não é menos indubitável: Inocêncio III é o que soube discernir, no meio de uma infinidade de tendências muito diferentes, o zelo autêntico de Domingos de Gusmão e de Francisco de Assis³³, pretendendo reconduzir à pobreza evangélica uma Igreja que dela tinha a mais premente necessidade. Quanto a Gregório IX, não seria exagerado ver nele um verdadeiro campeão da liberdade de espírito: o ano de 1231, que é o da instituição da Inquisição, é também o da bula *Parens scientiarum*, pela qual ele confirma e formula os privilégios da universidade de Paris e assegura sua independência junto ao rei, e também aos bispos ou seus chanceleres; em resumo, ele define e reconhece a liberdade de pesquisa filosófica e científica. Põe fim, deste modo, a dois anos de perturbações e greves que opuseram os mestres e estudantes à rainha Branca de Castela e a seu jovem filho, Luís IX, obrigando-os a restabelecer integralmente os privilégios que subtraíam os universitários à própria justiça do Rei.

Ver-se-á um exemplo patente das ambiguidades da História onde, contrariamente à imagem que com frequência nos é apresentada, é bem difícil distinguir os “bons” dos “perversos”.

A própria instituição da Inquisição não deixava de apresentar um lado positivo no concreto da vida. Substituíam o processo de acusação pelo de inquérito. Mas além de tudo, em um tempo onde o povo não está disposto a “brincar” com o herético, ela introduz a justiça regular. Porque, antes, era em muitos casos uma justiça leiga ou mesmo uma revolta popular que infligia aos heréticos os piores castigos. Basta para se convencer recordar que o rei Roberto, o *Piedoso*³⁴, em 1022, queimara, em Orléans, quatorze hereges, clérigos e leigos. Por outro lado, em diversas ocasiões os bispos precisaram intervir para subtrair às violências da multidão os que ela considerava heréticos. Pedro Abelardo tinha feito a experiência, pois ele mesmo, em Soissons, em 1121, foi acolhido com pedradas, por uma multidão indignada. Alguns anos antes, hereges que o bispo da mesma cidade tinha condenado à prisão, dela foram retirados e conduzidos à fogueira por amotinados que reprovavam no bispo “sua fraqueza

sacerdotal”. Em diversas ocasiões, atos de violência foram assim cometidos e sabe-se como, sob Filipe Augusto³⁵, oito cátaros foram queimados, em Troyes, no ano 1200, enquanto, um pouco mais tarde, em 1209, o rei inflige o mesmo suplício a alguns discípulos de Amaury de Bène³⁶. No sul, em Saint-Gilles-du-Gard, o herege Pedro de Bruys³⁷, que havia queimado publicamente um crucifixo, viu-se vítima do mesmo suplício, por uma turba furiosa.

Era, talvez, inevitável que em qualquer momento fossem instituídos tribunais regulares, mas esses tribunais foram marcados por uma dureza particular, em razão do renascimento do direito romano: as constituições de Justiniano³⁸, realmente, mandavam condenar os hereges à morte. E é para fazê-lo reviver que Frederico II³⁹, tornado imperador da Alemanha, promulga, em 1224, novas constituições imperiais que, pela primeira vez, estipulam expressamente a pena da fogueira contra hereges empedernidos. Assim se vê que a Inquisição, no que ela tem de mais odioso, é fruto de disposições tomadas, de início, por um imperador em quem se pode encontrar o protótipo do “monarca esclarecido”, apesar de ter sido, ele próprio, um cético e logo excomungado.

Resta notar que adotando a pena de fogo, instituindo como procedimento legal o recurso ao “braço secular” para os relapsos⁴⁰, o Papa acentuava ainda o efeito da legislação imperial e reconhecia oficialmente os direitos do poder temporal na perseguição às heresias. Sempre sob a influência da legislação imperial, a tortura seria autorizada oficialmente, no começo do século XIII - - desde que houvesse o aparecimento de provas.

Ora, todo este aparelhamento de legislação contra a heresia não demoraria em ser dirigido pelo próprio poder temporal contra o poder espiritual do Papa. Sob Filipe, *o Belo*, as acusações; contra Bonifácio VIII, contra Bernard Saisset⁴¹, contra os templários, contra Guichard de Troyes⁴² apoiam-se neste poder reconhecido no rei para perseguir os hereges. Mais do que nunca, a confusão entre espiritual e temporal joga a favor deste último. Só precisamos recordar aqui as consequências mais graves: a Inquisição do século XVI, a partir deste momento só nas mãos dos reis e imperadores, iria fazer um número de vítimas sem comparação com as do século XIII. Na Espanha, chegar-se-á à utilização da Inquisição contra judeus ou mouros, o que equivalia a deturpar por completo seus objetivos. Com efeito, ela era, pode-se dizer, para uso interno: destinada a detectar os heréticos, isto é, aqueles que, pertencendo à Igreja, se voltavam contra ela.

Foi assim que, no século XIII, Fernando III⁴³, rei de Espanha (primo de São Luís e que, como ele, será canonizado), tinha recusado a Inquisição: não havia hereges em seu reino e ele mesmo se proclamava “rei das três religiões” (cristã, judaica e muçulmana), o que importa em toda uma outra perspectiva, diferença da época de Carlos V⁴⁴ e de Filipe II⁴⁵!

Pois bem, quando se fala em confusão entre o espiritual e o temporal, precisa-se prestar atenção a datas e a épocas. Quando, no século XII, se dá um “benefício” — posse de uma terra — a um padre ou a qualquer prelado, trata-se de assegurar sua vida material por ser, na época, a terra a única fonte de riqueza. O próprio domínio pontifical não tem outro objetivo senão sustentar o Bispo de Roma e seus conselheiros, os cardeais que o rodeiam. No decorrer do século XIII, sob a influência do direito romano e em grande parte por ocasião dos conflitos com o imperador, o pontífice se torna chefe de Estado; esta evolução sempre nas intenções, senão nos fatos, quando Bonifácio VIII junta uma terceira coroa à sua tiara, a que simboliza precisamente o poder temporal (sabe-se que a tiara pontifical não aparece senão no decorrer do século XIII; ela apresenta uma coroa, depois duas coroas que, como as duas chaves, significam o duplo poder de ordem e jurisdição que todo bispo possui).

Na época precedente (sete séculos e meio em dez séculos de Idade Média), os que imaginam uma Igreja monolítica, dispondo de um poder absoluto na pessoa do Papa, são radicalmente desmentidos pelos fatos: recordemos que, nos séculos XII e XIII (portanto, em duzentos anos), os papas tiveram que permanecer cento e vinte e dois anos fora de Roma, vivendo a situação de proscritos e de exilados, banidos por partidos e revoltas que continuamente conturbaram a história de Roma.

Em realidade, o caráter do próprio poder do papado, na época feudal, nunca foi mais bem expresso do que pelo Concílio de Clermont, onde Urbano II⁴⁶ decide aquela que se chama a primeira Cruzada ⁴⁷ em 1095: o Papa, que acaba de exortar os cristãos à reconquista dos lugares sagrados invadidos pelos turcos, é um fugitivo, banido de Roma. Quando abre o Concílio, começa por excomungar o rei de França, em cujos domínios se encontra, em desprezo às mais elementares precauções diplomáticas; impotente em seu próprio território, ele provoca nada menos que um movimento que permitirá à cristandade recuperar o que ela considera como seu feudo e o próprio lugar de sua peregrinação.

As preocupações de um Bonifácio VIII, imbuído de poder autoritário

semelhante ao de Filipe, *o Belo*, serão totalmente diferentes, quando adota a atitude de chefe de Estado. Neste instante, começa a verdadeira confusão entre poder espiritual e poder temporal. Os papas que tinham podido, graças à reforma gregoriana, se livrar do poder do imperador, vão cair sob o golpe do rei de França; isto durante quase um século. Libertar-se-ão dele só ao preço de um cisma que pesará sobre a Igreja quase meio século; a confusão entre os poderes será consumada com a Concordata de Bolonha (1516) que, na França, colocará todas as nomeações de bispos e abades nas mãos do rei, do poder temporal. Mede -se mal, ainda hoje, a importância desses quatro séculos de Igreja -funcionária, porque os efeitos da Concordata de 1516 se prolongarão na França até a Lei de Separação em 1904; quatrocentos anos de Igreja do Estado, durante os quais todos os bispos, todos os abades de mosteiros foram nomeados pelo rei, em seguida por chefes de Estado, fossem eles, como no caso de Jules Ferry⁴⁸, anticlericais convictos.

Quase no fim do nosso século XX é que a mentalidade geral (dos não crentes, tanto como dos crentes) encontra-se de fato libertada das formas intelectuais modeladas pela Igreja do Estado — uma Igreja centralizada, autoritária, com estruturas garantidas pelo poder temporal, as do Estado, qualquer que seja a sua forma. O resultado foi, no século XVII, a soberba fachada da religião com seus sermões que, num cenário de grande ópera, juntavam a corte e os nobres em volta do púlpito; a docilidade facilmente garantida dos prelados correspondia à libertinagem declarara, há muito tempo, entre eles, fossem arcebispos, como o de Reims, Maurice Le Tellier⁴⁹, irmão de Louvois, que passeava, com grande pompa, suas amantes, das quais uma era sua própria sobrinha etc.; por outro lado, diante do esplendor — das construções e das estruturas hierárquicas — agrava-se o desinteresse pela vida contemplativa, atestado pela ruína espiritual das abadias (havia cinco monges em Cluny, quando a Revolução estourou)⁵⁰.

É inútil insistir: os inconvenientes profundos, inseparáveis, da Igreja do Estado manifestam-se até tempos muito próximos do nosso, em alguns países⁵¹. Na história da Igreja de França não precisou nada menos que a santidade ascética de reformas, como as do Carmelo ou a da Trapa, por que passou a Igreja sob essas aparências magníficas e ridículas. Assinando a Concordata, o Papa (Leão X, um Médici, o mesmo que responde aos protestos de Lu tero⁵² com a excomunhão) estava reservando a si, é verdade, um direito de veto nas nomeações eclesiásticas: que ele jamais exerceu. Henrique IV⁵³ pôde nomear bispo um menino de seis meses e o próprio

Maurice Le Tellier, de que falamos, será abade com a idade de nove anos. Assim, o que durante todo o passado medieval — com exceção do interregno carolíngio — havia constituído um abuso, favoritismo, exceção, a saber, a nomeação de bispos e abades, por favor do poder senhorial ou real, transformar-se-ia, no começo do século XVI, no Direito.

É curioso constatar que estes fatos tão evidentes, tão fáceis de verificar na história do Ocidente, são em geral ignorados, desconhecidos, guardados em silêncio ou inexatamente apreciados, principalmente pelo clero e pela imprensa católica.

Para voltarmos à Inquisição⁵⁴, sua criação contribuiu, aos olhos do historiador, para fazer evoluir a Igreja e em geral o Ocidente rumo a esta forma fanática que assumirá a expressão religiosa no século XVI, precisamente ao tempo das guerras religiosas. A face da Igreja se torna então monolítica, estatal, ligada a toda uma burocracia e a uma mentalidade puramente ocidentais. Deixando de conhecer as perpétuas reformas que constituíram sua vida até então, viu realizar-se contra ela a Reforma. Com efeito, para compreender basta comparar essa rigidez com os esforços feitos no século XII para conhecer e compreender as correntes não-cristãs com as quais se defrontam; é suficiente lembrar Pedro, *o Venerável*, abade de Cluny, fazendo, desde 1141, traduzir o Talmud e o Corão (sabe-se que, em seguida, tornou obrigação para todos os pregadores das cruzadas a leitura do Corão?), para compreender a diferença em relação à evangelização do século XVII e dos séculos seguintes, em que reprovamos, e com razão, o caráter estritamente “ocidental”. A Igreja dos séculos V e VI soube “aproximar-se dos bárbaros”; ela havia espalhado a instrução entre os “bárbaros” de forma tão diligente quanto entre os herdeiros da cultura antiga — enquanto que, ao evangelizar a América do Sul, negligenciaria essa instrução da qual dependia sua existência nestes países. Na época clássica, onde a evangelização se processar, manter-se-á enfeudada no Ocidente, quer seja protestante ou católica⁵⁵. É surpreendente pensar que no fim do século XIII havia na China uma cristandade próspera agrupando seis bispos à volta do arcebispo de Pequim. A submissão do papado ao poder temporal, as desordens que semelhante situação causou inevitavelmente, mesmo que só favorecessem o apetite de riquezas e de honrarias, levaram, no século XIV a um desinteresse quase completo por esta Igreja do Extremo Oriente, cuja existência só será retomada muitos séculos mais tarde. Aí estão alguns fatos que seria conveniente ter presentes na memória quando

se pronuncia (e Deus sabe quanto se pronuncia!) julgamentos sobre o que se convencionou chamar “Igreja da Idade Média”.

Far-me-ão notar, não resta dúvida, que aí está apenas um uso, entre muitos, deste índice acusador que, com tanta frequência e prazer, é utilizado, em nossa época, para denunciar o mal, o escândalo, a corrupção, a deformação etc. (com coragem, porque entenda-se que a denúncia é um ato de coragem, sem dúvida). É notável que o mal se situe sempre diante de quem aponta o índice, o que personifica, ele próprio, o Bem. É de se perguntar se as doutrinas maniqueístas que suscitaram a Inquisição — e depois influenciaram alguns dos próprios inquisidores — não teriam impregnado a mentalidade até a atualidade de forma muito profunda.

Haveria, é evidente, muitas outras coisas a dizer a este propósito. Penso nesta jovem amiga, cheia de ardor e militante do CFDT (Confédération Française du Travail) que me explicava, com muita convicção, que a Igreja de hoje, afinal, compreendeu que servir ao próximo é servir a Deus, e que esta descoberta desnorteante na história do Cristianismo iria modificar por completo a vivência de base e até mesmo o comportamento global do meio cristão. Eu lhe perguntei como prestar contas, a um espírito simples como o meu, das razões que haviam levado os cristãos da Idade Média a chamar “Hospedagem de Deus” ou “Casa de Deus” não às Igrejas, mas aos lugares onde se acolhiam e trocavam, gratuitamente, pobres, doentes, miseráveis e se isto nada tinha a ver com o que ela chamava de vivência relacional? Sua resposta excedeu a capacidade de um espírito simples, é provável, porque eu dela não me lembro mais.

Eu poderia lembrar-lhe também como os estatutos das ordens hospitalares prescreviam receber os doentes, quem quer que fosse ou de onde viesse, “como senhores da casa”. Ou ainda evocar este direito de asilo que não seria, talvez, inútil fazer reviver, em larga escala, em uma época em que renasce também o espírito de vingança, pública e privada. Mas eu não estava certa de que minha jovem militante me escutaria até o fim e, além disso, estava vagamente inquieta, me perguntando que julgamento ela não iria fazer sobre a maneira como Joinville compreendia a vivência relacional.

Em 1970, uma transmissão de televisão foi consagrada à Cruz Vermelha Internacional e a suas comissões de investigação nos campos de concentração. Seu representante foi interrogado por diversos interlocutores, entre eles uma jornalista que lhe propôs a seguinte pergunta: “Não podemos obrigar os países a aceitarem a comissão de investigação da Cruz

Vermelha?”

E como o representante da instituição destacasse que as comissões de investigação não dispunham de nenhum meio para que suas observações fossem registradas, observadas ou sancionadas, que antes essas próprias comissões não dispunham de nenhum direito de visita formalmente admitido ou reconhecido por todos, a mesma jornalista replicou: “Não se poderia banir das nações civilizadas as que recusam as comissões de investigação?”

Escutando este diálogo, com referência à História, poder-se-ia dizer que, em sua indignação, por certo compreensível, esta jornalista acabava de inventar sucessivamente a Inquisição, a excomunhão e a interdição — porque ela as aplicava no domínio em que a concordância se faz unânime, o da proteção aos prisioneiros e internados políticos.

Mas não é nem necessário procurar comparações desse tipo. Que época pode melhor do que a nossa compreender a Inquisição medieval, com a condição de transferir o delito de opinião do domínio religioso para o domínio político? É mesmo bastante surpreendente para o historiador constatar esta ascensão, invasora em todos os países, da severidade relativa aos delitos de opinião política. Todas as interdições, todos os castigos, todas as hecatombes parecem justificadas, em nossos tempos, para punir ou prevenir os desvios e erros quanto à linha política adotada pelos poderes em exercício. E na maior parte dos casos, não basta banir quem sucumbe à heresia política, importa convencer, por isto ocorrem as lavagens cerebrais e os internamentos intermináveis que esgotam no homem a capacidade de resistência interior.

Quando se pensa no espantoso balanço, no desperdício insensato de vidas humanas — pior ainda que o das “duas grandes guerras”... — pelos quais se consolidaram as revoluções sucessivas e o castigo dos delitos de opinião em nosso século XX, pode-se perguntar se neste domínio de delito de opinião a noção de progresso não se encontra posta em xeque. Para o historiador do ano 3000, onde estará o fanatismo? Onde a opressão do homem pelo homem? No século XIII ou no século XX?

8 História, Ideias e Fantasia

Um adolescente, do gênero excitado, embora simpático, apresentou-se um dia em minha seção, nos Arquivos Nacionais, querendo submeter à minha apreciação (ainda me pergunto: por quê?) uma monografia que havia feito sobre os mais famosos cátaros. Algumas páginas percorridas levaram-me a perguntar-lhe sobre sua formação quanto à História; verificava-se que, na realidade, ele se havia utilizado muito pouco de fontes históricas autênticas. Isto lhe provocou um sobressalto indignado: “Eu, compreenda, quando faço história, não é para saber se tal fato é exato ou não; procuro apenas aquilo que possa promover minhas ideias.”

Impunha-se uma resposta: “Então, caro senhor, por que faz história? Volte-se para a política, para o romance, o cinema, o jornalismo! A História não tem interesse a não ser quando busca a verdade; ela deixa de se chamar História desde que seja outro seu objetivo”. Ele saiu decepcionado e, pareceu-me, muito irritado.

Pelo menos havia, no que lhe dizia respeito, reações sinceras. O que não é tão comum. A Idade Média oferece a todos aqueles para quem a História não é mais do que um pretexto, um campo de escolha: um período que o grande público desconhece, com alguns nomes que se sobressaem. Carlos Magno, Joana D’Arc, a Inquisição, os cátaros, a Canção de Roland, os trovadores, os Templários, Abelardo, o Graal, feudal que rima com brutal, e os servos ocupados em fazer calar as rãs. Esta é, mais ou menos, a bagagem média ensinada pelos manuais da quinta série ou do ensino fundamental. Quando se deseja dar força, complete-se com o segredo dos Templários e o tesouro dos cátaros ou, inversamente, com o tesouro dos cátaros e o segredo dos Templários. Por este meio, e de forma grandiosa, pode-se “promover ideias”, como queria meu jovem interlocutor. Faz-se isto, geralmente, com uma naturalidade que nos surpreenderá sempre, a nós outros, pobres empreiteiros que somos, para quem a História é o estudo paciente de documentos, às vezes bastante áridos, mas sempre concretos, traços de acontecimentos vividos por pessoas vivas, pouco preocupadas de se condicionar a teorias pré-fabricadas, ou a obedecer a estatísticas determinadas.

É, provavelmente, um dos erros capitais de nosso tempo: acreditar que a História se faz em nossos pequenos cérebros, que pode ser construída “conforme for preciso”. A atitude deste escritor (aliás, diretor de “coleção histórica” — Oh! Miséria!) era bem típica, e ele, numa discussão sobre a

origem de Cristóvão Colombo¹, dizia à historiadora Marianne Mahn-Lot²: “Sua tese é talvez a certa, mas deixe às pessoas a liberdade de pensamento! Poderíamos, sem dúvida, embaraçar este senhor perguntando-lhe que horas eram. Teria respondido: “20h30”; ou poderíamos retrucar: “Deixe-me a liberdade de pensar, insisto em que seja três horas da madrugada.”

Impossível negar de modo mais ingênuo ou com menos pudor a História. A liberdade de pensamento que ela exige e necessita como toda pesquisa científica, não pode ser confundida de forma alguma com fantasias intelectuais de um indivíduo ditadas por suas opções políticas, opiniões pessoais, impulsos momentâneos ou mais simplesmente pelo desejo de escrever um volume de grande tiragem. A História tem seu campo. Ela deixa de existir quando não for procura de verdade, fundamentada em documentos autênticos; ela se evapora literalmente; ou melhor, ela nada mais é do que fraude e mistificação. É, aqui, a ocasião de citar a belíssima definição de História de Henri Irénée Marrou³: “Homem de ciência, o historiador, encontra-se, como nomeado por seus irmãos, os homens, para conquistar a verdade”⁴.

Poderão a mim objetar com os grandes sucessos da literatura histórica; quando um Shakespeare⁵ recria Henrique V⁶, ele o faz respeitando a veracidade do personagem, tal como a História nos revela. Muito mais discutível um Walter Scott⁷, impondo uma imagem de Luís XI que nada tem a ver com Luís XI da História — mesmo que esta seja a imagem encontrada até nos livros escolares! Enfim, o que se vê todos os dias: tomar emprestado nomes de personagens históricos para vender produções que nada têm a ver (infelizmente!) com as obras de Shakespeare ou mesmo Walter Scott, nada mais é que lamentável contrafação destinada a abusar do bom povo que se despreza. Jogando com o gosto pela História que o público manifesta cada vez mais (reflexo sadio em uma época de filosofia de algibeira, de sistemas puramente abstratos e de teorias somente intelectuais, conceptuais, cerebrais etc.), adotam-se, apressadamente, alguns nomes já conhecidos (Cristóvão Colombo, Joana D’Arc etc.), alguns temas que sabemos ter ressonância política (os cátaros, os Templários, a Ocitânia...⁸), mediante os quais cria-se, enfeitando o assunto com algum miniescândalo, segundo os procedimentos jornalísticos de efeito certo, uma obra “histórica”, ou até mesmo uma coleção “muito vendável”.

É muito fácil, na realidade, manipular a História, consciente ou inconscientemente, para uso de um público que a desconhece. Tem-se

sempre, ou quase sempre, o testemunho na televisão. Quando os acontecimentos apresentados são suficientemente recentes para que sua deformação no vídeo possa ser retificada, há apenas um mal de pequenas proporções. Mas que um autor se lance (é o termo que convém) à questão albigense, por exemplo, quantos estão à altura de protestar? Ele pode, despreocupadamente, fazer São Domingos viver uns vinte anos mais, confundir tal personagem com tal outro e compor um tecido de erros que deixa o especialista atônito; este não terá outro recurso a não ser uma crítica tardia e confidencial em alguma revista de erudição. A Idade Média é matéria privilegiada, pode-se dizer o que se quiser, com a quase certeza de não ser desmentido.

Também a vida do medievalista poderia consumir-se na correção de erros, porque quase sempre os fatos, os textos da época, desmentem as lendas acumuladas desde o século XVI e espalhadas, principalmente, desde o século XIX. É bem raro que se aborde um assunto sem ter antes que retificar as fabulações que ele suscitou. Para me ater a um exemplo bastante característico, ainda que tirado da História recente e não da Idade Média, tivemos uma experiência, não há muito tempo (1974), em condições que poderíamos considerar como exemplares. Um roteirista se apresentou nos Arquivos Nacionais procurando documentação referente ao atentado de Damiens⁹ contra Luís XV. Esse roteirista tinha, desde o começo, pedido para ver o registro do Parlamento “cujas páginas tinham sido arrancadas”. Com efeito, todos os historiadores, desde Michelet¹⁰ — mais exatamente, desde Ravaisson¹¹, que lhe precedera — contaram que as páginas contendo as deliberações do Parlamento sobre o caso Damiens haviam sido arrancadas; ora, à vista do registro autêntico, pudéramos constatar que estava intacto, que as páginas se seguiam na paginação primitiva, de forma correta, e que as deliberações estavam mencionadas ao correr da pena, sem adições nem subtrações perceptíveis. Michelet escrevera também que das provas à disposição da Justiça, neste processo não restava “senão um pobre farrapo vermelho”, a camisa de Damiens; de fato, o Gabinete das peças à disposição dos processos de Estado, nos Arquivos Nacionais, guarda inteira, embora bastante comida pelas traças, a roupa de Damiens — simples para a época, mas que, de pura lã, admiravelmente tecida, cuidadosamente costurada e ornamentada, seria, para nossa época, verdadeira obra-prima de um grande alfaiate, com colete, “jabot”¹², uma luva etc.

O erro de fato é com facilidade decifrável: provém de um primeiro

“historiador” que se tornou o eco dos tagarelas da corte, segundo os quais o atentado de Damiens teria sido, diríamos nós, teleguiado por altos personagens que teriam querido subtrair seus nomes às deliberações. Simples fábula, sem consistência, que é desmentida pelo estado dos registros, como das minutas, o todo, ainda uma vez, absolutamente completo, sem a menor lacuna. Ora, Michelet, quando fez a última parte de sua *Histoire de France*, isto é, o período monárquico até a Revolução (*Histoire de la Révolution* tinha sido escrita em data anterior), estava afastado dos Arquivos Nacionais há cerca de vinte anos, quase: o príncipe-presidente lhe havia retirado o posto que ocupava por causa de sua recusa em lhe prestar juramento, em 1852. Portanto, ele compôs o capítulo referente a Damiens baseado em vagas lembranças pessoais — é o “pobre farrapo vermelho” — e em um historiador mais antigo, por acaso, mal escolhido. Esta não foi a única ocasião que permite constatar, na última parte de sua obra, uma informação de qualidade muito inferior à da primeira, escrita antes dos acontecimentos de 1848-1852.

Com relação ao atentado de Damiens, resta a necessidade de, com os documentos na mão, corrigir a inexatidão inicial que falseia toda a história do processo deste infeliz — um meio-louco, vítima de um processo penal tornado uma crueldade inimaginável nos séculos XVII e XVIII.

História típica, erro fácil de retificar porque se trata de uma história relativamente recente. Com relação à Idade Média, os erros do mesmo gênero são muitos; são provenientes, com frequência, da negligência em recorrer às fontes.

Lembrarei aqui um exemplo revelador, e que desta vez nos transporta à plena Idade Média. Todos os que, em nossa época, visitaram Rocamadour, terão ouvido falar de um Santo Amadour, que não seria outro senão Zaqueu, o publicano do Evangelho, convertido por Cristo e que, tendo vindo evangelizar os gauleses, teria morrido como eremita nestas montanhas, às quais ele teria dado seu nome, de onde Roc-Amadour.

Precisando estudar, para um congresso, o *Livre des Miracles de Notre-Dame de Rocamadour* (*O Livro dos Milagres de Nossa Senhora de Rocamadour*), do qual possuímos o manuscrito original do século XII, pude constatar que não havia em parte alguma, alusão a Zaqueu, nem a um Santo Amadour qualquer, todos os milagres narrados sendo atribuídos expressamente ao Cristo, por intercessão da Virgem. De um estudo mais atento, nota-se que a lenda data do século XV (portanto, trezentos anos

depois da redação do *Livro dos Milagres*)', ela não é expressamente contada senão em uma obra edificante, aparecida em 1633; enfim, ela só é admitida na liturgia por volta de 1850, em pleno século XIX. Poder-se-ia contar às centenas histórias deste gênero.

Remontar às fontes, mas não a qualquer fonte, porque a confusão é frequente em demasia, entre fontes literárias e fontes históricas. É evidente que quando se toma “em primeiro grau”, ao pé da letra, o teor das canções de gesta ou dos romances de cavalaria, e se deseja fazer de seus personagens tipos de vida quotidiana, a humanidade que se descreve povoava-se de monstros, de grandes crimes, de aberrações. O simples bom senso, parece, deveria bastar para retificar erros deste gênero. Isto não é nada. Vimos comentaristas, na França, principalmente, obstinados em tomar em uma acepção literal obras de pura fantasmagoria. Tudo o que se pode pedir a uma obra literária é que seja eco de uma mentalidade, não a descrição de uma realidade, ainda menos sua descrição exata. O século XIX viu a eclosão de um novo gênero com o romance naturalista; também enganar-nos-íamos completamente se tomássemos o pai Goriot ou Lucien de Rubempré¹³ por personagens históricos. Todavia, é o que se faz a propósito de *Raoul de Cambrai*¹⁴, por exemplo; e, no entanto, a epopeia, como o romance de cavalaria, é radicalmente diferente, em sua própria essência, do romance naturalista: o autor não se preocupa em copiar a realidade mais do que o escultor que dá forma aos personagens de um capitel românico. A despeito disto, de *Raoul de Cambrai* se tirou o protótipo do senhor ladrão devastador, injusto e cruel: seria mais indicado o procurar através das crônicas, e muito mais ainda através dos documentos dos cartulários¹⁵ ou outros do mesmo gênero. Mas é mais fácil tecer eternamente sobre o mesmo esquema já pronto do que estudar as doações, os contratos, as atas de venda e troca etc. Aí se encontra, em realidade, a História, não a Literatura.

Quer dizer que resta um esforço imenso no plano histórico, isto é, científico, para conhecer um milênio de nossa História, evitando de se referir a um vago folclore alimentado pelas sempiternas crônicas, baseadas em simples estudos anteriores, que remontam ao século XVIII ou XIX e forçosamente incompletos ou de interpretação inexata. Basta lembrar o personagem de Abelardo, do qual se fez um descrente, um cético, perdido em um século de ignorância e embrutecimento. Fazer passar por um cético o pensador cujos esforços de pensamento foram todos dedicados a

estabelecer o dogma da Trindade divina, o teólogo que abriu caminho ao próprio Tomás de Aquino¹⁶, é em si bastante paradoxal; e, no entanto, é o que se lê na maioria das obras de vulgarização.

A única de suas obras que foi traduzida é a famosa e admirável *Lettre à un ami* (*Carta a um Amigo*), bem como sua correspondência com Heloísa¹⁷. Sua obra filosófica continua quase que por completo ignorada, a não ser pelos especialistas que a leram no texto latino. Aconteceu a mim, pessoalmente, uma curiosa desventura: orientei, dentre muitas outras, a história de Abelardo em uma coleção em que se tem por norma, excelente em si, colocar notas nas margens para esclarecer os termos difíceis.

Essas notas eram redigidas por um professor-assistente de História¹⁸.

Ora, qual não foi minha surpresa ao constatar as liberdades que ele tomara com os textos originais de Abelardo, principalmente com o *Sic et non*, obra que entre todas pôde fazê-lo passar por cético. O professor havia colocado comentários tirados de livros comuns: o resultado era por demais surpreendente — é o menos que se pode dizer — para qualquer um que se tivesse dado ao trabalho de ler *Sic et non* do princípio ao fim. Tivesse ele lido o admirável “Prólogo”, que indica a intenção de todo o resto da obra (que se compõe, em essência, de citações da Escritura e dos Pais da Igreja), e seus comentários teriam sido totalmente outros. É assim que a imagem de Abelardo, tal qual aparece em seus escritos, difere a tal ponto da que fabricaram e divulgaram os historiadores dos séculos XVIII e XIX (ao tempo em que sua obra só estava parcialmente publicada), que os leitores cultos acreditam estar em erro quando os enviamos aos textos autênticos.

Sem dúvida o exemplo mais surpreendente é o de São Luís, o menos conhecido dos reis de França. É extraordinário pensar que o catálogo completo dos atos de São Luís¹⁹ não foi ainda levantado, embora tenham sido feitos os levantamentos dos reis que o precederam e o sucederam. Talvez o número exagerado de documentos que subsistem de um reinado que durou mais de quatrocentos anos de nossa História tenha desencorajado os eruditos. É evidente que semelhante trabalho necessita de uma equipe, ou os documentaristas, que são muitíssimo bem informados para o estudo de documentos históricos, são muito pouco inclinados ao trabalho de equipe. Só conhecemos, portanto, São Luís através de cronistas — muito bem informados e dotados, às vezes, de imenso talento, como Joinville — que nos permitem sentir sua personalidade, mas continuamos a ignorar ou a não conhecer, a não ser por aproximação, sua verdadeira obra, os atos de sua

vida pública e privada; só temos de seu reinado um conhecimento de segunda mão, pode-se dizer. E, para sublinhar as lacunas de nossa informação, assinalemos que a própria obra de Joinville não foi ainda objeto de uma edição crítica; sem deixar de ser editada e reeditada, ela não o é, senão de acordo com a velha edição de Natalis de Wally²⁰; que não é uma edição que responda às exigências atuais de restauração de um texto, segundo os manuscritos existentes. Assim, nosso conhecimento do reinado de São Luís não ultrapassou o nível da síntese histórica, sobre a qual continuamos a nos apoiar: a obra de Le Nain de Tillemont²¹, composta no século XVII, mas apenas editada no século passado, por Jules de Gaulle²² para a Sociedade de História de França, enquanto que a crônica mais válida em relação a São Luís não recebeu sequer a atenção que merece.

Outro exemplo, em um terreno muito diferente, é assinalado numa tese recente ²³. Sabemos que da obra de Etienne Langton²⁴ apenas a centésima parte foi publicada: exatamente, um sermão em cerca de trezentos, chegados até nós; um comentário bíblico, embora ele tenha feito o comentário de todos os livros da Bíblia; e um só *quaestio*, entre setenta. O grande público ignora até o nome de Etienne Langton. Mas para perceber esta lacuna é preciso saber que todos os que citaram tal ou qual passagem da Bíblia, desde o século XIII até hoje, com sua referência (isto representa milhares, ou melhor, muitos milhares de citações), devem alguma coisa aos trabalhos deste personagem, que fixou, até o momento presente, a “capitulação” da Bíblia, sua divisão em capítulos, versículos, que até a Bíblia judaica adotou. Basta dizer, para firmar sua importância, que depois de sua passagem pela universidade de Paris foi arcebispo de Canterbury e desempenhou papel decisivo na redação da Magna Carta, em 1215.

Não faltará trabalho às futuras gerações de historiadores da Idade Média, é certo, mas para fazê-lo bem, será necessária alguma coragem, e também alguma independência de espírito. Com muita frequência, recebemos confidências de pessoas que fazem o curso de Agregação, para saber o que pensamos a este respeito: os que desejavam fazer monografias para mestrado de História da Idade Média eram, com raras exceções, desencorajados pelos professores e futuros juízes das teses a que se propunham. Não que se deva supor, com relação aos professores, intenções perversas: simplesmente, e isto é o mais grave, não tinham competência necessária e muito menos curiosidade; se bem que chegamos a este paradoxo: aqueles (os que estudam a História da Antiguidade, grega ou

romana, até mesmo a Antiguidade bizantina) têm todas as espécies de dificuldades para encontrar temas de teses ou de monografias de mestrado porque os assuntos já foram estudados e esmiuçados, enquanto os outros, os que gostariam de se orientar para o estudo de nossa própria história, em que enormes lacunas, verdadeiros abismos, restam a esclarecer, dela se encontram afastados.

É assim em todos os assuntos, não apenas na História propriamente dita, a das pessoas e dos acontecimentos, mas também na História da Filosofia, das ideias, na história social, a dos grupos humanos, na história dos costumes, na do direito... O resultado é este vazio quase absoluto que se encontra em relação a certos tópicos nas obras de referência, enciclopédias, histórias universais etc., em que o período medieval é tratado em algumas páginas — mil anos passados com rapidez — numa total desproporção com todos os outros períodos, incluindo a Antiguidade. Quaisquer que sejam os assuntos abordados, passa-se despreocupadamente sobre estes mil anos. Bem característica foi a atitude do filósofo que, professando, com franqueza, seu desprezo pelos sorbonenses, pela Universidade etc., adotava, com raro espírito de docilidade, o dogma mais absoluto da Sorbonne no assunto, pois tratava estes mil anos em cinco ou seis páginas, em uma *História da Filosofia*. “Para a Sorbonne, entre Plotino²³ e Descartes, não há nada”, comentava, diante de mim, um jovem professor destes, é óbvio que, persuadido de que alguma coisa em realidade acontecera no domínio do pensamento entre Plotino e Descartes, gostaria, ele próprio, de se interessar pelo assunto.

Esta é uma posição científica? Será mesmo, simplesmente, uma posição inteligente?

Não deixaremos, bem entendido, de opor algumas objeções. Podem-se citar grandes nomes, revistas de erudição, centros de estudo medievais como o de Poitiers, muitos congressos, palestras e mesmo alguns cursos de universidade como o Curso de Iconografia Medieval em Mans. Tudo isto existe, mas não confirma a regra. A regra é o estudante de literatura fazer uma tese sobre Proust e o estudante de História aceitar o interesse por tudo que não seja do período medieval.

Pelo menos era assim até época bem recente. Sente-se atualmente crescer um interesse que, apesar de tudo, é capaz de forçar até as portas da Universidade. Os modernos meios de exploração de documentos poderiam permitir renovar e ampliar seu estudo. A informática começa a penetrar nos

Arquivos; ela é chamada a prestar imensos serviços. Sem dúvida, ela será aplicada, em primeiro lugar, às épocas posteriores, porque é muito raro que se possua um número de documentos bem identificados e completos para que seja proveitoso tratá-los pela informática no que concerne ao período feudal; algumas séries, no entanto, se prestariam a esse tipo de processo. Pensemos, por exemplo, nos inquéritos de São Luís e em tudo o que poderiam nos revelar sobre a vida social da época. Para o período posterior, os registros paroquiais (sabe-se que os mais antigos, na França, remontam ao século XIV) foram objeto de um despojamento que, aliás, em se acreditando em certos especialistas, não esgotaram o assunto porque, no estabelecimento dos programas de estudo, esqueceram-se dos padrinhos e das madrinhas, cujo papel foi tão importante no passado; quer dizer que os meios, por mais aperfeiçoados que sejam, não dão seu rendimento total em História como em outros casos, senão quando conduzidos e utilizados por pesquisadores já devidamente qualificados.

O que poderia ser prodigiosamente desenvolvido, e não o é ainda, a não ser em estado embrionário, é a utilização dos meios de reprodução para um melhor conhecimento de nosso passado. Em particular, a reprodução de miniaturas de manuscritos. Há aí fonte quase inesgotável e inexplorada com relação ao que se poderia fazer. A imagem, o conhecimento que temos da Idade Média pela arquitetura, esculturas, vitrais, afrescos, tapeçarias — a documentação “ao ar livre” — não representa a centésima parte do que poderia nos ensinar as reproduções das miniaturas²⁶ de manuscritos se ela fosse orientada de forma sistemática e se houvesse pleno uso dos meios de reprodução a cores de que se dispõe hoje em dia. É mesmo surpreendente que na época do audiovisual nada tenha ainda sido realizado numa escala apropriada às necessidades. Uma lacuna profunda subsistirá em nosso conhecimento da Idade Média enquanto não for completado o esforço necessário nesta área. Por hora, contentemo-nos com figuras, mais ou menos as mesmas de sempre, enquanto a ilustração de manuscritos, incrivelmente rica (conhece-se manuscritos que possuem mais de quatro mil miniaturas) permaneceu estável (ao contrário do que aconteceu com os afrescos, cujas cores se tornaram mais ou menos esmaecidas ou empalidecidas) e representa um imenso contexto que interessa não apenas à história da arte propriamente dita, mas a toda vida social, econômica etc. Só a Inglaterra fez um esforço: o British Museum oferece à curiosidade dos visitantes uma exposição permanente de cerca de duzentos manuscritos e,

aos interessados, condições de preço e execução próprias para encorajar as reproduções; por outro lado, coleções privadas de fotografias, como o Gourtauld Institute, permitem a um público numeroso tomar conhecimento do que, na França, pode considerar-se como um tesouro praticamente inexplorado, indispensável ao conhecimento da Idade Média e, paradoxalmente, menos acessível que o resultado das escavações arqueológicas, que não demoram, em geral, a vir enriquecer os museus.

Em 1969, pouco depois dos primeiros passos sobre a lua, quando a televisão interrogava um grupo de crianças a respeito das razões do progresso técnico da Humanidade, um garotinho respondeu: “É porque depois da Idade Média as pessoas refletiram!” Ele poderia ter 8 ou 9 anos, mas já sabia que durante a Idade Média as pessoas não refletiam.

Já disse, mas insisto, este desconhecimento não é apanágio dos jovens, desculpável, certamente, porque repetem o que lhes ensinamos. Lembro-me da entrevista que tive com um jornalista de televisão católica; era a propósito do processo de Joana D’Arc (*Le Monde* havia publicado um artigo sobre uma obra recém-publicada sobre o assunto; a TV católica podia, por seu lado, sem muitos riscos, ousar falar de Joana D’Arc...).

Quem me interrogava perguntou-me como eram conhecidas as atas do processo e eu lhe expliquei que possuíamos o autêntico, o levantamento das perguntas feitas pelo tribunal e as respostas dadas pela acusada, levantamento esse feito pelos notários como em toda ação jurídica da época:

— Mas, então, se escrevia tudo?

— Sim, tudo.

— Isto deve formar um volume muito grande?

— Sim, muito grande.

Eu tinha a impressão de conversar com um analfabeto.

— Para publicá-lo houve pessoas que a tudo recopiaram?

— Sim, tudo.

E eu o sentia mergulhado numa estupefação tão grande que insistir teria sido indelicado; ele murmurou para si mesmo: “Custa-me crer que *estas pessoas* pudessem fazer as coisas com tanto cuidado...”

“Estas pessoas... com tanto cuidado...” Foi minha vez de me espantar:

este jornalista nunca teria visto uma abóbada gótica? Ele não haveria se questionado que para mantê-la há quase um milênio, a cerca de quarenta metros de altura, não seria necessário que se a tivesse feito com cuidado? Ele me lembrava outro interlocutor que — sempre a respeito de Joana D’Arc — me dizia, com superioridade: “Pense bem, se os documentos desta época existem ainda, devem estar em tal estado que não se pode ler absolutamente nada!...” É certo que, para convencer este último, bastava convidá-lo a vir ver alguns quilômetros de galerias dos Arquivos Nacionais. Teria logo verificado que o pergaminho e o papel de trapo são sobremaneira mais resistentes que nosso papel de jornal. Pouco importa: o que está em discussão é esta visão infantil de uma parte da História da Humanidade²⁷. Haveria um primeiro progresso decisivo a fazer com respeito à Idade Média: seria aceitar que “estas pessoas” tenham sido pessoas como nós; uma humanidade como a nossa, aliás, nem melhor, nem pior, mas diante da qual não basta fazer um gesto de desprezo ou um sorriso condescendente; pode-se estudá-la, serenamente, como a qualquer outra.

Isto implicaria, é evidente, em renunciar ao termo Idade Média, pelo menos, para designar o período deste milênio que separa a Antiguidade do Renascimento. Admitindo-se que muitas coisas podem acontecer em um período de mil anos ou mais, isto deveria acarretar, na medida em que se acredita nas classificações (reconheçamos que têm sua utilidade), uma nomenclatura um pouco diferenciada. Além disto, muitos eruditos já a adotaram e não há razão para que o saber comum mantenha tal atraso com relação à erudição, em uma época em que processos consideráveis foram realizados, precisamente na velocidade da difusão. Poder-se-ia, assim, falar de um *período franco*, onde começa o que chamamos de Alta Idade Média, designando os quase trezentos anos que vão da queda do Império Romano (410, se escolhermos para ponto de partida a tomada de Roma pelos godos; 476, se preferirmos a deposição do último imperador) até o advento da linhagem carolíngia, em meados do século VIII, limitar-se-ia, assim, uma primeira fase, que tanto quanto as que a precederam ou seguiram merece ser lembrada. Ela representa, quando se procura uma equivalência, a um período igual ao que decorreu do aparecimento de Henrique IV (1589) à guerra de 1914.

Uma segunda parte poderia ser o *período imperial*: ele viu realizar-se a unidade da Europa, o que não oferece o mínimo interesse em nosso século XX. Cobre um período de duzentos anos, mais ou menos; ou seja, da morte

de Luís XV (1774) aos tempos atuais (1975).

Desde a metade do século X e até o fim do século XIII, é a *Idade Feudal*, que, ela sim, constitui uma unidade, na França principalmente, com traços comuns e bem marcados que caracterizam os quase três séculos e meio: ou seja, o mesmo lapso de tempo que separa Joana D'Arc (1429) da Revolução Francesa. Finalmente, poderíamos reservar o termo *Idade Média* aos dois últimos séculos (o mesmo intervalo que existe entre a morte de Luís XIV (1715) e a Revolução soviética); trata-se, então, de um período de transição, entre feudalidade e monarquia, do ponto de vista político, com suas violentas mudanças sociais, econômicas e até artísticas.

É de ressaltar que para este último período — e só para ele — seriam justificadas as visões sumárias que fazem da Idade Média uma época de guerras, de fomes, de epidemias. É precisamente para acertar estas grosseiras cronologias que havíamos apresentado, ao longo de uma palestra a estudantes de História, a silhueta do homem de 1250 à qual havíamos oposto a do homem de 1350.

É confronto fecundo entre dois mundos cujas diferenças parecem radicais. Em 1350, o homem, na Europa, acaba de ser sacudido pelo mais violento cataclisma que conheceu: a peste bubônica ou a peste negra, que apareceu, como sabemos, em 1347-1348²⁸ e atacou não menos que um em cada três homens.

Ainda que a estimativa esteja abaixo da verdade sempre que se pôde utilizar números exatos. Basta lembrar que em Marselha, por exemplo, os conventos de frades pregadores e frades menores ficaram inteiramente despovoados, que algumas aldeias do campo foram riscadas do mapa.

Na França, o flagelo sucede à batalha de Crécy, que matou em 1346, segundo a expressão da época, “a flor da cavalaria francesa”. Quer dizer que as famílias nobres, pelo menos as do norte da França, ficaram, na grande maioria, sem seus chefes. Mais ainda, um elemento novo acabava de transformar as condições da guerra, a pólvora para canhão, que faz seu aparecimento nos campos de batalha nesta primeira metade do século XIV. Mesmo que, nas condições em que foi empregada, tenha feito mais medo do que mal, seu emprego inverteu a proporção entre os meios de defesa e os meios de ataque; até então mais fracos, estes vão tornar-se os mais fortes, e é toda uma mentalidade que oscila: se antes tratava -se, principalmente, de fazer prisioneiros, então procura-se matar o adversário. Durante algum tempo ainda se prestará atenção aos meios de defesa: é a razão pela qual,

nesse século XIV, veremos aparecer o cavaleiro encouraçado de ferro, enquanto em 1250 o guerreiro, que se sentia ao abrigo dos muros das fortalezas e não tinha que se defender das armas de fogo, se contentava com sua cota de malhas, com seu capacete e suas perneiras; em 1350, o próprio homem se transforma em uma fortaleza ambulante, e também cada vez mais estorvado em seus movimentos, se consagra, antes de tudo, aos meios de ataque; estes não cessarão mais de se aperfeiçoar até o momento das grandes hecatombes com câmaras de gás e bomba atômica.

Estudos recentes mostram, aliás, como até as condições climáticas se modificaram no começo do século XIV e que a um período de clima quente sucedeu um período mais frio e muito mais chuvoso; é a este fator que se deve, sem dúvida, a grande fome (1315-1317) que atingiu toda Europa. Poderíamos compará-lo ao que, durante os anos de 1974-1975, assolou o Sahel²⁹, não quanto a seus efeitos (a agricultura estando suficientemente diferenciada no Ocidente de modo que os recursos locais pudessem ser utilizados, coisa impossível às populações nômades vivendo ainda da vida pastoril), mas quanto a suas causas.

Uma outra mudança, mais sutil e provavelmente mais radical, vem do progresso, na medida de tempo. É no começo do século XIV que aparece o relógio mecânico³⁰. Até então os ritmos das estações, os biológicos, a sucessão dos dias e das noites, marcados pelas festas litúrgicas, formavam, para a vida quotidiana, uma trama que não tinha nada de rigorosa, e apresentava contrastes muito diferenciados. Assim, o simples fato de que se jejuava vinte dias antes do Natal, quarenta antes da Páscoa e que, com frequência, os festins adquiriam todo seu sentido, espiritual e material, pressupunha alternativas, que rompiam toda a monotonia. Acrescente-se ao fato que se todo o progresso científico deve alguma coisa, mais ou menos, à divisão de tempo devida ao relógio mecânico e a seus derivados, este, em troca, criou uma ruptura de mentalidade que exerceu seu efeito sobre o homem do século XIV, com relação ao do século XIII, absolutamente como em nossa época as possibilidades de medida de tempo, cada vez mais exatas e rigorosas, exerceram tão bem seu efeito sobre a cadência do trabalho e sobre as competições esportivas.

Poderíamos prosseguir assim, mas estes poucos traços bastam para destacar os contrastes que existem de uma época a outra e que tornam impossível as generalizações, às quais estamos habituados pelas lacunas de nossa formação histórica.

Assim, guerras, fomes, epidemias caracterizam bem esta Idade Média, a dos séculos XIV e XV, sobretudo na França; nosso país atravessava então uma das mais terríveis épocas de sua história, ainda que as guerras tenham sido esporádicas: a famosa Guerra dos Cem Anos, entre 1340 e 1453, compreende, aproximadamente, uns sessenta anos de hostilidades declaradas, atingindo só uma parte muito restrita do território; os desastres permanentes foram causados pelos mercenários, homens de guerra engajados por dinheiro, que achavam cômodo viver no país, e cuja presença, em consequência, era temível para as populações, em tempo de paz como em tempo de guerra. Para apreciar melhor a situação, e com um certo retrocesso, é preciso nos lembrarmos que, em 1958, o exército francês estivera “ativo”, segundo o eufemismo em uso, durante cinquenta e dois anos, desde o começo do século; ora, o exército moderno é composto de forças vivas da nação inteira, ao contrário do que se passava na Idade Média, cujos soldados eram voluntários.

Tudo isto não significa, evidentemente, que a idade feudal foi isenta das misérias que têm, em todos os tempos, afligido a Humanidade; mas comparemos em pensamento, por exemplo, a sorte de Paris, que não conheceu o cerco entre o dos normandos, em 885-887, e as agitações do meio do século XIV, sob Etienne Marcel³¹: mais de quatrocentos anos se escoaram sem que a cidade tenha sido tocada pelas guerras ou desordens interiores; quando se põe em paralelo o que aconteceu em Paris de 1789 até hoje, é inútil insistir no balanço das revoluções sucessivas, dos cercos e ocupações estrangeiros... Sem esquecer a cólera do século XIX e a gripe espanhola do século XX.

Nossa geração se encontra na encruzilhada de duas concepções do mundo — aquela em que fomos criados e que se herdou dos três ou quatro séculos precedentes: no centro de tudo coloca-se o *homo academicus*, animado pelo pensamento racional e pela lógica aristotélica, julgando de acordo com o direito romano e não admitindo, com relação à estética, senão a da Antiguidade clássica greco-latina, e tudo isso no interior de um universo de três dimensões do qual ainda no século passado um Berthelot³² podia acreditar que muito em breve seríamos capazes de definir inteiramente os limites e os componentes. Acontece que os progressos

científicos, determinados pelos sábios contemporâneos de Berthelot, levaram a uma explosão desta visão; sem irmos até nos referir às descobertas científicas de hoje (um hoje que remonta de fato até o fim do século passado), quer se trate de relatividade, de mecânica ondulatória, de noção de espaço-tempo, ou mesmo dos meios de exploração, que ultrapassaram tudo que se podia prever há apenas cem anos — basta constatar em volta de nós a anulação do que se pode chamar a visão clássica do universo.

Essa visão clássica, a de que podemos, em resumo, dizer que nos vem de Aristóteles, através de São Tomás de Aquino e de Descartes, nós a vimos nascer na Idade Média. Foi no século XIII que a lógica aristotélica (Aristóteles repensado pelos filósofos árabes era, mais ou menos, o que é atualmente Hegel³³ para o mundo universitário) encontra-se, não sem esforço, adaptada pela filosofia cristã; é, na mesma época, que se elabora um sistema, entrevisto por Abelardo, mas levado a termo um século e meio mais tarde por Tomás de Aquino e por seu mestre, Alberto, *o Grande*³⁴. É ainda um puro erro de ética ver aí um sistema de pensamento dominando o século XIII: ao contrário, ele provou na época o efeito de um corpo estranho que se tentou expulsar. Só muito mais tarde foi que o pensamento tomista foi plenamente adotado; no momento em que ele se formulava, estava longe de se impor. Recordemos que, neste mesmo século XIII, um Roberto Grosseteste³⁵ baseia no estudo da luz não só toda uma estética, mas uma ordem de conhecimento. E que dizer destes pensadores do século precedente, o XII, que animaram a escola de São Vitor em Paris! Sem experimentar a necessidade de se apoiar em Platão ou em Aristóteles, não ignorando, no entanto, nem um nem outro — pelo menos em parte — um Hugo de São Vítor³⁶ coloca na base de toda contemplação a da beleza do universo; assinala como primeiro elemento o movimento, fonte de prazer estético também; movimento dos ventos, das ondas, dos astros no céu; supõe uma beleza invisível aos nossos sentidos — concepções deste gênero não são mais próximas da visão científica quanto da artística de nosso tempo, que daquele que se esperava reduzir o homem e o mundo a definições e classificações? Uma exposição realizada no Museu em Paris em 1974 mostrava fotografias obtidas no microscópio eletrônico: *Nature multipliée par 10.000* oferecia uma visão do universo totalmente insuspeitado; além disto, curiosamente próxima da arte chamada abstrata em suas melhores produções: belíssimas pranchas que evocam um campo

trabalhado, ou uma floresta, ou admiráveis construções geométricas, revelam-se, quando se consultava a legenda: o corte de um cabelo, a extremidade da pata de um percevejo, a faceta do olho de um mascarado. Estávamos muito longe, é inútil dizer, do universo cartesiano, mas é certo que um Hugo de São Vitor, um Isidoro de Sevilha teriam passado com encantamento neste universo revelado pela eletrônica. Quem disse, então, que o período clássico era aquele em que o homem tinha colocado como início de todo o conhecimento a dúvida ao invés do deslumbramento? Atualmente o microscópio eletrônico, como a viagem do cosmonauta, poderia nos colocar de acordo com o tempo em que instintivamente se aceitava o encantamento, que não teria recusado estes “saltos qualitativos” (expressão de Maurice Clavel³⁷, tirada de Kierkegaard³⁸) que as categorias da lógica clássica tornavam inadmissíveis.

É muito provável que as gerações futuras se surpreenderão de que tenhamos podido durante tanto tempo agir de forma discriminatória em relação a todo um período de nosso passado, precisamente aquele que deixou de si traços mais convincentes. Não estaria na hora de acabar com esta falta de curiosidade sistemática e admitir que podemos estudar, no campo da ciência humana, sem desprezos nem complexos, os mil anos de nossa História que foram bem mais do que um meio-termo?

9. Propósitos Simples para o Ensino de História

Disposições muito recentes parecem reservar um lugar pouco mais importante que no passado às ciências humanas, na formação do aluno. O historiador só pode aprovar, e o educador, mais ainda.

Com efeito, podemos perguntar se, até o presente, a elaboração dos programas não foi focalizada muito mais em função de matérias a digerir do que em função da própria criança e dos imperativos de seu desenvolvimento. A observação, é certo, não é nova; todos os educadores dignos deste nome já a formularam de uma ou de outra forma. Já os esforços de todos aqueles que preconizaram métodos ativos começaram a dar frutos.

Mas, para o historiador, as exigências se tornam mais vivas. Os programas oficiais, tanto quanto os métodos utilizados no passado, anulavam de fato o que constitui o próprio interesse pela História. Recordemos, por exemplo, o absurdo que constituía fazer estudar a história da Idade Média na quinta série e sua literatura na terceira; o que levava, aliás, grande parte dos professores a resolver o problema não ensinando nada de Idade Média, histórica ou literária. Onde os métodos tinham evoluído se estava livre para romper com os programas.

Outro problema absurdo sobre o qual é preciso insistir: o próprio princípio que consistia em cortar a História em fatias — fatias muito desiguais — com a ideia simplista de que o que se estudou durante um ano está assimilado para sempre.

Não haveria tempo de rever a questão em seu todo e visando não só ao estudo dos fatos, mas também em relação aos alunos *a formação do sentido histórico*, que parece tão necessária quanto *a formação do sentido literário*.

Negligenciar esta formação é deixar de lado o aspecto positivo do estudo da História.

Quer queiramos ou não, o homem é também um animal histórico; o lugar que ocupa no tempo é tão importante para eles como o que ocupa no espaço; e esta curiosidade natural que cada um experimenta em relação às suas origens, à sua família, aos seus parentes, e até mesmo aos seus ancestrais, é perfeitamente legítima, tanto assim que se justifica a curiosidade do médico que interroga seu paciente, não apenas sobre as doenças de sua infância, mas as condições de vida e de morte de seus pais. É inútil insistir, no século da psicanálise, sobre o interesse imediato que representa para cada um de nós seu passado e o dos seus — interesse tão

poderoso, tão profundo, como o do meio social, em geral, sobre o qual se insiste tanto no momento atual, e que se estende, naturalmente, do indivíduo ao grupo e à região.

Mas, como toda iniciação, todo ensinamento, o da História deveria revestir-se de diferentes formas, segundo a idade daqueles a quem se ensina (idade mental, evidentemente; nenhum educador ignora que essa idade mental pode ser bastante diferente da idade civil para um ser em evolução continuada, mas descontínua, que é a criança).

Porque nas classes menores não se ensinaria a História por meio de histórias; unicamente histórias destinadas a deixar na memória nomes de prestígio; na imaginação, fatos inimagináveis, como apenas a História sabe fornecer, mais ainda do que todas as lendas. Isto, bem entendido, sem qualquer sentido de cronologia: cada um sabe que até a idade de 9-10 anos, às vezes até mais tarde para muitas crianças, a sucessão no tempo não importa; é inútil, por conseguinte, até esta idade superlotar a memória com datas; também é inútil obstinar-se em fazer análises, como se usou durante tanto tempo, em um estágio em que a inteligência é precisamente incapaz de analisar. Em troca, não há criança, por mais jovem que seja, que não goste de histórias, principalmente se elas são “verdadeiras”. Ora, em uma idade em que aquilo que se conta enraíza-se para toda vida, seria fundamental povoar os espíritos graças ao repertório histórico cujo interesse humano é inesgotável.

Um pouco mais tarde, entre 9-12 anos, todo educador estimularia o sentido social que desperta e mostraria a seus alunos também como ver o que nos cerca, recorrendo à história local. O estudo da História poderia, assim, confundir-se com o do meio ambiente. É de resto o que os professores formados por métodos ativos há muito tempo chamaram de “estudo do meio”. Para ser bem feito ele exige uma referência à História, e também a certas explorações que poderiam ser extremamente benéficas: visitas a museus, obviamente, mas também a arquivos, sejam eles da prefeitura da cidade, estudo de cadastros, dos registros civis, recenseamentos... Enfim, o estudo dos monumentos do passado (que região da França não os tem?), de personagens, de acontecimentos que marcaram a localidade, eventualmente dos campos arqueológicos que possam existir nas proximidades — tudo isto deveria ser matéria do curso de História, o que será por certo mais formador que aprender a resumir um manual.

Por fim, quando nasce a possibilidade de análise e de abstração, poder-

se-ia abordar visões da História, ao mesmo tempo mais gerais e muito mais precisas, por meio de assuntos recolocados em seu quadro cronológico e factual, apoiando-se em documentos e textos da época a ser estudada. É evidentemente vetado à nossa época ater-se a História política e militar, e a História não se compreende a não ser em ligação com a geologia, a geografia, estendendo-se à economia, à história da arte etc. Os livros didáticos podem ser utilizados, agora, com mais proveito, na biblioteca de classe.

Então, mais amplamente, é possível orientar um estudo sério, em qualquer domínio que se queira, sem ter antes adquirida ao menos rudimentos da história da matéria a ser estudada?

“Como é possível interessar-se pela História, na época em que os homens andam sobre a Lua?” — disseram-me um dia.

A resposta é fácil. Qual foi o primeiro ato realizado pelo homem quando se viu na Lua? Abaixar-se para apanhar uma pedra. O gesto é arqueológico. O primeiro reflexo do primeiro cosmonauta, e também o que traz à luz o próprio material da História.

Nada mais natural: História é a vida; além de todas as definições e de todas as abstrações, o homem se define por sua história e se uma pedra pode ter tanto interesse para ele, é porque ela é, literalmente, “signo de vida”.

A *tabula rasa* cartesiana é, talvez, a maior mentira filosófica de todos os tempos. Em todo caso, sua aplicação pesa sobremaneira forte sobre nossa época. A ideia de fazer *tabula rasa*, de “partir do zero” constitui sempre uma tentação sedutora. Mas precisamente é a empresa impossível: a não ser sob um prisma de total

arbitrariedade, não se tomando em conta as realidades concretas. Porque tudo o que é vivo, é doável, transmissível. Jamais se parte da estaca zero. Freud¹ o demonstraria, se necessário fosse. Ou ainda, em termos mais simples, este texto do Gênesis que nos mostra cada fruto “contendo uma semente” — o que negava, com antecipação, toda a geração espontânea. É surpreendente que, toda vez em que foi concretizada a tentação de “partir do zero”, ela o foi solidificada pela morte, por múltiplas mortes e destruições, e isto em todos os domínios. Por haver querido fazer *tabula rasa* quantas vezes teremos destruído, estupidamente, o que teria podido

ser o ponto de apoio, pedra de sustentação? Mas será dado a nossa época, talvez, redescobrir a importância da tradição, que é um dado vivo, suscetível como toda vida de crescer, de adquirir, de se enriquecer com novos elementos. Não o poderemos fazer a não ser pelo redescobrimento da importância da História, que é a busca do vivido, esse vivido a partir do qual traçamos nossa própria existência. Acontece com a História como nos extratos arqueológicos: há sempre uma camada subjacente, e quando se chega ao solo virgem, o arqueólogo cede lugar ao geólogo, que traça a História do solo.

A História é vida, exatamente porque ela comporta um dado, algo que preexiste a nossos conceitos, a nossos preconceitos, a nossos sistemas: o pedaço de moeda contendo esta efígie, encontrado em tal lugar determinado; as conclusões que tiramos podem ser erradas; mas o fato, o pedaço de moeda indicando tal data, encontrado em tal lugar, não depende de nós; devemos aceitá-lo, como devemos aceitar que tal manuscrito tenha sido composto em tal data e sob as ordens de determinado personagem — sob a ressalva de que o arsenal da crítica tenha sido corretamente articulado para o estabelecer.

É verdade que uma doutrina em moda quererá convencer-me que o que leio em um texto é o que quero neles ler. As vezes, é verdade: penso neste escritor que, para provar que Joana D'Arc era mesmo “bastarda de Orléans”, omitia em sua citação as quatro linhas que anulavam a afirmação...

Aí, não existe História, é inútil sublinhar. A História é uma ascese; diríamos melhor, uma ascese heroica. Aqueles que fizeram escavações este verão, seguindo a fórmula de *Archeologia*, reconhecê-lo-ão, facilmente, comigo — porque eles estão mais perto da História que os colecionadores de histórias e forjadores de fantasias destinadas a agradar a opinião pública.

Ciência árdua, que exige que se debruce, longamente, sobre cacos e escritos ilegíveis — os escritos ilegíveis a que os historiadores marxistas acharam bem tratar com desprezo, porque duvidam de sua própria existência enquanto historiadores. Pesar e repesar o valor histórico de cada fonte de documentação, desde a consistência da cerâmica até a carta ou ata do notário; isolar, lentamente, de uma justaposição de fatos controlados a substância viva, a que permite reconstituir peça por peça o itinerário de um personagem, sua obra, às vezes, quando se tem uma documentação suficiente- mente abundante e falante, sua mentalidade — isto exige anos de

trabalho e em nossa época de facilidade é, ainda uma vez, quase heroico, mas é apenas a este preço que se faz História. Com a condição de haver também, longamente, identificado as fontes de se ter impregnado do contexto para penetrar seu valor relativo; e isto, frequentemente, para não extrair mais do que uma parcela mínima — que se poderia dizer insignificante, senão estivesse certo de forma segura — e isto através de experiência — de que nenhuma parcela da verdade jamais será insignificante.

Quanto aos que negam a importância da documentação em si, não nos daremos ao trabalho de combatê-los: se a negam, não será porque eles próprios são incapazes de aceitar outra informação diferente da que formularam antecipadamente? A questão vale a pena ser exposta; depois do que poder-se-á, com proveito, convidá -los a vir fazer um passeio, por exemplo, ao depósito dos arquivos, alguns quilômetros de galerias encarregar-se-ão de opor, ao seu modo de pensar, o mais tranquilo desmentido.

O dado histórico está aí, mas é preciso, certamente, muito tempo, trabalho e respeito para o explorar e expor sua substância, em seguida. Em verdade, compreende-se que alguns prefiram escapar pelo desprezo; é infinitamente mais fácil desenvolver ideias; ora, a ignorância do documento permite desenvolver ideias apenas, com toda serenidade, para tirar sistemas histórico-sociológicos, satisfatórios ao espírito.

O que é fecundo na pesquisa histórica é, ao contrário, este obstáculo, ou antes, estes obstáculos perpetuamente reencontrados, que se opõem a nossos preconceitos e nos levam a modificar nossas ideias preconcebidas. Um preconceito como ponto de partida é estimulante por certo, mas é necessário saber se resignar a abandoná-lo sempre que os documentos assim o impuserem.

A história obriga ao respeito, um pouco como a Medicina ou a Educação; em resumo, tudo o que diz respeito ao Homem, sem o que nós teríamos transviado, se nos subtrairmos à exigência interna da disciplina adotada: deixa-se de ser historiador quando se negligencia ou quando se trunca um documento, como deixa-se de ser médico quando se despreza ou subestima o resultado de uma análise ou de um exame; ou como se deixa de ser educador quando se invade a personalidade de quem se está encarregado de ensinar.

Aí está, talvez, o principal interesse desta formação do sentido histórico

tão desejável em matéria de Educação. Na idade em que o adolescente procura “o outro” e se forma pelo relacionamento com o “outro”, nada seria mais fecundo para ele do que este reencontro com o que o precedeu no tempo e que lhe é, mais uma vez, tão próximo, tão necessário quanto aquilo que o envolve no espaço. É provável, por falta dessa dupla dimensão, tanto de tempo quanto de espaço, que tantos espíritos ficam atrofiados, formados de maneira unilateral, sumária e simplista. O estudo da História leva a juventude à experiência que lhe falta; pode desencorajar o adolescente de sua tentação mais habitual: visão exclusiva, condenar a priori tal tendência, tal pessoa, tal grupo, ter do universo apenas um enfoque limitado por sua própria visão (e se apenas se tratasse de adolescentes!).

Na idade em que importa confrontar os valores recebidos, os do meio, da infância, da família, ou do meio social com sua própria personalidade, o estudo da História alargaria o campo desta investigação e forneceria dimensões impossíveis de adquirir de outra maneira. Os jovens de hoje mostram uma notável vontade de viajar, que é reflexo da saúde, mas a dimensão tempo falta a seu universo espacial. Existe a lacuna.

O papel da História, em matéria de Educação, poderia ser imenso, portanto, para o amadurecimento intelectual. Chesterton² dizia que um Homem não é verdadeiramente um Homem enquanto não vê o mundo de pés para o ar e cabeça para baixo. Pode-se praticar o mesmo gênero de exercício, sem muita fadiga, estudando História. Ao se familiarizar com outros tempos, outras épocas, outras civilizações, adquire-se o hábito de desconfiar dos critérios de seu tempo: eles evoluirão, como outros evoluíram. É a ocasião de revisar, dentro de si próprio, o mecanismo de pensamento, seus próprios motivos para agir ou refletir, por comparação com outros. Há aí um alargamento do horizonte familiar que talvez seja, por extremo, benéfico, com a condição, bem entendido, que se trate de História verdadeira e não simplesmente dos julgamentos pré-fabricados que se distribuem tão generosamente no ensino.

O estudo da História permite, por fim, situar-se de modo exato na noção de Progresso. Faz-se, em geral, uma ideia elementar do Progresso. Como escreve Lewis Mumford³, é-se levado a pensar que se as ruas de nossa cidade eram sujas no século XIX, elas deveriam estar seiscentas vezes mais sujas seiscentos anos antes. Quantos estudantes acreditam realmente que o que aconteceu no século XIX, por exemplo, o trabalho das crianças nas usinas, sempre existiu e que só as lutas de classe e o sindicalismo, no fim do

século XIX, liberaram a Humanidade dessa tara! Quantas militantes de movimentos feministas pensam de boa fé que a mulher sempre esteve confinada em um gineceu, pelo menos moral, e que somente os progressos do nosso século XX deram-lhe alguma liberdade de expressão, de trabalho, de vida pessoal! Para o historiador, o progresso geral não causa a menor dúvida: mas não menos o fato de que não se trata jamais de progresso contínuo, uniforme, determinado. A Humanidade avança em certos pontos, recua em outros, isto tão facilmente quanto tal entusiasmo que causa um efeito de progresso em um determinado momento fará, em seguida, o efeito de uma regressão. No século XVI não se duvidou que a Humanidade não estava progredindo, principalmente no campo econômico: poucos foram os que se conscientizaram de que, como o proclamava las Casas e alguns outros irmãos dominicanos do Novo Mundo, este progresso econômico se fazia pelo restabelecimento da escravidão por um gigantesco movimento de reação e que, em consequência, um passo à frente aqui pode-se fazer pagar com um recuo ali. A Humanidade progride, indiscutivelmente, mas não de modo uniforme e nem em toda parte.

Enfim, fora mesmo das questões de Educação em que seu papel deveria ser capital, em que ela deveria mesmo servir de moldura para todo ensinamento, há um proveito geral da História. Longe de nós a ideia de um eterno recomeçar e mesmo de comparações forçosamente factuais, subjetivas e arbitrárias entre tais ou quais épocas e tal outra; mais longe ainda a ideia de que a História possa trazer uma solução aos problemas modernos; se se pode tirar uma conclusão do estudo da História é, pelo contrário, que a solução do passado *nunca* é a do presente. A peregrinação armada a que chamamos Cruzada era necessária e suficiente, quer se queira ou não — a solução necessária indispensável, no fim do século XI, para socorrer os Lugares Sagrados e o Oriente Próximo, em geral; mas já não era a mesma solução que se impunha, no começo do século XIII, e menos ainda no fim deste mesmo século XIII, e é espantoso constatar que nenhuma atenção foi concedida pelas potências de então a um Ramon Llull⁴, que apontava a solução do presente, enquanto no Ocidente papas, imperadores e reis retomavam sem cessar as soluções do passado. Não estaremos mais à vontade para formular semelhantes julgamentos, desde que nos beneficiamos do recuo do tempo?...

A História não fornece solução, mas permite — e somente ela permite — apresentar corretamente os problemas. Ora, todos sabem que um

problema corretamente proposto já está meio resolvido. Ela é a única que permite, porque só ela autoriza o inventário de uma situação dada; só ela fornece elementos de que essa situação deriva. Não há conhecimento verdadeiro sem o recurso da História. Em toda parte, é verdade que o Homem, a vida do Homem, estejam em julgamento. Um corpo vivo não pode ser conhecido senão por sua história.

Negligenciando a formação do sentido histórico, esquecendo que a História é a Memória dos povos, o ensino forma desmemoriados. Reprova-se, às vezes, que nas escolas, nas universidades modernas, se formem irresponsáveis, valorizando o intelecto em detrimento da sensibilidade e do caráter. Mas é grave também se produzir desmemoriados. Tanto quanto o irresponsável, o desmemoriado não é pessoa completa; nem um, nem outro, desfrutam deste pleno exercício de suas faculdades, que é a única coisa que permite ao Homem, sem perigo para ele mesmo e para seus semelhantes, uma verdadeira liberdade.

Breve nota sobre o tradutor

Maurício Bret de Menezes

Professor de história, homem de letras de vasta cultura e com uma verdadeira paixão pela história da Idade Média, foi professor nos colégios Mello e Souza, Mallet Soares, Brasileiro de Almeida e Peixoto, no Rio de Janeiro.

Fluente no idioma francês, ficou extremamente feliz quando convidado a traduzir *Idade Média - O que não nos ensinaram*, pois isso lhe proporcionaria a oportunidade de participar de um projeto no qual as ideias da autora eram muito parecidas com as suas.

Debruçando-se sobre o trabalho, realizou exaustivas pesquisas com enorme facilidade, dada sua paixão pelo tema, pesquisas que embasariam suas notas de tradução.

Como professor nato, para ele falar de história era fácil, de maneira que sua aula tornava-se um bom bate-papo, de qualidade, sobre os assuntos da história, isto fazia com que todos se mantivessem atentos, e o quadro-negro figurava apenas um complemento.

Não importava se a História era Geral, da Idade Média, do Brasil; o que realmente importava era como era feita a sua aula. Hoje, anos após seu falecimento, me alegro muito ao encontrar-me com ex-alunos e filhos de ex-alunos que dizem que a aula, como era dada por ele, era excepcional, e muitos o citam como o melhor professor de suas vidas.

Sua história com a Idade Média se cruza e se especializa, em suas duas grandes paixões literárias, Joana d'Arc e Rei Arthur. O aprofundamento de questões que ele acreditava terem sido os fatos diferentes das narrativas foi que o fez buscar respostas, e foi isso que tanto o agradou na tradução do livro que ora o leitor tem em mãos, pois considerava pertinentes e lógicos os questionamentos realizados pela autora.

Sua biblioteca de 8.000 volumes foi doada à Academia Brasileira de Letras por minha mãe, Eleonora Bret de Menezes em agosto de 2009, ela própria bibliotecária aposentada da Biblioteca Nacional, em momento de grande emoção.

PEDRO BRET DE MENEZES
Rio de Janeiro, 12/IV/2016.

A autora e sua obra



Régine Pernoud nasceu em Chateau Chion-Ville, França, em 1909 e faleceu em Paris, em 1998. Foi arquivista, paleógrafa e historiadora. Licenciou-se em Letras pela Universidade de Aix-en-Provence e doutorou-se pela Ecole des Chartres e pela Ecole du Louvre. Destacou-se como elucidadora de mitos a respeito da Idade Média, como o papel da mulher nas sociedades medievais, a natureza das Cruzadas e o próprio espírito da época, composto por seus heróis e heroínas. De sua obra pode-se concluir que se tratou de uma época de luz, sabedoria e incentivo à ciência.

Foi ainda conservadora em vários museus, incluindo os Arquivos da França, o que lhe permitiu fazer suas pesquisas em fontes primárias e produzir vastíssima obra, de onde se destacam, além de *Idade Média - O que não nos ensinaram*, *Luz sobre a Idade Média*, *A mulher no tempo das Cruzadas*, *A mulher no tempo das Catedrais*, *Os templários*, *Hildegarde de Bingen*, *Leonor de Aquitânia*, *Joana d'Arc*, *Origens da burguesia*, *O mito da Idade Média* e *Os gauleses*.

Um ano antes de sua morte, foi agraciada pela Academia Francesa pelo conjunto de sua obra.

Notas

Prefácio

* Professor efetivo do Departamento de Teoria da Arte e Música (DTAM) da UTES, do Programa de Doctorado Internacional a Distancia dei Institut Superior d'Investigacio Cooperativa IVTTRA pSIC-2012-022] Transferencias Interculturales e Históricas em la Europa Medieval Mediterránea (Universitat d'Alacant, UA, Espanha) e dos mestrados de Artes e de Filosofia da UFES. Académie corresponent a l'estranger da Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona. Site: www.ricardocosta.com. E-mail: ricardo@ricardocosta.com.

1. RAMON LLULL. Doutrina para crianças (c. 1274-1276) (trad. e notas Ricardo da Costa e Grupo de Pesquisas Medievais da UFES III). Alicante, Espanha: e-Editorial IVITRA Poliglota, 2010. Internet, <http://www.ricardocosta.com/sites/default/files/pdfs/doutrina.pdf>, acesso em 12/maio/2016.

2. Pude me expressar a respeito em COSTA, Ricardo da. A Educação Infantil na Idade Média. In: LAUAND, Luiz Jean (coord.). Revista VIDETUR 17. Porto: Editora Mandruvá, 2002, p. 13-20. Internet, <http://www.ricardocosta.com/artigo/educacao-infantil-na-idade-media>, acesso em 23/abr/2016.

3. Para a importância do trabalho de tradução na pesquisa histórica, ver COSTA, Ricardo da. “O historiador e o exercício da tradução: a novela de cavalaria Curial e Guelfa (séc. XV)”. Internet, <http://www.ricardocosta.com/artigo/o-historiador-e-o-exercicio-da-traducao-novela-de-cavalaria-curial-e-guelfa-sec-xv> e, especialmente, COSTA, Ricardo da. “Entrevista com Ricardo da Costa: Cariat e Guelfa”, acesso em 23/abr/2-16. In: Convent Internacional n. 8, janeiro-abril 2012, p. 55-66, Internet, <http://www.ricardocosta.com/artigo/entrevista-com-ricardo-da-costa-curial-e-guelfa>, acesso em 23/abr/2016

4. GIMPEL, Jean. A Revolução Industrial da Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

5. PERNOUD, Régine. Luz sobre a Idade Média. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

6. Historiador com “H” maiusculo! Para isso, ver COSTA, Ricardo da. “O Ofício do Historiador”. In: International Studies on Law and Education - 5 (janeiro-junho 2010), p. 79-84. Internet, <http://www.ricardocosta.com/artigo/o-oficio-do-historiador>, acesso em 23/abr/2016.

7. Este último publicado no Brasil: PERNOUD, Régine. A Mulher nos tempos das Cruzadas. Campinas: Papirus, 1993.

8. GROUSSET, René. Histoire des Croisades et du royaume franc de Jérusalem (03 vols.). Paris: Perrin, 1934-1936.

9. RICHARD, Jean. Le comté de Tripoli sous la dynastie toulousaine (1102-1187), de 1945, e Le royaume latin de Jérusalem, de 1953.

10. CAHEN, Claude. La Syrie du Nord à l'époque des Croisades et la principauté franque d'Antioche. Université de Paris, éditions P. Geuthner, 1940.

11. Supracitado.

12. STEVENSON, W. B. The Crusaders in the East. A Brief History of the Wars of Islam with the Latins in Syria during the Twelfth and Thirteenth Centuries. Cambridge, University Press. 1907.

13. PERNOUD, Régine. Les Hommes de la Croisade. Fayard/Tallandier, 1982, p. 7 (a tradução é nossa).

14. É muito significativa a revelação de Georges Duby (1919-1996) a respeito de Régine Pernoud: em conversa com Bronislaw Geremek (1932-2008), ele confessou que um de seus maiores

incentivos a escrever era para se opor aos escritos dela! Ver DUBY, Georges; GEREMEK, Bronislaw. *Paixões comuns - conversas com Philippe Sainteny*. Lisboa: Edições Asa, 1993. No Brasil, a historiadora francesa é solenemente ignorada na Academia!

15. PERNOUD, Régine. *Vie et mort de Jeanne d'Arc. Les témoignages du procès de réhabilitation 1450 -1456*. Hachette, 1953; *Jeanne d'Arc par elle-même et par ses témoins*. Seuil, 1962; *Jeanne devant les Cauchons*. Seuil, 1970; *Jeanne d'Arc (avec Madeleine Pernoud)*. Seuil, 1981; *Jeanne, et Thérèse*. Seuil, 1985; *Jeanne d'Arc (avec Marie-Véronique Clin)*. Fayard, 1986; *Jeanne d'Arc et la guerre de Centans*. Denoël, 1990; *La spiritualité de Jeanne d'Arc*. Marne, 1992; *Réhabilitation de Jeanne d'Arc, reconquête de la France* (éd. du Rocher-Jean-Pierre Bertrand), 1995; *Jeanne d'Arc, Napoléon: le paradoxe du biographe* (éd. du Rocher), 1997.

16. PERNOUD, Régine. *Aliéner d'Aquitaine*. Albin Michel, 1966.

17. PERNOUD, Régine. *Héloïse et Abélard*. Albin Michel, 1967.

18. PERNOUD, Régine. *La Reine Blanche*. Albin Michel, 1972.

19. PERNOUD, Régine. *Christine de Pisan*. Calmann-Lévy, 1982.

20. PERNOUD, Régine. *Isambour: la reine captive*. Stock, 1987.

21. PERNOUD, Régine. *Hildegarde de Bingen, conscience inspirée du XII siècle. Le Grand livre du mois*, 1994. Publicado no Brasil: PERNOUD, Régine. *Hildegard de Bingen. A consciência inspirada do século XII*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996..

22. PERNOUD, Régine. *Visages de femmes au Moyen Age*. Zodiaque, 1998.

23. Site: <http://www.linodigi.com.br>.

24. HEERS, Jacques. *Idade Média, uma impostura*. Lisboa: Edições Asa, 1994.

25. PERNOUD, Régine. *Histoire et lumière*. Éditions du Cerf, 1998, p. 19 (a tradução é nossa).

Nota extra: As gárgulas eram protuberâncias das calhas nas construções medievais - especialmente as catedrais - que tinham uma função específica: escoar a água das chuvas e projetá-las a uma boa distância das paredes externas. A adorável e fértil imaginação medieval fez com que os escultores decorassem essa saliência arquitetônica: entalhou-a na pedra com representação de animais fantásticos ou figuras humanas (algumas obscenas). Há muitas interpretações que tentam explicar o simbolismo das gárgulas. A mais comum é a que defende a ideia que o simbolismo fantástico dessas imagens foi materializado para ter uma função protetora: intimidar os espíritos malignos e os pecadores, e assim defender espiritualmente a casa de Deus (ou o proprietário de sua residência). A escolha da Linotipo Digital em por uma gárgula no início de cada capítulo do presente livro não deixa de ser sugestiva: estará a publicação, com ela, protegida dos perniciosos historiadores que insistem em manter a pecha de Idade das Trevas a um período tão rico e fundador da civilização ocidental? (NP)

1. “Idade Média”

1. “Idade Média” deveria aparecer sempre entre aspas; adotaremos a expressão apenas para nos submeter ao uso corrente. (NA)

2. *Mouvement Libérateur Féminin* (M.L.F.) (NT)

3. *Electricité de France* (E.D.F.) (NT)

4. Um parvis é um espaço aberto diante da entrada de uma igreja, cujo perímetro é delimitado por uma cerca. A Praça Parvis fica em frente à fachada ocidental da Catedral de Notre-Dame, ao sul da *lie de la Cité*, atualmente denominada Praça João Paulo II. (NP)

5. Campanário (do it. *campanile*) — é um edifício ou torre construída ao lado de uma basílica, catedral, igreja, capela ou qualquer construção civil e onde são colocados os sinos para convocar os paroquianos ou os cidadãos, para uma missa, funeral ou anúncio qualquer. (NP)

6. A Auvérnia (Auvergne) é uma importante (e histórica) região central da França, onde ainda é falada uma língua muito importante na Idade Média: o occitano (*langue d’oc*). Nos parágrafos seguintes, a autora discutirá sobre várias regiões francesas. (NP)

7. Julgava-se ver um touro em loja de miniatura. (NT). “Execuções de uma selvageria quase medieval”, escrevia recentemente um jornalista. Saboreemos esse quase. Certamente, no século dos campos de concentração, dos fornos crematórios e do Gulag, como não ficar horrorizado com a selvageria dos tempos em que se esculpiam os portais de Reims ou os de Amiens! (NA)

8. “Matai-os todos, Deus reconhecerá os seus” - o que a historiadora francesa explica nesse parágrafo a respeito dessa frase emblemática e usada para exemplificar a ignorância medieval ainda suscita dúvidas em medievalistas brasileiros! (NP).

9. Cesário de Heisterbach (c. 1180-1240), prior do mosteiro cisterciense Abbey Heisterbach (Siebengebirge, Oberdollendorf, Alemanha). É conhecido como o compilador de uma hagiografia, *Dialogus miraculorum*, um compêndio de mais de setecentas histórias de milagres, narrados em forma de diálogo entre um monge e um noviço, obra muito utilizada por pregadores no final da Idade Média (ultrapassada em popularidade apenas pela *Legenda Áurea* (c. 1260) de Jacopo de Varazze (c. 1230-1298). (NP)

2. Deformados e Desajeitados

1. Henri-Émile-Benoit Matisse (1869-1954), juntamente com Picasso (1881-1973) e Marcei Duchamp (1887-1968), definiu a revolução nas artes plásticas ocorrida no século XX, especialmente na escultura e na pintura. (NP).

2. O italiano Giorgio Vasari (1511-1574) foi pintor, arquiteto e escritor. É considerado um dos primeiros historiadores da arte, por ter escrito biografias de artistas italianos (reunidas no livro *Vida dos artistas — Vite de' più eccellenti architetti, pittori, et scultori italiani*, da Cimabue insino a' tempi nostri, de 1550, ampliado em 1568). (NP).

3. Bachelet e Dezobry, publicado por Delagrave, 1872. Os autores citados baseavam-se, para a redação dos artigos, numa vasta colaboração: a intelligentsia da época. (NA).

4. Maio de 68 — Movimento estudantil com greves nacionais que sacudiram a França. Tudo começou com um líder estudantil franco-alemão (de origem judaica) do curso de Sociologia da Universidade de Nantes, Daniel Cohn-Bendit (1945-), de orientação política anarco-marxista, que organizou um protesto por liberdade sexual — contra a proibição de estudantes de ambos os sexos frequentarem o mesmo dormitório (a frase pixada em Paris marcou o movimento: “É proibido proibir!”). A possibilidade da expulsão de Cohn-Bendit da universidade deu início a uma greve estudantil e, a seguir, com a ocupação da administração universitária em Nantes. Com o apoio dos comunistas e socialistas (que haviam feito uma aliança política, em fevereiro), a insurreição se alargou para um prédio da Universidade de Paris em Nanterre e as reivindicações se ampliaram para a “discriminação de classe” da sociedade francesa, a burocracia universitária de financiamento de bolsas e, por fim, a substituição do governo de Charles de Gaulle. Do ambiente universitário, o movimento se alastrou para as fábricas (com o envolvimento de mais de dez milhões de trabalhadores), até junho de 1968, com enfrentamentos entre o establishment e os estudantes em verdadeiras batalhas de rua com a polícia (especialmente em Paris). Com a convocação de eleições gerais por parte de Charles de Gaulle, o movimento se dispersou — e a vitória nas eleições coube ao partido gaulista. Um excelente depoimento da situação universitária pode ser encontrado em Fernand Braudel, uma biografia, de Pierre Daix, e nas *Memórias* de Raymond Aron (1905-1983). Braudel (1902-1985) é um dos maiores historiadores de todos os tempos. Na ocasião era um dos protagonistas na Sorbonne — e (injustamente) alvo da crítica estudantil. (NP).

5. Lourenço de Médici (Lorenzo di Mediei), o Magnífico (1449-1492), magnata, diplomata, governante da República de Florença e um dos maiores mecenas do Renascimento (foi patrono de acadêmicos, artistas e poetas). Patrocinou Botticelli (c. 1445-1510) e Michelangelo (1475-1564). Com sua morte, findou o período áureo de Florença. (NP)

6. Platão (c. 428-348 a. C.), filósofo, fundador da Escola de Atenas, muito apreciado na Idade Média - pode-se dizer que, grosso modo, a medievalidade foi, em essência, platônica até o séc. XIII,

quando Aristóteles (384-322 a. C.) se impôs no meio universitário europeu (Tomás de Aquino [1225-1274] se refere a ele como “o filósofo”). (NP)

7. Dante (Durante Degli Alighieri, c. 1265-1321), o maior poeta medieval, autor da Divina Comédia [Comedia, c. 1308-1320]. Ao defender o uso do vernáculo na literatura - e escrever em toscano - abriu um importante precedente e, sem o saber, ajudou a solidificar a língua italiana (é chamado, por isso, “pai da língua italiana”). (NP)

8. Virgílio (Publius Vergilius Maro, 70-19 a. C.), importante poeta do período de Augusto [Letteratura latina augustea, 31 a. C. - 14 d. C.], autor das três maiores obras da literatura latina: as Êclogas ou Bucólicas (Eclogae), as Geórgicas (Georgica) e a Eneida [Aenêis] - esta última, o épico nacional de Roma. Dante insere Virgílio como seu guia em sua viagem pelo Inferno e Purgatório (na Divina Comédia). (NP)

9. Erasmo de Roterdã (Desiderius Erasmus Roterodamus, 1466-1536), padre católico, professor, teólogo, renascentista e humanista, preparou novas edições (latinas e gregas) do Novo Testamento. Viveu em meio à Reforma e, apesar de crítico, manteve-se fiel à Igreja. Escreveu importantes obras, a mais conhecida O Elogio da Loucura (Stultitiae Laus, 1509), uma sátira crítica dos costumes e superstições europeias e à Igreja. (NP)

10. Cícero (Marcus Tullius Cicero, 106-43 a. C.), político, cônsul, filósofo, escritor, um dos maiores oradores da República romana (509-27 a. C.). Apresentou a Roma as principais correntes filosóficas gregas. Para isso, criou um vocabulário filosófico latino [essentia, qualitas, humanitas] que muito influenciou o pensamento ocidental. Pensador muito estimado na Idade Média, revalorizado no séc. XIV (graças à descoberta de suas cartas por Petrarca [1304-1374]), muito influente no Renascimento (sécs. XIV-XVII) e no Iluminismo (séc. XVIII). (NP)

11. Manifesto da Plêiade - Grupo de sete poetas franceses (Pierre de Ronsard [1524-1585], Joachim Du Bellay [1522-1560], Jean-Antoine de Baif [1532-1589], Rémy Belleau [1528-1577], Étienne Jodelle [1532-1573], Pontus de Tyard [1521-1565] e Jean Dorat [1508-1588]) que, no século XVI, se reuniu com o objetivo de criar uma escola literária francesa inspirada na lírica grega. (NP)

12. Péricles (c. 495-429 a. C.), estadista e general de Atenas durante a Idade de Ouro (480-404 a. C.). Transformou a Liga de Delos (fundada em 477 a. C.) em império e liderou os atenienses no início da Guerra do Peloponeso (431-404 a. C.). Além de promover a democracia ateniense, incentivou as Artes e a Literatura e iniciou um ambicioso projeto urbanístico que deu origem à Acrópolis. (NP)

13. César (Gaius Julius Caesar, 100-44 a. C.), general, político, escritor, personagem decisivo para o fim da República romana (509-27 a. C.). Conquistador da Gália, cruzou o Reno e chegou até a Bretanha. Cruzou o Rubicão (49 a. C.) e iniciou a Segunda Guerra Civil da República de Roma (49-45 a. C.). Vitorioso, iniciou reformas sociais e institucionais. Proclamado Ditador perpétuo, foi assassinado por senadores rebeldes nos Idos de Março (15 de março de 44 a. C.). (NP)

14. Augusto (Imperator Caesar Divi Filius Augustus, nascido Gaius Octavius, 63 a. C. - 14 d. C.) Princeps Civitatis (primeiro cidadão) com a inauguração do Principado (27 a. C. - 284 d. C., primeira fase do Império), em sua administração iniciou-se a Pax Romana. Augusto expandiu o Império (Egito, Dalmácia, Panônia, Nórica e Récia; parte do norte da África e da Germânia, fim da conquista da Hispânia). Reformou o sistema tributário, desenvolveu a rede rodoviária, estabeleceu um exército permanente. (NP)

15. Praxiteles (séc. IV a. C.) foi o mais famoso escultor ático de seu tempo, o primeiro a esculpir formas femininas em tamanho natural. Nenhuma obra sua chegou até nós, mas cópias romanas. (NP)

16. São Bernardo de Claraval (1090-1153) é simplesmente a maior personalidade do século XII! Pesquisei várias nuances do personagem. Por exemplo, ver COSTA, Ricardo da. “O verdadeiro amor nasce de um coração puro, de uma consciência boa e de uma fé sincera, e ama o bem do próximo como se fosse seu”: a mística de São Bernardo de Claraval”. In: COSTA, Marcos Roberto Nunes (org.). A Experiência humana do divino. Perspectiva Filosófica Recife, v. I, n. 35, jan./jun. 2011, p. 125-140. Internet, http://www.ricardocosta.com/sites/default/files/pdfs/o_verdadeiro_amor.pdf,

acesso em 20/jan/2016. (NP).

17. Na história de Roma, há vários “Catos”. No entanto, Régine Pernoud certamente está se referindo a Cato, o Velho (Marcus Porcius Cato, 234-149 a. C.), autor de várias obras importantes, a mais conhecida, *De Agri Cultura* (c. 160 a. C.). Curiosamente, na Idade Média, outra obra lhe era atribuída, erroneamente: os *Dísticos de Catão* (Catonis Disticha, c. sécs. III-IV), coleção de provérbios morais em versos. Em contrapartida, outro Cato famoso, Cato, o Jovem (Marcus Porcius Cato Uticensis, 95-46 a. C.) foi “agraciado” por Dante (c. 1265-1321) como o guardião do monte do Purgatório (um dos dois pagãos salvos do Inferno — o outro é Estácio [c. 45-96], poeta romano). (NP).

18. O *Turnu* (Típcuoç, c. 360 a. C.) de Platão foi uma das obras mais lidas do filósofo na Idade Média, especialmente no século XII. Houve, inclusive, uma escola dedicada ao seu estudo, em Chartres. Para o tema, ver COSTA, Ricardo da. “A verdade é a medida eterna das coisas’: a divindade no Tratado da Obra dos Seis Dias, de Teodorico de Chartres (+c. 1155)”. In: ZIERER, Adriana (org.). *Uma viagem pela Idade Média: estudos interdisciplinares*. UFMA, 2010, p. 263-281. Internet, <http://www.ricardocosta.com/artigo/verdade-e-medida-eterna-das-coisas-divindade-no-tratado-da-obra-dos-seis-dias-de-teodorico-de>, acesso em 24/fev/2016. (NP).

19. Horácio (Quintus Horatius Flaccus, 65-8 a. C.), o maior poeta latino. Seus principais temas foram o elogio da vida reservada e o gozo da juventude (*carpem diem*). Autor de sermões e epístolas (em versos hexâmetros) e poesia jâmbica (Epodos). (NP).

20. Bernardo de Chartres (|1124) foi um filósofo neoplatônico ligado à catedral de Chartres na qualidade de chanceler (1114-1124). Juntamente com Teodorico de Chartres (fc.l 155), Guilherme de Conches (c. 1080-1154), Bernardo Silvestre (séc. XII) e João de Salisbury (c. 1120-1180), representam a Escola de Chartres, famosa em seu tempo por seus interesses naturalistas e na leitura do *Timeu* de Platão. Bernardo é conhecido por proferir uma famosa sentença a respeito dos autores clássicos: “Bernardo costumava dizer que nós somos como anões empoleirados nos ombros de gigantes. Podemos ver mais e mais pela agudeza de nossa visão ou pela altura de nossos corpos, mas porque somos erguidos pela magnitude dos gigantes” (João de Salisbury, *Metalogicon* III, 4). (NP).

21. Vitruvius (c. 80-15 a. C.) foi um arquiteto, escritor e engenheiro romano, autor da obra *Da Arquitetura* (c. 27-23 a. C.). (NP).

22. Recordemos aqui a história que nos conta Bertrand Gille, historiador de técnicas. Quando, em 1525-1526, o Senado de Veneza resolveu construir um tipo de embarcação adaptado à luta contra os piratas, rejeita os planos de um mestre artesão, para adotar, com entusiasmo, o projeto de uma quinquerre, imitação dos modelos antigos, apresentado por um humanista chamado Faustus. *Techniques et Civilisations*, 11, 1953, nº 5 e 6, p. 121. (NA) distante que eles, não pela agudeza de nossa visão ou pela altura de nossos corpos, mas porque somos erguidos pela magnitude dos gigantes” (João de Salisbury, *Metalogicon* III, 4). (NP).

23. Henrique II (1519-1559), monarca da casa de Valois e rei francês a partir de 1547. Tornou-se delfim quando da morte de seu irmão mais velho, Francisco II, duque da Bretanha, em 1536. Como rei, manteve as guerras italianas contra os Habsburgo e, como católico, tentou reprimir a Reforma Protestante. Faleceu em decorrência de uma ferida em um torneio. (NP)

24. A palavra deriva-se de *saltimbanco* (bateur): palhaço, exibidor de feira. As entradas do rei eram ocasiões de regozijos populares. (NA).

25. Na Igreja de Saint-Etienne-du-Mont, localizada na montanha de Santa Genoveva, em Paris, encontram-se os restos mortais de Santa Genoveva (423-512), patrona de Paris que, segundo a tradição, com apenas 28 anos incitou os parisienses a não abandonar a cidade diante do avanço dos hunos, com uma frase célebre “Que os homens fujam, se o desejam, se não são mais capazes de lutar. Nós, as mulheres, rogaremos tanto a Deus que Ele atenderá nossas súplicas”. (NP)

26. Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) foi ministro do rei Luís XIV (NP).

27. Molière (Jean-Baptiste Poquelin, 1622-1673) é considerado o pai da Comédie-Française, o teatro nacional da França, em Paris. (NP).

28. Marc-Antoine Laugier (1713-1769), abade e jesuíta, foi também um teórico da Arquitetura. (NP).

29. François Rabelais (c. 1494-1553) foi médico, escritor e humanista, autor de um conjunto de cinco novelas intitulado *A vida de Gargântua e Pantagruel*. (NP).

30. Político e romancista, André Malraux (1901-1976) foi um dos maiores representantes da cultura francesa de seu tempo. (NP).

31. Não alongaremos aqui nossa lista de referências: estas citações são extraídas de obras de historiadores de grande mérito, mas mais dotados de erudição do que de sensibilidade artística. (NA).

32. Policleto foi o maior escultor grego em bronze do século V a. C. (NP).

33. Diderot (1713-1784) foi filósofo, crítico de arte, escritor e editor-chefe da *Enciclopédia* (1751-1772), juntamente com d'Alembert (1717-1783). (NP).

34. Josef Strzygowski (1862-1941) foi um historiador da arte que ficou famoso por sua teoria de que a arte do Oriente Próximo influenciou a arte europeia (por exemplo, a influência da arquitetura armênia da Alta Idade Média na arquitetura medieval), em seu livro *A Arquitetura Armênia e a Europa*, de 1918. A obra citada por Pernoud, *Oriente ou Roma*, foi publicada em 1900. (NP).

35. Victor Hugo (1802-1885) foi poeta, dramaturgo e romancista, um dos grandes da literatura francesa. (NP).

36. Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) foi arquiteto, arqueólogo e escritor, famoso por suas “restaurações interpretativas” de construções medievais que o tornaram um importante arquiteto do “renascimento gótico” do século XIX. (NP).

37. Oscar-Claude Monet (1840-1926), um dos criadores do Impressionismo na pintura. (NP).

38. Paul Cézanne (1839-1906), pintor cujas obras forneceram os alicerces para a arte do séc. XX. (NP).

39. Nicolas Poussin (1594-1665) foi um dos maiores artistas do classicismo do século XVII. Suas obras estão alicerçadas nos conceitos clássicos de ordem, lógica e clareza. (NP).

40. Jean-Baptiste Greuze (1725-1805) foi um pintor de retratos, cenas de gênero (representações da vida cotidiana) e pinturas históricas. (NP).

41. Henri-Émile-Benoit Matisse (1869-1954), juntamente com Picasso (1881-1973) e Marcel Duchamp (1887-1968), definiu a revolução nas artes plásticas ocorrida no século XX, especialmente na escultura e na pintura. (NP).

42. A *Habitação Loyer Modéré* (Habitação de Baixa Renda) é uma residência administrada por um órgão de habitação de baixa renda, público ou privado, que tem financiamento público parcial, direto (concessão) ou indireto (empréstimos, isenções fiscais etc.). (NP).

43. Frank Lloyd Wright (1867-1959) foi um arquiteto norte-americano precursor da arquitetura orgânica e iniciador do movimento residencial *Prairie School*. (NP).

44. Charles-Edouard Jeanneret-Gris (1887-1965), conhecido como Le Corbusier, arquiteto e teórico, engenheiro, desenhista e pintor suíço naturalizado francês. É considerado um dos maiores representantes da arquitetura moderna. (NP).

45. Louis Adolphe Thiers (1797-1877), historiador e político francês (primeiro-ministro e presidente provisório). Escreveu uma *História da Revolução Francesa* (10 vols., 1839) e uma *História do Consulado e do Império: seguindo a Revolução Francesa* (20 vols., 1845-1862). (NP).

46. Chaim Soutine (Jaím Solomónovich Sutín, 1893-1943), pintor expressionista russo pertencente à Escola de Paris (grupo de artistas que trabalharam na capital francesa no período entre guerras [1915-1940] vinculados a distintos estilos artísticos —pós-impressionismo, expressionismo e surrealismo). (NP).

47. Paul Gauguin (1848-1903) foi um pintor pós-impressionista muito influente junto aos vanguardistas franceses. (NP).

48. Amedeo Clemente Modigliani (1884-1920), pintor e escultor italiano também pertencente à Escola de Paris. (NP).

49. Vincent Willem Van Gogh (1853-1890), pintor neerlandês, foi um dos principais expoentes

do pós-impressionismo. (NP).

50. Uma igreja gótica, em Senlis, foi vendida ao preço de treze milhões de francos antigos; quantos quadros ultrapassaram este valor, na mesma época! (NA).

51. Contentar-nos-emos em remeter o leitor à obra de André Leroi-Gourhan, dentre outras a *Préhistoire de l'art Occidental*, Paris, Mazenod, 1965. (NA).

52. John Ruskin (1819-1900), escritor, poeta, desenhista, é mais lembrado por seu trabalho como crítico de arte, muito influente na era vitoriana (1837-1901). Seu pensamento, vinculado ao Romantismo, enfatizava a sensibilidade e se opunha ao Classicismo. Admirava a Idade Média. Foi patrono da Irmandade Pré-rafaelita. A obra em que desenvolve sua visão sobre o Gótico é *As Pedras de Veneza* (1851-1853). (NP). O Anglo-indiano, Ananda Kentish Coomaraswamy (1877-1947) foi um especialista em arte oriental e no estudo comparativo das religiões. Juntamente com Frithjof Schuon (1907-1998) e René Guénon (1886-1951), é um dos maiores representantes da Filosofia Perene. (NP).

53. Em seu estudo muito sugestivo, intitulado *Why Exhibit Works of Art*, Londres, Luzac, 1943. A. K. Coomaraswamy, conservador da seção medieval do Museu de Boston, Mass, exerceu, por seus escritos, uma certa influência sobre os pintores de nosso tempo, Albert Geies em particular. Este, sabe-se, descobria com entusiasmo a arte românica, em um tempo em que se afirmava ainda que um homem de gosto desprezaria este tipo de arte. (NA)

O Anglo-indiano, Ananda Kentish Coomaraswamy (1877-1947) foi um especialista em arte oriental e no estudo comparativo das religiões. Juntamente com Frithjof Schuon (1907- 1998) e René Guénon (1886-1951), é um dos maiores representantes da Filosofia Perene. (NP)

54. Pode ler-se, com proveito, a esse respeito, a obra de J. Baltmsaitis, *La Stylistique ornementale dans la sculpture romane*, Paris, E. Le-roux, 1931, e, também, as obras do genial H. Focillon, principalmente *Art d'Occident*, Paris, A. Colin, 1938. (NP)

55. *Sources et Clés de l'art roman*, de R. Pernoud, M. Pernoud e MM. Davy, Paris, Berg International, 1974. (NA)

56. Ver Bruyne (Edgar de), *Etudes d'esthétique médiévale*, Bruges, De Tempel, 1946, 3 vol. Rijk- suniversiteit te Gent, Werken uitgegeven door de Faculteit van de Wijsbegeerte en Letteren — 97-99 Aflevering. (NA)

57. Jean Bourdichon (c. 1457-1521) foi pintor e iluminador da corte francesa. É mais conhecido por ter sido o iluminador da obra *ZU Grandes Horas de Ana da Bretanha* (1503-1508). (NP)

58. Jean (ou Jehan) Fouquet (1420-1481) é um dos maiores pintores do Primeiro Renascimento e o renovador da pintura francesa do século XV. Formado na tradição francesa do gótico internacional, desenvolveu um estilo próprio ao incorporar as fortes tonalidades cromáticas do gótico com a perspectiva e as inovações naturalistas dos pintores flamengos primitivos. (NP)

3. Rudes e Ignaros

1. Os séculos de Péricles (c. 495-429 a. C.) e de Augusto (63 a. C. - 14 d. C.) são tradicionalmente considerados, respectivamente, o auge da Grécia e de Roma. (NP)

2. Pierre Corneille (1606-1684) foi um dramaturgo e poeta francês do séc. XVII. (NP)

3. Jean Baptiste Racine (1639-1699), dramaturgo e poeta francês, um dos maiores autores de tragédias do período clássico francês. (NP)

4. Arcádia, província da antiga Grécia, metamorfoseou-se, na mão de artistas e poetas renascentistas e românticos, em um lugar imaginário em que reinava a felicidade, em um ambiente idílico de pastores que, em perfeita comunhão com a natureza, viviam à maneira da Idade do Ouro, sem o orgulho e a avareza que corromperam outras regiões. (NP).

5. Que não me venham objetar com alguns trechos de história ou de literatura medievais escolhidos aqui e ali: isso não seria sério. (NA).

6. Heloísa (c. 1090-1164) e Abelardo (1079-1142) protagonizaram o mais famoso caso de amor

na Idade Média. (NP).

7. Lucano [Marcus Annaeus Lucanus, 39-65], poeta, foi autor da obra Farsália (Bellum cioile), poema narrativo que narra a guerra civil entre César (Gaius Iulius Caesar, 100-44 a. C.) e Pompeu (Cnaeus Pompeius Magnus, 106-48 a. C.). (NP).

8. Chrétien de Troyes (séc. XII) foi um poeta e trovador do século XII, autor de obras pertencentes ao chamado Ciclo Arturiano. É considerado um dos maiores escritores medievais. (NP).

9. Outra história (1976): uma tradutora, querendo se referir à obra de André Le Chapelain, teórico do amor cortês que viveu na corte de Eleonor de Aquitânia e de sua filha, Maria de Champagne, no século XII, dirigiu-se, ingenuamente, a um bibliotecário da Biblioteca Nacional; este indicou-lhe... o incunábulo de André Le Chapelain — obra raríssima no século XV em letra gótica — ignorando que este autor foi duas vezes publicado, em 1892 e em 1941; é verdade que seu primeiro editor era dinamarquês, e o segundo, americano... (NA)

10. Bertrand de Born (1140-1215), barão do Limosino (Limousin, província do centro-sul da França), foi um dos maiores trovadores occitanos de seu tempo. (NP).

11. Boileau (Nicolas Boileau-Despréaux, 1636-1711) foi um poeta e ensaísta francês - Pernoud aqui nos informa que ele é considerado “o primeiro”. Autor das Sátiras (1660), também se dedicou ao sublime (Tratado sobre o sublime, 1674; Reflexões críticas sobre Longino, 1694). (NP).

12. Reto Raduolf Bezzola (1898-1983) foi um romanista suíço que estudou temas de literatura medieval e retoromânico (friuliano, ladino, romanche, línguas faladas na Suíça e norte da Itália). (NP).

13. Paris, Ed. Champion. (NA)

14. São Venâncio Fortunato (Venantius Honorius Clementianus Fortunatus, c. 530-609) foi abade e poeta, autor de hinos, elegias, biografias, poemas e laudes. (NP).

15. Além de fundadora da abadia de Santa-Cruz de Poitiers, Radegunda de Poitiers (Radegundis, c. 520-587) foi rainha dos francos (esposa de Clotário I, c. 498-561). (NP).

16. Agnes foi filha espiritual de Radegunda, rainha dos francos. Segundo uma carta que Gregório de Tours (Georgius Florentius Gregorius, 539-594) cita em sua História dos francos (9, 42), Radegunda disse que ela cuidou de Agnes como se ela fosse sua filha, desde a infância; a amava, nomeou-a (com a concordância do convento) abadessa do mosteiro que ela tinha fundado e, em seguida, apresentou-se em obediência regular a ela. Sabemos pouco sobre Agnes, mas ela foi, aparentemente, uma aristocrata (domna), suficientemente educada para trocar poemas latinos com Fortunato. (NP).

17. Para Gregório Magno e o canto gregoriano, ver COSTA, Ricardo da. “Música e erudição: as chaves para a compreensão histórica”. In: Trivium - Estudos interdisciplinares, Ano VII, Edição II, 2º Semestre de 2015. Internet, <http://www.ricardocosta.com/artigo/musica-e-erudi-cao-chaves-para-compreensao-historica>, acesso em 20/jan/2016. (NP).

18. Guido de Arezzo (c. 991-1034) foi um teórico da música italiana. É considerado o inventor da notação musical moderna, que substituiu a notação de neumas. Seu Micrologus foi o segundo tratado sobre música mais amplamente difundido na Idade Média (depois dos escritos de Boécio [c. 480-524]). (NP)

19. Virgile le Grammairien (Virgilius Maro Grammaticus, séc. VII) é autor de dois textos gramaticais: Epitomae e Epistolae. (NP)

20. Isidoro de Sevilha (c. 560-636), autor de uma das obras mais influentes durante a Idade Média, as Etimologias. (NP)

21. Adelmo (Ealdhelm, c. 639-709), abade de Malmesbury, bispo de Sherborne, poeta e estudioso da Literatura anglo-saxônica. (NP)

22. Beda, o Venerável (c. 672-735) foi monge de São Pedro de Monkwearmouth e seu mosteiro associado, São Paulo, ambos do Reino de Nortúmbria. É conhecido como estudioso e escritor. Sua obra mais famosa é a Historia ecclesiastica gentis Anglorum (A História Eclesiástica das Gentes da Inglaterra). (NP)

23. Recomendamos aqui os três volumes de *Esthétique médiévale*, obra já citada, de E. de Bruyne. (NA)

24. *Education et Culture dans l'Ocident barbare*, Paris, Ed. du Seuil, 1962. (NA)

Pierre Riché (1921-) é medievalista, especialista na Alta Idade Média, especialmente o ano mil. (NP)

25. Consultar os trabalhos de Jacques Fontaine, principalmente *Isidore de Séville et la Culture classique dans l'Espagne wisigothique*, Bordeaux, Féret, 1959. (NA)

26. Avicena (c. 980-1037) foi um polímata muçulmano persa. É considerado um dos maiores pensadores da Idade de Ouro do Islã (sécs. VUI-XIII). Escreveu tratados de Medicina, Filosofia, Astronomia, Geografia, Teologia, Matemática, Física e Poesia. (NP)

27. Averróis (1126-1198), outro polímata muçulmano, nascido na Andaluzia. Escreveu sobre Filosofia aristotélica, Lógica, Teologia, Astronomia, Medicina, Direito. Foi muito influente quando da “redescoberta” de Aristóteles pela Europa no século XIII. Na verdade, os estudantes medievais conheceram um Aristóteles sob o prisma de Averróis (Aristóteles averroizante), movimento que ficou conhecido como averroísmo. A Europa cognominou-o O comentador (de Aristóteles). (NP)

28. Jacques Fontaine (1922-2015), medievalista francês. (NP)

29. Carlos Magno (c. 742-814), rei dos francos (e da Itália a partir de 774). Uniu a maior parte da Europa Ocidental. A partir de 800 tornou-se o primeiro imperador romano reconhecido na Europa Ocidental desde a queda do Império Romano do Ocidente, em 476. (NP)

30. *Les Origines et la Formation de la tradition courtoise* (As Origens e a Formação da Tradição Palaciana), op. cit., t. 1, p. 91. (NA)

31. Angilberto (c. 760-814) foi um poeta (nobre) que, como genro de Carlos Magno, trabalhou como diplomata e secretário. (NP)

32. Teodulfo de Orleães (Theodulfus Aurelianensis, c. 750-821). (NP)

33. Alcuíno de York (c. 735-804), monge anglo-saxão, foi um erudito poeta e professor em York, na Nortúmbria. A convite de Carlos Magno, passou a lecionar na corte carolíngia. Escreveu tratados teológicos, obras de Gramática e uma série de poemas. É considerado um dos mais importantes arquitetos do Renascimento carolíngio (sécs. VIII-IX). (NP)

34. Ovídio (Publius Ovidius Naso, 43 a. C - 17 d. C.) foi um poeta romano. Contemporâneo de Virgílio (Publius Vergilius Maro, 70-19 a. C.) e Horácio (Quintus Horatius Flaccus, 65-8 a. C.). São os três poetas canônicos da Literatura latina. (NP)

35. Na Poesia, um dístico é um par de linhas métricas. Geralmente são duas linhas que rimam e têm a mesma métrica. (NP)

36. Wibode (Wibod), um personagem da corte carolíngia menos conhecido. Há uma irônica referência a ele em um poema de Teodulfo de Orleães (“Talvez o herói de grandes membros, Wibod, ouça esses versos / quando agitará sua cabeça peluda três ou quatro vezes. / E, olhando com um olhar severo, / serei ameaçado por sua expressão e exclamação. / Ele enterrará minha ausência com suas ameaças. / Se, por acaso, for convocado pela graciosa bondade do rei, / irá adiante, hesitante e com os joelhos tremendo. / Seu estômago inchado irá à frente de seu peito. / Seus pés, como Vulcano; sua voz, como Juno”). In. Theodulf, *carm. 25* (Ad Carolum Regutri), MGH *Poetae I*, 483-9, at. 488, linhas 205-212. (NP)

37. Personagem do poema épico *Canção de Rolando* (c. 1040-1115). Protótipo do herói, sobrinho de Carlos Magno, tem longos cabelos loiros, cavanhaque, é corajoso, forte, orgulhoso e imprudentemente indisciplinado. (NP)

38. No poema, Olivier é amigo de Rolando. Representa a Sabedoria. (NP)

39. A história da *Canção de Rolando* narra, de modo epopeico (mais de 4.000 linhas de poesia), a batalha de Roncesvales (778), na qual uma força basca emboscou a retaguarda do exército de Carlos Magno em Roncesvales, passagem montanhosa nos Pireneus, quando este retornava de uma invasão à Península Ibérica. O ataque basco foi uma retaliação: Carlos Magno havia atacado Pamplona, sua capital. A retaguarda estava composta de nobres francos que, após terem as linhas

cortadas, mantiveram-se firmes até serem exterminados. (NP)

40. Eginhardo (770-840) foi conselheiro e diplomata de Carlos Magno. O imperador encarregou-o de construir a catedral de Aix-la-Chapelle e os palácios de Aix-la-Chapelle e Ingelheim. Durante o reinado de Luís, o Pio (778-840), manteve sua posição de confiança, e provou ser um fiel conselheiro do filho de Luís, Lotário (818-855). O mais importante de trabalhos de Einhard é o *Vita Caroli Magni*, a melhor biografia do período, escrita de forma a copiar o estilo de Suetônio (particularmente sua *Vita Augusta*). (NP)

41. Recordemos a Batalha de Mantzikert, que entrega totalmente a Ásia Menor aos turcos seldjúcidas. (NA)

42. Em seu estudo denominado “De Roland a Raoul de Cambrai”, publicado em *Mélanges de philologie romane et de littérature médiévale offerts à Ernest Hoepffner* (Antologia de Filosofia Românica e de Literatura Medieval Oferecidas a Ernest Hoepffner), Paris, Les Belles Lettres, 1949. (NA)

43. Baudri de Borgueil (c. 1045-1130) foi um cronista e prelado. Autor da biografia de Roberto d’Arbrissel (1047-1117), fundador da Ordem de Fontevraud (desaparecida com a Revolução Francesa). (NP)

44. Arcediago e mestre de escola, Marbódio de Rennes (c. 1035-1123) foi um reconhecido poeta, hagiógrafo e compositor de hinos. (NP)

45. Guilherme da Aquitânia (1071-1126), duque da Aquitânia e conde de Poitiers, foi um dos primeiros trovadores da língua provençal. Traduzi alguns de seus poemas para o português (disponíveis em www.ricardocosta.com/textos). (NP)

46. Bernard de Ventadour (c. 1125-1200) é um dos mais célebres trovadores occitano da Idade Média. (NP)

47. Jaufre Rudel (c. 1113-1170), senhor de Blaia (em Bordéus), foi um trovador occitano. (NP)

48. *Les Troubadours* (Os Trovadores), Paris, Desclée de Brouwer, col. “Bibliothèque européenne”, 2 vols., 1960.66. Cf. as introduções do t. I, p. 9, e do t. II, p. 22. (NA)

René Nelli (1906-1982) foi poeta, ensaísta e historiador. Especialista na cultura occitana medieval. (NP)

49. O clérigo galês Geoffrey de Monmouth (c. 1100-1155) foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da historiografia britânica e da popularidade dos contos do rei Arthur. É mais conhecido por sua crônica *Historia Regum Britanniae* (“História dos Reis de Bretanha”), muito popular em sua época. (NP)

50. Há magnífica tradução do Padre Magne. (NT)

A Demanda do Santo Graal (*The Quest dei Saint Graat*) é um romance em prosa pertencente ao ciclo Lancelot-Oraal e composta nos anos 1225-1230 por um autor anônimo. (NP)

51. E, lá mesmo onde ela não é explicitamente constituída, o exemplo do monopólio que lhe é conferido determina a procura de monopólios semelhantes. (NA)

52. Gustave Cohen (1879-1958) foi um medievalista francês com importantes publicações sobre a cultura medieval, especialmente o Teatro. (NP)

4. Torpor e Barbárie

1. François Mane Arthur Louis Ganshof (1895-1980) foi um medievalista belga especialista na História do Direito. Uma de suas obras mais conhecidas no Brasil é *Que é feudalismo?*, de 1944, resultado de mais de vinte anos de estudo sobre o tema. (NP)

2. Lucien Febvre (1878-1956), historiador, um dos fundadores da Escola dos Annaks. (NP)

3. Encontrei, uma vez, esta pérola, em um estudo feito por um professor de História: “Na Idade Média, as leis são chamadas costumes”. E passa-se a nada compreender da época. Quando não se estabelece a diferença entre a Lei, vinda de um poder central, e por natureza fixa e definida, e o

costume, conjunto de usos nascidos da região e em frequente evolução. (NA)

4. Mais tarde, nos tempos clássicos, o termo corte será reservado aos mais próximos do monarca. E picante pensar que ele dará origem, também, às palavras cortesão, cortesã — uma e outra distanciadas de toda cortesia. Uma etimologia, duas civilizações. (NA)

5. Maximilien de Béthune, duque de Sully (1559-1641). (NP), foi Marechal da França, príncipe soberano de Henrichemont e Boisbelle, barão e depois marquês de Rosny, Marquês de Nogent-le-Rotrou, Conde de Muret e Villebon, Visconde de Meaux. Protestante, companheiro de armas e um dos principais assessores do rei Henrique IV de França (1553- 1610). (NP)

6. E preciso meditar um pouco sobre uma comédia como Monsier de Pourceaugnac, para compreender com que “desprezo” a “província” (interior) é, desde então, encarada por este atento servidor da Corte que se chamava Molière. (NA)

7. Era, lembremo-nos, a de Maurras e da Action française (Ação francesa). (NA)

8. A noção de rei legítimo, ligada juridicamente ao costume de transmissão de pai para filho, pode ser importante para os povos do passado; não ofende a ninguém constatar que ela não importa mais hoje em dia, isto há já muito tempo. (NA)

9 Pernoud aqui usa dois paradigmas antagônicos, o do rei absolutista, Luís XIV (1638- 1715) e o do rei medieval, São Luís (Luís IX, 1214-1270). (NP)

10. Luís VII, o Jovem (1120-1180), rei capetíngio que participou da Segunda Cruzada (1144-1148). (NP)

11. Raimundo V (1134-1194), conde de Toulouse. Dentre muitas batalhas, lutou em 1159 contra a coalizão de Henrique II da Inglaterra (1133-1189), o conde de Barcelona e o senhor Guilherme VI de Montpellier (1102-1162): quando Toulouse foi atacada, recebeu a ajuda de Luís VII, o Jovem. (NP)

12. Henrique Plantageneta, vassalo do rei de França por seus feudos continentais (praticamente do oeste do país da Normandia à Gasconha), era também, desde a data de 1154, rei da Inglaterra. (NA)

Henrique II (1133-1189), Plantageneta, foi um dos monarcas mais poderosos da Idade Média: conde de Anjou, de Maine e de Nantes, duque da Normandia e da Aquitânia, lorde da Irlanda; também chegou a exercer controle sobre Gales, a Escócia e a Bretanha. (NP)

13. Filipe, o Belo (Filipe IV da França e I de Navarra, 1268-1314). E por muitos considerado um divisor de águas entre a Idade Média e a Modernidade - do ponto de vista das relações de poder entre a monarquia e o papado. (NP)

14. Carlos VII, o Vitorioso (1403-1461), famoso por ser “o rei” de Joana D’Arc (c. 1412- 1431). (NP)

15. Luís XI, o Prudente (1423-1483), rei de França que levou a cabo uma forte política de afirmação da monarquia frente aos direitos dos senhores feudais e da Igreja. (NP)

16. Francisco I, pai e restaurador das Letras (1494-1547), monarca-símbolo do Renascimento francês. (NP)

17. Leão X (1475-1521), o último papa a ver a Europa inteiramente católica. É mais lembrado pela concessão de indulgências aos que doaram bens para a reconstrução da Basílica de São Pedro, prática desafiada por Lutero (1483-1546) em suas 95 teses. A explicação de Pernoud nessa passagem é fundamental para se entender a mudança definitiva de perspectiva monárquica do mundo medieval para o moderno. (NP)

18. Albert Soboul (1914-1982), historiador francês especialista na Revolução Francesa. Não posso deixar de comentar: a generosidade da autora aqui é marcante. Soboul nunca a citaria (pertenceu ao Partido Comunista Francês, de 1939 até sua morte). (NP)

19 Aujourd’hui l’histoire, Paris: Ed. Sociales, 1974, p. 271. (NA)

20. Richelieu (Armand Jean du Plessis, 1585-1642), cardeal-duque de Richelieu, duque de Fronsac e par da França (dignidade da época), foi uma das personalidades de seu tempo: cardeal, nobre e influente estadista francês no cenário europeu. (NP)

21. Vauban (Sébastien Le Prestre, senhor de Vauban e posteriormente marquês de Vauban, 1633-1707). Marechal da França e principal engenheiro militar de sua época. Aconselhou, com sucesso, o rei Luís XIV a consolidar suas fronteiras. (NP)

22. Nesta passagem a respeito dos camponeses medievais, Pernoud se distingue claramente dos historiadores de esquerda, que afirmam exatamente o contrário. Sua posição interpretativa está bem conforme a de Jacques Heers (1924-2013), que diz praticamente o mesmo. (NP)

23. Registros em que são computados esses antigos direitos; sempre se é surpreendido em constatar o grande número de “censores” (impostos do censo, isto é, impostos que oneravam uma terra) datando dos séculos XVII e XVIII, nos arquivos públicos e privados. (NA)

24. Substituídas por uma taxa periódica (geralmente anual). (NA)

25. O Grande Terror de 1789 a que se refere Pernoud é chamado pelos especialistas da Revolução Francesa de “O Grande Medo” (Grande Peur, 20 de julho a 06 de agosto de 1789), quando os camponeses franceses atacaram castelos, casas e igrejas para, além de saquear, destruir os chamados “livros terriers”, registros das obrigações, dívidas e impostos dos camponeses para com seus senhores. Hoje a historiografia reconhece que o levante anti-aristocrático não foi generalizado, e que boa parte da revolta se dirigia a pessoas específicas. (NP)

26. Citemos, entre tantos outros, um historiador soviético que vê em Pedro Abelardo “um campeão da independência das cidades”, comparando-o a um São Bernardo, que seria um “defensor da feudal idade”...! Terá sorte quem encontrar nos escritos de Abelardo a menor alusão a uma preocupação qualquer referente à independência das cidades, como também nos de São Bernardo, a menor referência à “feudal idade”. Um e outro originários da pequena nobreza rural (o que lhes importava bem pouco, pois desde a juventude haviam, cada um por seu lado, renunciado a seus direitos), tinham em comum o que constituiu seu interesse durante toda sua existência: a Cidade Celeste, o reino de Deus — embora os caminhos que escolheram para atingi-los tenham sido muito diferentes.

De resto, basta recordar aqui as controvérsias famosas a respeito de Mendel e de Lyssenko, para constatar que a Ciência — e a História é uma ciência — não se acomodaria a sistemas preestabelecidos. (NA)

27. As decisões tomadas pela Igreja Católica no Concílio Vaticano 7/(1962-1965) alteraram profundamente suas relações com o mundo. Ela tentou se adequar às mudanças do século, e ainda sofre as consequências disso em 2016. (NP)

28. Marx (1818-1883), Nietzsche (1844-1900) e Freud (1856-1939) ainda são, hoje, a tríade mais influente nas Ciências Humanas no Brasil — talvez possa ser acrescentado o nome de Heidegger (1889-1976). Uma excelente crítica (e contexto histórico) encontra-se na obra Tempos Modernos, de Paul Johnson (1928-). (NP)

5. Rãs e homens

1. Sêneca (Lucius Annaeus Seneca, 4 a. C. - 65 d. C.), político e filósofo estoico romano. Muito estimado na Idade Média e no Renascimento. Suas cartas, do ponto de vista filosófico, prenunciam o cristianismo - como é o caso dessa, citada por Pernoud (NP)

2. Bossuet (Jacques Bénigne Bossuet, 1627-1704), bispo, teólogo e um dos maiores oradores franceses. Advogou o absolutismo e o direito divino dos reis. Na Assembleia do Clero Francês (1682) defendeu a doutrina do predomínio real sobre a Igreja Católica (galicanismo). (NP)

3. Tão menos aceitável quanto alguns traços — extremamente raros, é verdade — de vendas e compras de escravos que subsistem no Oriente Próximo muçulmano, dos quais encontramos eco, por exemplo, nas minutas dos notários marseheses em pleno século XIII. Prova incontestável de que os comerciantes meridionais, em contato com os países bárbaros, não se negaram a participar de um comércio expressamente proibido pela Igreja e condenado pelos costumes da época. Mas é no fim do século XIX e começo do século XX, na mesma proporção e nas mesmas condições, o comércio de

escravos se fazia, sempre, em Marselha, onde era praticado por alguns armadores pouco escrupulosos, sem respeito pelas leis civis e bem depois da proibição geral da escravidão. (NA)

4. Salviano de Marselha (Salvianus massiliensis), escritor cristão do séc. V Sua obra mais importante é o *De gubernatione Dei* {Do governo de Deus, de 439}, que descreve a vida na Gália de seu tempo e discute um importante tema: porque tantas desgraças se abateram sobre o Império Romano? (NP)

5. J. Boussard em “La vie en Anjou du IX au X siècle”, *Le Moyen Age*, t. LVT, 1950, ps. 29-68. (NA). Jacques Boussard (Jean Jacques Boussard, 1528-1602), poeta, filólogo, latinista antiquário. Publicou várias obras sobre monumentos e inscrições clássicas. (NP)

6. *Histoire de la bourgeoisie en France*, t. II, Paris: Ed. du Seuil, 1962. ps. 588-589. (NA)

7. A casa dos Rochefoucault é uma das mais antigas famílias da nobreza da França. Remonta aos senhores de La Roche (atual Departamento de Charente, região da Aquitânia-Limousin-Poitou-Charentes) no séc. XI, fato ilustrado pelas Reflexões ou Sentenças e Máximas Morais (1664) de François de La Rochefoucault (1613-1680). (NP). 8. Estes tinham, como alguns outros senhores antigos, deixado sobreviver o direito de uso que os camponeses haviam sempre exercido até a Revolução. (NA)

9. Suger de Saint-Denis (1081-1151), além de ter sido regente do reino na ausência de Luís VI, o Gordo (1081-1157) — e diplomata e conselheiro, é considerado um dos criadores (inovadores) do estilo gótico, devido às inovações arquitetônicas feitas na Basílica de Saint-Denis. Ver COSTA, Ricardo da, NEVES, Tainah Moreira. “A contemplação anagógica na Abadia de Saint-Denis (sec. XII)”. In: SANTOS, Bento Silva. *Mirabilia* 20 (2015/1) —Arte, Crítica e Mística. Art, Criticism and Mystique. Jan-jun 2015, p. 28-43. Internet, <http://www.ricardocosta.com/artigo/contemplacao-anagogica-na-abadia-de-saint-denis-sec-xii>. Acesso em 21 / jan/2016. (NP).

10. Bartolomeu de las Casas (1474-1566), dominicano, teólogo, bispo de Chiapas (México), cronista, jurista. Autor da *Brevísima relación de la destrucción de las índias* (1554), obra em que relata as injustiças cometidas pelos espanhóis na América. (NP)

11. Francisco de Vitória (1492-1546), dominicano, tomista, catedrático da Escola de Salamanca. Destacou-se no âmbito do Direito Internacional e da Economia moral. (NP)

12. Ver a obra de M. Mahn-Lot, *La Découverte de l'Amérique*, Paris, Flammarion, col. “Questions d’histoire”, 1970, n° 18, principalmente ps. 83 s. Ler-se-á com proveito os textos traduzidos e apresentados pelo mesmo autor: B. de las Casas, *L’Evangile et La Force*, Paris, Ed. du Cerf, 1964. (NA)

13. Não deixa de ser triste a citação escravocrata ao Brasil no final deste capítulo. (NP)

6. A Mulher sem Alma

1. Leonor da Aquitânia (Aliénor d’Aquitaine, c. 1122-1204), duquesa da Aquitânia (neta de Guilherme IX), foi uma protagonista das relações entre os reinos da França e da Inglaterra, pois se casou, sucessivamente, com Luís VII, o Jovem (1120-1180) e Henrique II (1133-1189).

Portanto, foi rainha da França e depois rainha da Inglaterra. Em sua corte na Aquitânia, promoveu os trovadores da língua d’oc (occitana). (NP).

2. *Histoire de la bourgeoisie*, op. cit, t. II, ps. 30-31. (NA).

3. Margarida de Provença (Marguerite de Provence, 1221-1295), rainha da França, esposa de São Luís (Luís IX, 1214-1270). (NP)

4. Maria de Médici (Maria de’ Medici, 1575-1642), rainha-consorte, regente, e rainha-mãe da França. Seu mecenato ajudou a desenvolver as artes. (NP)

5. Maria Teresa da Áustria (Maria Teresa de Austria y Borbón, 1638-1683), rainha-consorte da França. (NP)

6. Maria Leszczyńska (Maria Karolina Zofia Felicja Leszczyńska h. Wieniawa, 1703-1768), princesa da Polônia e rainha-consorte da França e de Navarra (1725-1768). (NP)

7. Maria Antonieta (Maria Antonia Josepha Johanna von Habsburg-Lothringen, 1755- 1793), arquiduquesa da Áustria e rainha da França e de Navarra. Guilhotinada na Revolução Francesa. (NP)
8. Madame du Barry (Jeanne Bécu, 1743-1793), maitresse-m-titre de Luís XV (1710-1774) — título oficial que se traduz como “amante-em-chefe” (amante das amantes). Guilhotinada na Revolução Francesa. (NP)
9. Branca de Castela (Blanca de Castilla, 1188-1252), infanta de Castela, rainha-consorte da França e regente durante a menoridade de seu filho, Luís IX (1214-1270). (NP)
10. Paradoxalmente, os países germânicos foram modelados pelo direito romano, enquanto que na França, embora desagrade aos que continuam presos ao mito de “raça latina”, os costumes eram formados por hábitos que acreditamos “germânicos” e que deveríamos antes chamar “célticos”. (NA)
11. Charles Dumoulin (1500-1566), jurisconsulto francês. (NP)
12. “A legislação muçulmana proíbe à mulher o que ela reivindica atualmente, e que chama de seus direitos, o que não constitui senão uma agressão contra os direitos que foram conferidos apenas aos homens.” Assim se exprimia, em 1952, em uma publicação intitulada *Al Misri*, o Xequê Hasanam Makhluf (ver *La Documentation française*, nº 2.418, 31 de maio de 1952, p. 4). (NA)
13. Santa Inês de Roma (c. 291-304) foi uma virgem nobre e romana martirizada durante a perseguição de Diocleciano (c. 244-311). Antes foi condenada a viver em um prostíbulo, quando permaneceu virgem. Foi posteriormente decapitada. E padroeira da castidade e dos jardineiros. (NP)
14. Santa Cecília, igualmente, foi uma nobre romana martirizada entre os anos 180 e 230, durante o império de Marco Aurélio (121-180). Padroeira dos músicos. (NP)
15. Santa Ágata da Catânia, virgem e mártir do séc. III (tortura com alicates nos seios e depois em brasas, na grelha). Padroeira das enfermeiras. (NP)
16. Santa Blandina, virgem e mártir do séc. II, durante a perseguição de Marco Aurélio (121-180) ~ como permanecia na fé cristã, foi assada na grelha, jogada a um touro e depois degolada. (NP)
17. Santa Genoveva (423-C.512), virgem francesa, patrona de Paris. Pastora de Nanterre é como é conhecida. (NP)
18. Pastora de Nanterre é como é conhecida Santa Genoveva.
19. Rosvita de Gandersheim (Hrotsvitha Gandeshemensis, c. 935-973), cônega beneditina e escritora alemã do séc. X. E considerada o primeiro personagem, desde a Antiguidade Tardia, a compor peças teatrais. (NP)
20. Herrada de Landsberg (Herrad von Hohenburg, também Herradis Landsbergensis, 1130-1195), monja alsaciana e abadessa de Hohenburg, autora de uma enciclopédia pictórica intitulada *Hortus deliciarum* (O Jardim das Delícias). (NP)
21. Gertrude, a Grande (Gertrudes de Helfta, 1256 - c. 1302), beneditina, mística e teóloga germânica. Escreveu numerosas obras, mas só duas chegaram até nós: o *Arauto do Amor Divino* (no original, *Legatus Memorialis Abundantiae Divinae Pietatis*) e os *Exercícios Espirituais* (*Preces Gertrudianae*). (NP)
22. São Jerônimo (Eusebius Sophronius Hieronymus, c. 347-420), padre, teólogo e historiador. Estimado por ter traduzido a Bíblia para o latim (Vulgata) e ter escrito comentários aos Evangelhos. (NP)
23. Pedro, o Venerável (Pedro de Montboissier, 1092-1156) foi abade de Cluny. Visitou a Espanha para organizar um projeto de traduções de obras árabes e assim conhecer melhor (e criticar) o Islã, que considerava uma heresia. É também conhecido por ter acolhido Pedro Abelardo em Cluny (e ter escrito uma bela carta a Heloísa). (NP)
24. Roberto d’Arbrissel (1047-1117), fundador da Ordem de Fontevraud (desaparecida com a Revolução Francesa). (NP)
25. Houve daí em diante numerosas ordens duplas na época, principalmente nos países anglo-saxões e na Espanha. (NA)
26. Petronila de Chemillé, a Venerável (f 1149) foi a primeira abadessa do mosteiro de Fontevraud. (NP)

27. Joana D'Arc (c. 1412-1431) foi uma líder militar francesa na “Guerra Lancaster” ([1415-1453], terceira fase da Guerra dos Cem Anos [1337-1453]). Afirmou ter recebido visões de São Miguel Arcanjo, Santa Margarida e Santa Catarina, que a instruíram a apoiar Carlos VII (1403-1461) para reconquistar a França, sob o domínio inglês. Sitiou (e reconquistou) Orleães e, após algumas vitórias, ajudou a coroar Carlos VII (1429). Capturada em Compiègne (1430) por uma facção franco-borgonhesa (aliada dos ingleses), foi julgada como feiticeira e queimada (1431). Em 1456, um tribunal inquisitorial da Igreja Católica analisou o processo e considerou-a inocente. Em 1803, Napoleão declarou-a símbolo nacional. Beatificada em 1909 e canonizada em 1920. É uma dos nove santos secundários da França, com São Miguel Arcanjo, Santa Petronila (séc. I), São Dinis (séc. III), São Martinho de Tours (c. 316-397), São Remígio de Reims (c. 437-533), Santa Radegunda (c. 520-587), São Luís IX (1214-1270) e Santa Teresa de Lisieux (1873-1897). (NP)

28. Bonifácio VIII (Benedetto Gaetani, c. 1235-1303), papa que organizou o primeiro Jubileu católico (1300). Declarou que os dois poderes (espiritual e temporal) estavam sob jurisdição do papa, e que os reis deveriam estar subordinados ao poder papal. Enfrentou o rei Filipe IV, o Belo (1268-1314) em uma luta política que, para parte da historiografia, marcou o fim da Idade Média. Em *ma Divina Comédia*, Dante (c. 1265-1321) o colocou no oitavo círculo do Inferno (dos simoníacos). (NP)

29. São Vicente de Paulo (1581-1660), padre que se dedicou aos pobres. Fundador da Congregação das Damas da Caridade (1617), da Congregação da Missão (1625, os chamados padres lazaristas) e da Congregação das Filhas da Caridade (1633). (NP)

30. Iniciativa sem precedente, e também sem futuro, que consistia em fazer supervisionar pelo rei sua própria administração, dirigindo-se diretamente aos administradores: o rei enviava aos lugares os pesquisadores, unicamente encarregados de recolher as palavras das pessoas sem importância, que tinham motivos de reclamar dos agentes reais, e reformar assim, no local, os abusos cometidos; em outras palavras, era o caminho eficaz, que remediou os defeitos do estatismo. (NA)

31. Gaillardine de Fréchou não é um “grande personagem” - consta do documento dos inquéritos de São Luís citado por Pernoud. (NP)

32. Montaigne (Michel Eyquem de Montaigne, 1533-1592), filósofo, escritor, humanista. Criador do gênero literário conhecido como ensaio - seus *Ensaio*s (1533-1592) representam a obra-síntese do humanismo francês do séc. XVI. (NP)

33. Rousseau (Jean-Jacques Rousseau, 1712-1778), escritor e filósofo cujas ideias políticas influenciaram os personagens da Revolução Francesa. Suas obras mais conhecidas são *Júlio*, ou a Nova Heloísa (1761) e *Emílio* ou Da Educação (1762). (NP)

34. P. Riché, Dhuoda. *Manuel pour mon fils*, Paris, Ed. du Cerf, 1975. (NA)

35. Muitas historiadoras feministas démodés nesse início de séc. XXI deveriam ler atentamente esse capítulo de Pernoud, escrito na década de 70 do século passado... (NP)

7. O Index Acusador

1. Brunetto Latini (Burnectus Latinus, c. 1210-1294), filósofo italiano, político e poeta, autor de *Li livres dou Trésor*, uma enciclopédia escrita em língua d'oc. (NP)

2. Galileu (Galileo Galilei, 1564-1642), físico, matemático, filósofo e astrônomo italiano. (NP)

3. Descartes (René Descartes, 1596-1650), filósofo e matemático francês. Em sua principal obra, *Meditações sobre a filosofia primeira* (*Meditationes de prima philosophia*, in qua Dei existentia et anime immortalitas demonstratur, 1641) discorre sobre o que podemos conhecer com certeza. (NP)

4. Nos tempos “medievais”, os métodos de explicação dos textos importavam na possibilidade de comentar a Bíblia de modo diferente e não apenas em seu sentido literal. Conhecemos, particularmente, através dos trabalhos de P. Henri de Lubac (*Exégèse médiévale*, Paris, Ed. Aubier, 1959-1962, quatro volumes in-4), a leitura “segundo os quatro sentidos”, que acostumava os espíritos a várias ordens de comentários a propósito de um mesmo texto: sentido histórico, mas também

alegórico, moral etc. (NA)

5. Giles de Rais (Gilles de Montmorency-Laval, Gilles de Rais ou Gilles de Retz, c. 1405-1440), cavaleiro e lorde bretão, líder militar francês (Marechal da França) e colega de armas de Joana d'Arc. Após se retirar da vida militar (1434), dilapidou sua fortuna com um espetáculo teatral que narrava suas façanhas militares. Acusado de ser iniciado no ocultismo e assassinar centenas de crianças, foi condenado à morte e enforcado (1440). (NP)

6. Jean Bodin (1530-1596), jurista, político e filósofo, defensor do conceito de soberania (na obra *Os seis livros da República*, de 1576), crítico da autoridade papal - apesar de católico, era simpático ao calvinismo - é também conhecido como um grande perseguidor de bruxas (na obra *rimania demoníaca das feiticeiras De la démonomanie des sorciers*, de 1580] defende os procedimentos processuais mais extremos, inclusive a tortura). (NP)

7. Nicolas Rémy (c. 1525-1612), magistrado francês famoso por perseguir bruxas, como Jean Bodin (1530-1596) e Pierre de Lacre (1553-1631), este último, juiz que levou a cabo uma caça às bruxas em Labourd (1609). (NP)

8. Recomendamos, a esse respeito, a leitura do resumo da coleção “Que sais-je?”, da Presses Universitaires, Jean Palou, *La Sorcellerae*, nº 756, 5ª ed., 1975, principalmente p. 72. (NT) A coleção “Que sais-je?” foi traduzida para o português e tem o nome de “Saber atual”. E editada pela Difusão Europeia do Livro). (NA)

9. Friedrich Spee (1591-1635), jesuíta, poeta e forte crítico dos julgamentos de bruxaria, um dos primeiros a apresentar argumentos sólidos contra a utilização da tortura para a obtenção da verdade em processos legais. (NP)

10. Urbano VIII (Maffeo Barberini, 1568-1644), papa que expandiu (militarmente) os territórios papais, grande patrono das artes, ficou mais conhecido pelo processo contra Galileu. (NP)

11. João de Salisbury John of Salisbury, c. 1120-1180), bispo de Chartres, escritor, diplomata e humanista do séc. XII, é autor da primeira obra de filosofia política do Ocidente, o *Policraticus* (1159). (NP)

12. Joinville Jean de Joinville, c. 1224-1317) é considerado um dos maiores cronistas medievais da França. Autor de uma biografia de Luís IX (Vida de São Luis) e de uma memória da Sétima Cruzada (*Histoire de Saint Louis*). (NP)

13. Também em certos manuais passamos de roldão pelos batismos forçados impostos por Carlos Magno desde a conquista de Saxe até — a instituição da Inquisição. Que entre os dois se tenha escoado meio milênio (450 anos) não perturba nem um pouco os redatores: não se compreende por que eles se incomodariam se a Idade Média, a seus olhos, formava um bloco uniforme, definitivamente. (NA)

14. Recomendamos, uma vez por todas, os trabalhos mais recentes sobre um assunto que renovaram muito nos últimos anos, em particular do *Cahiers de Fanjeaux*, especialmente dedicados ao estudo da história religiosa, nas regiões meridionais durante a Idade Média, diretamente pesquisados na fonte. Ver, principalmente, os nos 3 *Cathares en Languedoc*; 6, *Le Credo, la Morale et l'Inquisition*; 8, *Les Merdians en pays d'oc au XIII siècle* (Toulouse, Ed. Privât, 1966- 1975; encontraremos aí a bibliografia necessária). (NA)

15. Abelardo (Pierre Abélard, 1079-1142), teólogo, filósofo (lógico e dialético), monge e poeta, é mais conhecido por seu affair com Heloísa (Héloïse, c. 1090-1164) e por seu debate com Bernardo de Claraval. Para o último tema, ver COSTA, Ricardo da. “‘Há algo mais contra a razão que tentar transcender a razão só com as forças da razão?’: a disputa entre São Bernardo de Claraval e Pedro Abelardo”. In: LAUAND, Jean (org.). *Anais do X Seminário Internacional: Filosofia e Educação - Antropologia e Educação - Ideias, Ideais e História*. São Paulo: Factash Editora, 2010, p. 67-78. Internet, <http://www.ricardocosta.com/artigo/ha-algo-mais-contr-a-razao-que-tentar-transcender-razao-so-com-forcas-da-razao-disputa-entre>. Acesso em 26/jan/2016. (NP)

16. Lúcio III (Ubaldo Allucingoli, c. 1100-1185), papa. Envolveu-se com a querela das investiduras (disputa da precedência política entre a Igreja e os reinos medievais), além de publicar

bulas papais que condenaram as heresias de seu tempo e que serviriam de base jurídica para a posterior criação do Tribunal do Santo Ofício. (NP)

17. Se na sua maior parte os escritos doutrinários cátaros foram destruídos pelos tribunais da Inquisição no século XIII, o mais importante, entre os que subsistiram, é um tratado polêmico, atribuído a um cátaro, contra outros cátaros. Trata-se do *Liber de duobus principiis*, por um discípulo do cátaro Jean de Lugio, dissidente da seita de Desenzano, na Itália, que teve grande importância no século XIII. (NA)

18. Raimundo VI (Raymond VI de Toulouse, 1156-1222), conde de Toulouse e marquês de Provença, foi excomungado (1208) por seu envolvimento no assassinato do legado papal Pierre de Castelnau (c. 1170-1208), enviado para investigar a heresia cátara que se propagava rapidamente na região do Languedoc. Perdoado (1209), foi novamente excomungado (1211) por ter mudado de lado na cruzada contra o catarismo. Recuperou Toulouse em 1217. (NP)

19. Pierre de Castelnau (Pierre de Castelnau, c. 1170-1208), sacerdote cisterciense, pregador e legado papal enviado ao Languedoc para conter a heresia cátara, foi assassinado por um enviado de Raimundo VI de Toulouse, acontecimento que desencadeou a Cruzada Albigense (1209-1229). (NP)

20. Inocêncio III (Lotario dei Conti di Segni, c. 1160-1216), um dos papas mais influentes da Idade Média. Defendeu a cruzada — na Terra Santa e na Espanha — além da cruzada albigense. Organizou uma reforma eclesiástica com seus decretos, interditos e concílios (especialmente o de Latrão, de 1214). (NP)

21. Domingos de Gusmão (Domingo de Guzmán Garcés, 1170-1221), influente presbítero espanhol e fundador da Ordem dos Pregadores (dominicanos). (NP)

22. Gregório IX (Ugolino de Segni, c. 1170- 1241), papa das Decretais {Decretales Gregorii IX, de 1234}, conjunto de textos de Direito Canônico, além de ter instituído o Tribunal do Santo Ofício, em 1184. (NP)

23. Digamos que São Domingos havia deixado o sul languedociano desde 1216, para se ocupar de nada mais que da organização de uma ordem religiosa cujo sucesso foi além de todas as esperanças de seu fundador e que iria conhecer surpreendente expansão missionária; desde 1249, os frades pregadores (deveriam ser chamados dominicanos, por causa de seu fundador) evangelizavam a Finlândia. (NA)

24. Juntamente com Guilherme Arnaud (Guilhèm Arnaut, f 1242), Etienne de Saint-Thibéry (J1242) dirigiu um tribunal do Santo Ofício na vila de Avignonet-Lauragais que foi massacrado por cátaros em 1242. (NP)

25. Bougre é uma deformação de Bulgare; é possível, ainda que não esteja totalmente provado que o cataríssimo seja produto de seitas bogomilianas, das regiões búlgaras, onde se teriam pregado as doutrinas maniqueístas, isto é, dualistas (um deus mau na origem da criação visível oposto a um deus bom, criador dos espíritos). (NA)

Roberto, o Bugre (Roberto, o Pequeno] após 1239) foi um inquisidor dominicano. Antes, provavelmente esteve sob influência herética (o cognome bugre o sugere). Após ingressar na Ordem dos Pregadores e ser designado inquisidor pelo papa Gregório IX, passou a perseguir os hereges implacavelmente. Suspenso (1234), retornou no ano seguinte como Inquisidor- -Geral da França. Seu rigor (e abuso de suas funções) rendeu-lhe o título de *malbus haereticorum* (martelo dos hereges). Por isso, entrou em conflito com bispos franceses. Provavelmente foi afastado de suas funções em 1236. (NP)

26. Os cátaros, com efeito em maior número, recrutavam seus adeptos dentre mercadores. São acusados, não sem razão, parece, de praticar a usura, isto é, empréstimo (o nome lombardo que lhes é dado designava também usurário, ou seja, banqueiro). (NA)

27. Ferrier Guillaume de Puylaurens (c. 1200-1274), cronista, mestre e pároco. A partir de 1244 foi capelão de Raimundo VII de Toulouse. E autor de uma Crônica. (NP)

28. Yves Dossat (1911-1992) foi medievalista, autor de trabalhos sobre a Inquisição, como, por exemplo, *Les crises de l'Inquisition toulousaine au XIII^e siècle* (1233-1273), de 1959. (NP)

29. Ver nos Cahiers de Fanjeaux, já citados, o nº 6, Le Credo, ta Morate et l’Inquisition, em particular ps. 361-378. (NA)

30. Raimundo de Saint-Gilles (1197-1249), VII conde de Toulouse, duque de Narbona e marquês de Provença. Sitiou Carcassonne. Em 1224, os cruzados albigenses se renderam, a guerra terminou e os senhores do Sul fizeram a paz com a Igreja. No entanto, em 1225, o conselho de Bourges o excomungou e lançou uma cruzada contra ele; o rei da França (Luís VIII, o Leão, 1187-1226) se aproveitou para fazer valer seus direitos reais no Languedoc. Os condes de Foix e de Toulouse pegaram novamente em armas. Em 1229, derrotado, Raimundo assinou o Tratado de Paris e cedeu o viscondado de Trencavel ao rei, e sua filha Joana (1220-1271) foi forçada a se casar com o filho de Luís VIII, Afonso III de Poitiers (1220- 1271). Está enterrado na Abadia de Fontevraud, ao lado de sua mãe, Joana da Inglaterra (1165-1199). (NP)

31. Idem, ps. 370 e seguintes. (NA)

32. O direito romano tal como estava constituído, principalmente no império do Oriente, com todo o prestígio que lhe conferia a personalidade de Justiniano, emanava de uma autoridade única e centralizada, e modela, por conseguinte, os costumes e os espíritos ao exercício de uma autoridade considerável, tanto no espiritual como no temporal. (NA)

33. Francisco de Assis (Giovanni di Pietro di Bernardone, c. 1181-1226), frade e pregador, fundou a Ordem dos Frades Menores (franciscanos), a Ordem de Santa Clara, a Ordem Terceira de São Francisco e a Ordem da Custódia da Terra Santa. E um dos religiosos mais venerados da Igreja Católica. (NP)

34. Roberto II, o Piedoso (972-1031) — ou o Sábio, segundo capeto rei dos francos. Católico devoto, foi compositor musical e poeta. Transformou seu palácio real em um local de reclusão religiosa, apoiou perseguições a judeus e reestabeleceu o costume do Império Romano de queimar hereges na fogueira. (NP)

35. Filipe II, Augusto (1165-1223), rei da França. Vencedor de uma coalizão de reinos rivais (alemão, flamengo e inglês) na Batalha de Bouvines (1214), vitória que tornou sua autoridade incontestável - enquanto o rei João Sem Terra (1166-1216) foi forçado por seus barões a assinar a Magna Carta (1215) e enfrentar uma rebelião conhecida como a Primeira Guerra dos Barões (1215-1217). As ações militares da Cruzada albigense prepararam a expansão da França para o sul. Assim, Filipe transformou a França no mais próspero e poderoso reino de sua época. Enfrentou o poder dos nobres e ajudou as cidades a libertarem-se da autoridade senhorial ao garantir privilégios e liberdades à emergente burguesia. Construiu uma grande muralha ao redor de Paris, reorganizou o governo e estabilizou financeiramente a coroa. (NP)

36. Amaury de Bène (fc. 1204-1207) foi teólogo, filósofo e líder de uma seita panteísta (Deus é tudo, pois o universo e Deus são a mesma coisa) formalmente condenada no IV Concílio de Latrão (1215), cujos seguidores ficaram conhecidos como amalricanos. (NP)

37. Pedro de Bruys (Pierre de Bruys, 1117-1131), mestre heresiarca. Criticou o batismo infantil, a edificação de novas igrejas e a veneração de cruzeiros, além de se opor à doutrina da transubstanciação e negar a eficácia das orações pelos mortos. Uma multidão enfurecida o matou. (NP)

38. Justiniano I, o Grande (Flavius Petrus Sabbatius Justinianus, c. 482-565), imperador de Bizâncio. Reconquistou a metade ocidental do Império Romano, além de conquistar o reino dos vândalos no norte da África, fato que trouxe (mesmo que temporariamente) o Mediterrâneo de volta ao controle imperial. Conquistou ainda o reino ostrogodo e recuperou a Dalmácia, a Sicília, a Itália e a cidade de Roma, após mais de 50 anos de domínio ostrogodo. Sua atuação legislativa — especialmente o Código de Justiniano (Corpus Iuris, 529-534) - marcou o Direito medieval. (NP)

39. Frederico II (1194-1250), “a maravilha do mundo” (stupor mundi), rei da Sicília (1197-1250), da Tessalônica, de Chipre e de Jerusalém, de Roma, da Germânia e imperador do Sacro Império Romano-Germânico (1220-1250). Um dos principais opositores do poder papal, duas vezes excomungado, destituído do Concílio de Lyon (1245), chamado de “O Anticristo” pelo papa

Gregório IX (1144-1241). (NP)

40. O relapso é o herege empedernido, aquele que, tendo uma vez abjurado, recai em erro; só o relapso pode ser enviado ao “braço secular” — expressão pudica, para significar que se encarregava a autoridade temporal de enviá-lo à fogueira. (NA)

41. Bernard Saisset (c. 1232-1314), bispo de Pamiers (condado de Foix), opositor do rei Filipe IV, o Belo (1268-1314) desde que foi enviado como legado papal ao rei para protestar contra as medidas anticlericais reais. Acusado de alta traição, foi posto sob guarda vigiada. A querela entre o rei e o papa Bonifácio VIII fez com que Saisset fosse “esquecido”. Em 1302 foi obrigado a deixar o reino da França e viver em Roma. Perdoado em 1308, voltou para falecer em Pamiers, como bispo. (NP)

42. Guichard (1299-1314), bispo de Troyes. Filho de camponeses, fez carreira graças ao apoio de duas condessas de Champanhe: Branca de Artois (1248-1302), esposa de Henrique I de Navarra (c. 1244-1274), e sua filha Joana I de Navarra (1271-1305), esposa de Felipe IV o Belo, e rainha da França. Prior, abade, serviu no Parlamento. Em 1298, foi nomeado bispo de Troyes. Tornou-se rico, poderoso e arrogante. Após alienar o clero de Champanhe, perdeu o favor das duas rainhas. Em 1300, foi acusado de ter recebido dinheiro para deixar Jean de Calais (clérigo de Champanhe e ex-tesoureiro do conde, julgado por peculato) fugir da prisão episcopal. Foi acusado de libertinagem, especulação e simonia. Quando a rainha Branca morreu (1302), foram apresentadas provas (forjadas) acusando-o de tê-la assassinado. Condenado, pagou uma multa (40.000 libras). Em 1308, após um eremita denunciá-lo por feitiçaria, foi novamente preso. Entregue ao papa Clemente V (1311), em 1313 seus acusadores reconheceram que as denúncias haviam sido forjadas. Livre, foi nomeado bispo de Diakovar (Bósnia). (NP)

43. Fernando III, o Santo, de Leão, Castela e Galícia (1201-1252), um dos maiores reis de Castela, não só por garantir a união permanente das coroas de Castela e de Leão, mas por planejar a mais ampla campanha da Reconquista. Graças a seus esforços militares e diplomáticos, expandiu os domínios de Castela para o sul ao anexar cidades de al-Andalus. Canonizado em 1671 pelo Papa Clemente X (1590-1676). Analisamos uma de suas vitórias: COSTA, Ricardo da. “A conquista de Córdoba por Fernando III, o Santo”. In: LAUAND, Jean (org.). Filosofia e Educação - Estudos 13. São Paulo: Editora SEMOROC/Factash Editora, 2008, p. 07-18. Internet, <http://www.ricardocosta.com/artigo/conquista-de-cordoba-por-fernando-iii-o-santo>. Acesso em 31/jan/2016. (NP)

44. Carlos V, o Sábio (1338-1380), rei francês que restabeleceu, com a ajuda de conselheiros (marmousets), o tesouro real e restaurou o prestígio de sua Casa (Valois). Estabeleceu o primeiro exército permanente, regularmente remunerado, que conseguiu combater as Companhias de Routiers (mercenários que, quando ociosos, saqueavam o reino). Com a liderança do cavaleiro bretão e comandante militar Bertrand du Guesclin (c. 1320-1380), o exército francês inverteu a maré da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), e até o fim de seu reinado, reconquistou quase todos os territórios cedidos à Inglaterra em 1360. Em relação à Igreja, o fato de o papado ter retornado para Roma - estava em Avignon desencadeou o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417): Carlos apoiou o antipapa Clemente VII (1342-1394) em detrimento do papa Urbano VI (c. 1318-1389). (NP)

45. Filipe II, o Prudente (1527-1598), rei da Espanha, de Nápoles, da Sicília, de Portugal e Algarves e duque de Milão. Seu reinado é considerado, sob todos os pontos de vista (político, econômico, cultural), o apogeu espanhol (Siglo de Oro), o do “Império no qual o Sol nunca se põe”. É lembrado por ter organizado uma expedição naval para atacar a Inglaterra, a Invencível Armada (1588), derrotada por tempestades e problemas logísticos, além de ter idealizado e realizado a construção de El Escorial (1563-1584), palácio real, basílica, panteão, biblioteca e mosteiro. (NP)

46. Urbano II (Odo de Châtillon, c. 1042-1099), papa, um dos maiores oradores medievais. Pregou a Primeira Cruzada (1096-1099) e organizou a Cúria Romana aos moldes de uma corte eclesiástica. (NP)

47. Recordemos que a palavra “cruzada” é moderna e que não foi jamais pronunciada na época;

dizia-se peregrinação, passagem, viagem ou expedição além-mar. (NA)

48. Jules Ferry (1832-1893), ministro da Educação [Ministre de l'Instruction Publique), advogado, maçom, anticlerical, adepto da filosofia positivista de Auguste Comte (1798-1857) foi o principal promotor do laicismo na Educação (dissolveu o ensino dos jesuítas). (NP)

49. Maurice Le Tellier (Charles Maurice Le Tellier, 1642-1710), clérigo francês, par da França, foi duque-arcebispo de Reims (1671-1710). (NP)

50. Muito característica é a história da ordem de Grandmont, fundada em Limousin no século XII e que, na França, possuía 160 casas; não possuía mais do que nove religiosos quando foi suprimida em 1780. Veja-se o estudo que lhe consagrou André Lanthonie, *Histoire de Vabbaye de Grandmont en Limousin, Saint-Yrieux-la-Perche*, Imp. Fabrègue, 1976. (NA)

51. De resto, é em toda parte que as igrejas caem sob a dependência do poder temporal, tanto nos países protestantes, como a Suécia, Dinamarca, Alemanha, Inglaterra e até na Suíça, quanto nos países católicos, que firmam, a exemplo da França, concordatas atribuindo a príncipes e imperadores o poder de nomeação dos dignitários. E neste momento que se pode falar de confusão entre o espiritual e o temporal, que se traduz por uma completa dependência das estruturas da Igreja, que com frequência são confundidas com as do Estado. (NA)

52. Martinho Lutero (1483-1546), teólogo, padre, ex-monge e impulsionador da Reforma Protestante. Rejeitou vários ensinamentos (e práticas) da Igreja Católica de seu tempo. Propôs uma discussão acadêmica da eficácia das indulgências em suas Noventa e Cinco Teses (1517). Sua recusa em retirá-las, a pedido do papa Leão X (1520) e do imperador Carlos V (na Dieta de Worms, em 1521) resultou em sua excomunhão e condenação como fora da lei. Lutero pregou que a salvação e a vida eterna não eram obtidas por boas ações, mas recebidas como um dom de Deus pela fé em Jesus como redentor do pecado. Além disso, considerou que a Bíblia era a única fonte de conhecimento de Deus. Para isso, traduziu-a para o vernáculo, o que teve um grande impacto na cultura alemã. Em relação aos judeus, sua obra *Sobre os judeus e suas mentiras* (1543) insere seu pensamento no antijudaísmo germânico (presente desde os massacres ocorridos antes da Primeira Cruzada). (NP)

53. Henrique IV da França (1553-1610), o primeiro da Casa dos Bourbon, também foi rei de Navarra (como Henrique III, 1572-1610). Inicialmente protestante (lutou contra a Liga Católica, que se opôs a ele), após anos de impasse, abjurou o calvinismo, mas mostrou-se muito tolerante: promulgou o Editto de Nantes (1598), que garantiu liberdade religiosa aos protestantes. Foi alvo de várias tentativas de assassinato, até ser morto pelo católico François Ravillac (1578-1610). O “bom rei Henrique” (*le bon mi Henri*) foi tema do poema épico *La Hénade* (1723) de Voltaire (1694-1778). (NP)

54. Para o crente, seria tranquilizador constatar que nenhum dos “grandes papas” — Inocêncio III e Gregório VIII — foi canonizado pela Igreja; ao contrário, ela canonizou Luís IX; ele nasceu, recordemo-nos, cinco anos depois da declaração de guerra aos albigenses e tinha quinze anos quando ela terminou pelo tratado de paz de 1229; tinha dezessete anos quando a Inquisição (que ele apoiará em seus domínios) foi criada. A Igreja, do mesmo modo, canonizou seu primo Fernando III, que recusou a Inquisição na Espanha. (NA)

55. Era, de resto, difícil conciliar as aspirações da evangelização com as diversas formas de opressão em vigor a escravidão nas Antilhas, os genocídios na América do Norte ou na Austrália. (NA)

8. Histórias Ideias e Fantasias

1. Cristóvão Colombo (c. 1450-1506), cidadão da República de Gênova, explorador e navegador, com o financiamento dos Reis Católicos (Fernão II de Aragão [1452-1516] e Isabel I de Castela [1451-1504]) fez quatro viagens pelo Oceano Atlântico que estabeleceram assentamentos na ilha de São Domingos (Hispaniola) e, a partir dali, foi iniciada a colonização espanhola no Novo Mundo. (NP)

2. Marianne Mahn-Lot (1913-2005), arquivista, paleógrafa, historiadora e especialista na descoberta da América espanhola. Dedicou vários trabalhos a Bartolomeu das Casas (1476-1556). (NP)

3. Henri-Irénée Marrou (1904-1977), historiador, especialista na Antiguidade Tardia (300- 476). Conhecido por sua obra *História da Educação na Antiguidade*, de 1948 (no Brasil, também por *Sobre o conhecimento histórico*, de 1954, obra citada por Pernoud - e hoje um tanto quanto esquecida nos meios acadêmicos, devido à moda do relativismo cultural). (NP)

4. *De la connaissance historique*, Ed. du Seuil, 1954, p. 219 (reeditada em 1975). (NA)

5. Shakespeare (William Shakespeare, 1564-1616), poeta, dramaturgo e ator, o maior escritor do idioma inglês e o maior dramaturgo de todos os tempos. “Poeta nacional da Inglaterra”, “Bardo de Avon”. (NP)

6. Henrique V (*The Cronicle History of Henry the fifth*, c. 1599), drama histórico escrito por Shakespeare e que narra a história de Henrique V (Henry V, 1386-1422), com ênfase no contexto que envolveu a Batalha de Agincourt (1415) durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Trata-se da parte final de uma *Telralogia* (Richard II [c. 1595], Henry IV — Part 1 [c. 1597] e Henry IV — Part 2 [c. 1596-1599]). O rei é retratado como selvagem e indisciplinado, mas que, homem maduro, embarca em uma bem-sucedida vitória na França. A peça tem um clímax famoso: o discurso de Henrique V pouco antes da batalha de Agincourt, conhecido como O discurso do Dia de São Crispim (*St Crispin’s Day speech*, Ato I, Cena iii, 18-67). (NP)

7. Walter Scott (Sir Walter Scott, 1771-1832), 1º baronete da Royal Society of Edinburgh, poeta, dramaturgo e romancista histórico (o mais conhecido - e muito estimado pelos medievalistas - é *Ivanhoé* [1820]). (NP)

8. Nome da região do Languedoc durante a Idade Média. (NT)

9. O Atentado de Damiens contra Luís XV aconteceu em 1757. Robert-François Damiens (1715-1757), empregado doméstico, foi condenado por regicídio por ter ferido o rei com uma faca. Foi sentenciado à pena infame (*amende honorable*), em uma carroça, deveria ser conduzido por um carrasco, descalço e sem camisa, a uma igreja (ou auditório), com uma tocha na mão e uma corda em volta do pescoço, para pedir perdão de joelhos a Deus, ao seu rei e ao reino, e a seguir ser pendurado, torturado no peito, nos braços e nas panturrilhas com fogo de enxofre. Nas feridas abertas, deveria ser jogado, na ordem, chumbo derretido, óleo e resina fervente, cera e enxofre fundidos, para depois o corpo ser esquartejado por quatro cavalos e queimado, com as cinzas jogadas ao vento. Após proferida a sentença, o pobre camponês disse: “O dia vai ser difícil”. Dezesseis carrascos vindos de várias partes do reino e sem conhecimento prático da aplicação da pena *amende honorable*, trouxeram cavalos indisciplinados, comandados por cavaleiros bêbados. Como não conseguiram arrebentar os membros do corpo com os cavalos, Damiens foi entregue ao carrasco real, Charles-Henri Sanson (1739-1806), então com apenas dezoito anos, que os cortou com um machado. Ainda vivo (cabeça e tronco), o camponês foi jogado às chamas. Uma multidão presenciou o “espetáculo”, que durou mais de duas horas. As varandas das casas ao redor da igreja foram alugadas por até cem libras. Por fim, a casa de Damiens foi destruída e sua família (pai, esposa e filha) foi banida do reino. (NP)

10. Michelet (Jules Michelet, 1798-1874), filósofo e historiador. Sua *História da França* (06 vols., 1833-1844), por seu estilo, é também considerada uma notável obra literária. No entanto, seu anticlericalismo o fez considerar a História medieval sob uma perspectiva muito negativa. (NP)

11. Ravaisson (Jean Gaspard Félix Ravaisson-Mollien, 1813-1900), arqueólogo e filósofo. Seu pensamento, inscrito na tradição chamada de *espiritualismo francês* (sécs. XVIII-XX), reatualizou a metafísica aristotélica. (NP)

12. Jabot é um babado (bordado) que decora a frente de uma camisa. Evoluiu para se tornar um acessório de vestuário decorativo de renda preso ao pescoço como um tipo de gargantilha refinada. (NP)

13. Lucien de Rubempré, personagem da *Comédia humana* (1829-1850), de *Ilusões perdidas*

(1837- 1843) e de Esplendores e misérias de cortesãs (1838), obras de Honoré de Balzac (1799-1850). (NP)

14. Raoul de Cambrai é uma canção de gesta do séc. X retrabalhada no séc. XII. Uma canção de gesta é uma recitação versificada em decassílabos e, mais tarde, em versos alexandrinos, agrupados em estrofes com a mesma assonância e que contam façanhas militares passadas. (NP)

15. O estudo dos cartulários medievais ainda é quase inexistente no Brasil — um cartulário (Chartularium) é um documento medieval que contém transcrições relativas à fundação, privilégios e direitos de uma instituição eclesiástica (há, em muitos, plantas e mapas da propriedade). Nessa passagem, Régine Pernoud demonstra sua erudição, de modo simples, sem pedantismo, e apresenta exemplos das relações sociais em um senhorio. (NP)

16. Tomás de Aquino (1225-1274), dominicano e teólogo, um dos pensadores mais notáveis da Idade Média. Autor da Suma contra os gentios (c. 1260-1264) e da Suma Teológica (c. 1265- 1274). (NP)

17. Uma tradução para o inglês de sua Ethique foi feita há pouco tempo por um erudito, D. E. Luscombe, publicada em Oxford, Clarendon Press, 1971. (NA)

18. Destaquemos que a agregação forma não historiadores, isto é, pesquisadores que trabalham sobre os textos originais, mas professores de História — o que não é a mesma coisa. (NT - No francês é chamado de agrégée)

19. São Luís foi, após essa obra de Régine Pernoud, pesquisado por Jacques Le Goff (1924-2014). (NP)

20. Natalis de Wally (1805-1886), historiador e arquivista. É considerado um dos primeiros arquivistas modernos, por ter criado o conceito de Princípio do respeito aos fundos (1841) — princípio na teoria arquivística que propõe reunir documentos de arquivo conforme seus fundos, isto é, de acordo com a administração, a organização, os indivíduos ou as entidades pelas quais eles foram criados ou a partir dos quais foram recebidos. (NP)

21. Le Nain de Tillemont (Louis-Sébastien Le Nain de Tillemont, 1637-1698), historiador eclesiástico, escreveu duas obras monumentais: as Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles (.Memórias da história eclesiástica dos seis primeiros séculos, 06 volumes, 1690 -1738) e a Historie des empereurs et autres princes qui ont régné pendant les six premiers siècles de l'Église (.História dos imperadores e príncipes que reinaram durante os seis primeiros séculos da Igreja, 16 volumes, 1693-1712). Além disso, também redigiu uma Vida de São Luís, rei de França (06 volumes). (NP)

22. Jules de Gaulle (Charles Jules Joseph de Gaulle, 1837-1880) foi um escritor francês, precursor do Pan-celtismo (movimento cultural que defendia o estreitamento dos laços entre seis territórios com identidade céltica — no Reino Unido e na França — a Escócia, a Irlanda, a Ilha de Man, o País de Gales, a Cornualha, a Bretanha, mas também as Astúrias e a Galícia, na Espanha) e defensor da língua bretã. Era tio do general Charles de Gaulle (1890-1970). (NP)

23. Esneval (Amaury d'), L'Inspiration biblique d'Etienne Langton à travers le commentaire sur le livre de Ruth et les "Interpretationes nominum hebraicorum", tese de 3o ciclo, defendida na Universidade de Caen, 1976. (NA) Citemos esta Bible historiée (Français 167 da Biblioteca Nacional), que possui 5.152 figuras, o famoso Bréviaire du duc de Bedford (Latin 17.294), com 4.346 figuras etc., obra em que as páginas iluminadas se contam às dezenas ou às centenas, em que se deve observar a decoração marginal frequentemente tão rica. (NA)

24. Etienne Langton (c. 1150-1228), na verdade Stephen Langton, estudou (e ensinou) Filosofia em Paris. Foi cardeal e arcebispo de Canterbury (entre 1207 e 1228). Sua eleição para esse importante arcebispado foi motivo de disputa entre o rei João da Inglaterra (1166 -1216) e o papa Inocêncio III (c. 1160-1216), crise que foi um dos motivadores da Magna Carta, em 1215. Langton dividiu a Bíblia em capítulos, padrão aceito até hoje. (NP)

25. Plotino (c. 204-270), filósofo da tradição neoplatônica (filosofia que nos séculos III-VI reinterpretou Platão e seus seguidores), é autor de uma influente obra na tradição do pensamento

ocidental intitulada *Enéadas* (em seis livros).

26. Letra inicial de capítulos feita com minio, nas obras antigas e primeiras obras impressas. (NT)

27. Infelizmente, a “visão infantil de uma parte da História da Humanidade” que Pernoud já acusa na década de 70 só cresceu de lá para cá — e nos meios acadêmicos. Uma visão maniqueísta, simplista e reducionista, com forte tendência relativista. Ou seja: tudo o que um historiador bem formado tinha a obrigação de rechaçar! (NP)

28. Ela havia grassado antes na Europa, no século VIII, e não havia aparecido mais. (NA)

29. O Sahel (eco-região africana constituída por uma zona arbustiva tropical e subtropical semiárida, encontra-se na transição entre o deserto do Saara (ao norte) e a savana sudanesa (ao sul). Estende-se pelas latitudes centro-sul da África do Norte, entre o Oceano Atlântico e o Mar Vermelho. Cobre partes do norte do Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Argélia, Níger, Nigéria, Sudão, Chade e Eritreia

30. Jean Gimpel não hesita em ver no período que vai do século XIV ao nosso “a era do relógio mecânico”. Ver sua obra intitulada *La Révolution industrielle du Moyen Age*, Paris, Ed. du Seuil, col. “Poins”, 1975, ps. 141 e seguintes. Acrescentemos que esperávamos consagrar um capítulo ao progresso técnico realizado na Idade Média, mas com a publicação desta obra pareceu-nos suficiente a ela remetermos o leitor. (NA)

31. Etienne Marcel (c. 1302-1358) foi preboste dos mercadores de Paris. Espécie de prefeito, eleito a cada dois anos, o preboste era responsável pelo abastecimento da cidade, as obras públicas, os impostos, além de ter jurisdição sobre o comércio fluvial. Marcel notabilizou-se pela defesa das guildas parisienses e, como delegado do Terceiro Estado, foi muito ativo nas assembleias realizadas durante a Guerra dos Cem Anos. Foi assassinado pelos burgueses parisienses durante a revolta conhecida como Jacquerie. Para esse tema, ver COSTA, Ricardo da. “Revoltas camponesas na Idade Média. 1358: a violência às. Jacquerie na visão de Jean Froissart”. In: CHEVITARESE, André (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002, p. 97-115. Internet, <http://www.ricardocosta.com/artigo/revoltas-camponesas-na-idade-media-1358-violencia-da-jacquerie-na-visao-de-jean-froissart>. Acesso em 27/fev/2016. (NP)

32. Berthelot (Pierre Eugène Marcellin Berthelot, 1827-1907), político e um dos maiores químicos de todos os tempos. Sintetizou muitos compostos orgânicos a partir de substâncias inorgânicas, proporcionando assim uma boa quantidade de evidências para a comprovação da teoria de Jöns Jakob Berzelius (1779-1848), de que os compostos orgânicos necessitam de organismos para sua síntese. Berthelot ajudou assim a fundar as bases da Química moderna. (NP)

33. Hegel (Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1770-1831), filósofo alemão de grande influência na tradição ocidental. Sua principal contribuição foi a formulação de um tipo de idealismo conhecido como “idealismo absoluto”, em que certos pares de ideais foram superados (sujeito/objeto, mente/natureza, por exemplo). São importantes em seu pensamento sua filosofia do espírito (que une distintas áreas do conhecimento — psicologia, religião, arte), seu conceito de espírito (Geist, também traduzido como mente, manifestação histórica de um conceito lógico) e a superação (Aufhebung, integração sem eliminação ou redução de elementos aparentemente contraditórios ou opostos). Hegel influenciou muitos pensadores, a ponto de se considerar que todas as mais notáveis ideias e correntes filosóficas do século XIX tiveram seu início com ele. (NP)

34. Alberto, o Grande (1206-1280), frade dominicano, professor e teólogo, um dos maiores pensadores alemães da Idade Média. Seus escritos abrangem a Lógica, a Botânica, as Leis, a Justiça, a Astronomia, a Mineralogia, a Zoologia e as relações humanas (especialmente o Amor e a amizade). Sistematizou o conjunto de escritos de Aristóteles. Suas duas principais obras são um Comentário às Sentenças de Pedro Lombardo (3 volumes) e uma Suma Teológica. Foi professor de Tomás de Aquino (1225-1274). (NP)

35. Roberto Grosseteste (Robert Grossetête, 1168-1253), bispo de Lincoln, teólogo, filósofo e cientista. É considerado o fundador da tradição do pensamento científico na Universidade de Oxford.

Escreveu tratados sobre ótica, geometria e astronomia, com ênfase na matemática como ferramenta para estudar a natureza. Ficou conhecido por sua doutrina da luz (metafísica da luz). (NP)

36. Hugo de São Vitor (1096-1141), teólogo, filósofo, autor de obras sobre gramática, além de um dos principais tratados de educação de seu tempo: o *Didascálicon* (Coisas relativas à Escola), texto no qual propõe uma nova sistematização das ciências de seu tempo, com a inclusão das artes manuais — até então consideradas como um ofício menor de escravos. Essa proposta revolucionou a forma de se pensar a Educação. (NP)

37. Maurice Clavel (1920-1979), escritor, filósofo, teatrólogo e jornalista francês. Participou ativamente do movimento de Maio de 68. (NP)

38. Kierkegaard (Soren Aabye Kierkegaard, 1813-1855), filósofo dinamarquês, teólogo, poeta, considerado o primeiro filósofo existencialista. Escreveu trabalhos sobre religião, moral, ética, psicologia. Um de seus temas principais foi como se vive um “indivíduo” realmente, com ênfase na importância da liberdade de escolha. Seu pensamento teológico se concentra na distinção entre o homem e Deus, e a subjetividade dessa “relação” na fé. Foi um crítico da prática do cristianismo como religião estatal, especialmente a Igreja da Dinamarca. Algumas de suas ideias incluem a “verdade como subjetividade”, a recordação, a angústia, a fé como uma paixão, e os três estágios no caminho da vida. (NP)

9. Propósitos Simples para o Ensino de História

1. Freud (1856-1939), neurologista austríaco, criador da Psicanálise - tratamento da psicopatologia através do diálogo do paciente com seu psicanalista, em que este se vale do uso da livre associação de ideias. Sua proposta de análise dos sonhos como realizações de desejos for neceuilhe um modelo de análise para a formação dos sintomas e dos mecanismos de repressão, bem como para a elaboração de sua teoria do inconsciente. Postulou ainda a existência da sexualidade infantil, da libido e da pulsão de morte, fonte de ódio, agressão e culpa neurótica. (NP)

2. Chesterton (1874-1936), escritor inglês, poeta, filósofo, dramaturgo, jornalista, literário e crítico de arte. Recentemente “descoberto” no Brasil — seus principais livros foram publicados: *O Defensor* (de 1901), *Hereges* (de 1905), *Ortodoxia* (de 1908), *Considerando todas as coisas* (de 1908), *Tremendas trivialidades* (de 1909), *O que há de errado com o mundo* (de 1910), *A inocência do padre Brown* (de 1911), *São Francisco de Assis* (de 1923), *O homem eterno* (de 1925), *Santo Tomás de Aquino* (de 1933), *Autobiografia* (de 1936). (NP)

3. Lewis Mumford (1895-1990), historiador americano, sociólogo, filósofo da tecnologia e crítico literário. É particularmente conhecido o Brasil por seu estudo sobre as cidades e a arquitetura urbana (*The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects — A Cidade na História*, originalmente escrito em 1961). (NP)

4. Ramon Llull, este gênio, poeta, profeta, havia preconizado um outro tipo de expedição às terras do Islã: médicos, enfermeiros, e também pregadores capazes de se exprimir em língua sarracena. Ele está na origem da criação dos colégios em línguas orientais, dos quais o primeiro foi idealizado por ocasião do Concílio de Viena, em 1312. Recomendamos a obra de Ramon Sugranyes de Franch, *Raymond Lulle docteur des missions*, Fribourg, 1954. (NA). É uma satisfação ver que o filósofo maiorquino Ramon Llull (1232-1316), meu “objeto de pesquisa” desde meu doutorado (1997-2000), encerra as citações de personagens históricos dessa obra de Régine Pernoud. Um dos escritores mais prolíficos da Idade Média, Llull tem sido “descoberto” pelos medievalistas graças à publicação sistemática de sua obra latina na coleção *Corpus Christianorum* (Brepols, Bélgica) e sua obra em catalão na Nova Edició de les Obres de Ramon Llull (Palma de Maiorca). Em nossa língua, tenho a honra de ser seu principal tradutor - todas as informações de minhas traduções, com as obras disponíveis, publicadas o Brasil e na Espanha, encontram-se em <http://ricardocosta.com/textos/ramon>, acesso em 6/jun/2016. (NP)

ESTA OBRA FOI COMPOSTA PELA SPRESS EM BASKERVILLE
CORPO 12/16PT E IMPRESSA SOBRE PAPEL PÓLEN SOFT 80 GR/M²
E SUZANO DESIGN MATTE IMUNE COM LAMINAÇÃO FOSCA E
PAPELÃO 18 NAS CAPAS PELA GEOGRÁFICA PARA A LINOTIPO
DIGITAL EDITORA E LIVRARIA LTDA., EM FEVEREIRO DE 2018